

DEMOCRACIA VIVA

13

MAR 2002 / JUN 2002

**Futebol em
ano de Copa**

Afonsinho

Realismo eleitoral

Joel Birman

**Redes feministas
do Afeganistão**

Sônia Correa

Entrevista

Marika Gidali,
criadora do Stagium

iBase
etinho

E

stamos entrando, no Brasil, numa conjuntura que vai ser dominada pela disputa eleitoral. Para o bem da democracia brasileira, é necessário que seja um momento estratégico de fortalecimento de forças sociais em torno a valores éticos e projetos capazes de aprofundar a democracia entre nós. É claro que isto é, em si mesmo, uma agenda para o Ibase e a sua revista, a *Democracia Viva*.

Os temas aqui tratados podem parecer sem relação, à primeira vista, com a conjuntura. No entanto, ao dar destaque aos temas futebol, teatro, cultura digital, racismo e universidade, entre outros, tocamos em questões candentes e fundamentais neste contexto eleitoral. Mas, provavelmente, não merecerão a devida atenção se todas e todos que apostamos na radicalização da democracia não nos engajarmos para tanto.

Precisamos superar o divórcio entre economia e sociedade, tanto a vergonhosa política de tudo em prol dos lucros e da acumulação em meio a uma maior desigualdade e exclusão social, como a banalização das relações de trabalho e vida pela sua mercantilização e pela ética de poder do “quem pode, pode”. O que queremos mostrar é que tal divórcio tomou conta do nosso futebol (e do carnaval, também), da nossa universidade, cria *info-ricos* e *info-pobres* numa sociedade de possibilidades ilimitadas de comunicação e informação, com a internet. Divórcio que pode ser combatido pelo teatro, como mostra Marika Gidali, ou por ações de luta contra a desigualdade racial, questão que finalmente toma fôlego no Brasil

A tarefa de repensar e, sobretudo, propor para criar as bases de um país voltado a garantir todos os direitos humanos para todos os seres humanos, de forma democrática e sustentável, é gigantesca. Nossos políticos parecem divorciados da cidadania e do país que querem governar. O artigo do Joel Birman nos dá pistas para não usar nosso voto como compra de um candidato-produto que nos é vendido como imagem bonita. O caso da Roseana Sarney mostra o vazio – ou o cofre cheio, dependendo do ponto de vista – que pode estar por trás da imagem. É com debate público que se faz democracia. Mas precisamos olhar para o passado recente de eleições, como Lineimar Pereira Martins em seu artigo, para ver que temos muito a fazer para nos defender de imagens criadas para domesticar o nosso voto.

O melhor é tomar a disputa eleitoral como parte da própria luta por outra globalização. O Fórum Social Mundial, em sua segunda edição, foi de lavar a alma, como mostra Virgínia Vargas. A perspectiva democrática, como uma onda, está adquirindo força e, diante do neoliberalismo, começa a definir uma agenda de interesse da cidadania planetária. Já começamos a fazer o que Saramago, em brilhante artigo para o Fórum Social Mundial, conclama a todas e todos: discutir a fundo o próprio mundo de uma ótica “dos seres humanos..., um por um e todos juntos”.

O olhar da *Democracia Viva* não podia deixar de destacar duas questões atreladas à perspectiva de cidadania universal que atravessam nossa disputa eleitoral. Trata-se do Afeganistão e de Israel-Palestina. Nos dois casos, são miradas sobre dinâmicas no seio da sociedade civil. Sônia Correa nos dá alento fazendo ver as redes de mulheres do Afeganistão numa dura luta por sua identidade e direitos. No contexto da guerra entre Israel e Palestina, Sérgio Yahní nos faz descobrir uma história que está perdendo seu rumo e só poderá ser refeita em outras bases. Como nos posicionamos diante desses problemas? Não podemos deixar que a agenda de falcões e guerreiros venha ofuscar a nossa mirada sobre o mundo e o papel do Brasil nele.



ENTREVISTA
Marika Gidali

S U M Á R I O

- 3 ARTIGO**
Encruzilhada do poder político
Joel Birman
- 8 ESPORTE**
Democracia Futebol Clube
Afonsinho
- 12 VARIEDADES**
- 14 ENTREVISTA**
Marika Gidali
- 24 CRÔNICA**
Alcione Araújo
- 26 FÓRUM SOCIAL MUNDIAL**
Outra globalização
Virginia Vargas
- 30 ESPECIAL**
Da justiça à democracia, passando pelos sinos
José Saramago
- 34 DEBATE**
Ensino superior
Roberto Leher
José Carlos Almeida Silva
- 44 PELO MUNDO**
- 46 INTERNACIONAL**
Crise em Israel
Sergio Yahni
- 54 OPINIÃO IBASE**
Mulheres do Afeganistão: rasgando véus
Sônia Correa
- 60 RESENHAS**
- 62 ARTIGO**
Cultura digital e políticas das imagens e dos signos
Maria Alzira Brum Lemos
João Baptista Winck
- 70 NACIONAL**
Fim do racionamento, mas não da crise de energia
Maurício Tiomno Tolmasquim
- 74 ESPAÇO ABERTO**
A imprensa como criadora de caso e de consenso
Lineimar Pereira Martins
- 78 INDICADORES**
Receitas contra o racismo
Rosana Heringer
Brasil: retrato em branco e negro
Marcelo Paixão
- 88 ÚLTIMA PÁGINA**
Marco

ibase

Ibase – Instituto Brasileiro de
Análises Sociais e Econômicas
Av. Rio Branco, 124 / 8º andar – Centro
CEP 20148-900 Rio de Janeiro/RJ
Tel.: +(21) 2509-0660 Fax: +(21) 3852-3517
Endereço eletrônico: ibase@ibase.br
<www.ibase.br>

Conselho Curador

Regina Novaes – *presidente*
João Guerra – *vice-presidente*
Carlos Alberto Afonso – *1º secretário*
Moacir Palmeira – *2º secretário*
Jane Souto de Oliveira – *3º secretário*

Direção Executiva

Cândido Grzybowski – *diretor-geral*
Jaime Patalano – *diretor de desenvolvimento institucional*
Francisco Menezes – *diretor de programas*

Coordenadores(as)

Atila Roque
Erica Rodrigues
Iracema Dantas
João Sucupira
Moema Miranda
Núbia Gonçalves

Assessora da Direção Executiva

Maria Nakano

DEMOCRACIA VIVA

Diretor Responsável

Cândido Grzybowski

Conselho Editorial

Alcione Araújo
Ari Roitman
Eduardo Henrique Pereira de Oliveira
José Carlos Assis
Regina Novaes
Rosana Heringer

Coordenação Editorial

Iracema Dantas

Subeditor

Marcelo Carvalho

Revisão

AnaCris Bittencourt
Marcelo Bessa

Assistentes Editoriais

Flávia Mattar
Jamile Chequer

Produção

Geni Macedo

Distribuição

Iris Patrícia Batista
Fabrícia Mello

Projeto Gráfico e Diagramação

Mais Programação Visual

Foto da Capa

J. R. Ripper

Fotolitos

Rainer Rio

Impressão

Gráfica J. Sholna

Tiragem

1.800

E-mail: democraciaviva@rits.org.br

Eu quero ser amigo(a) do Ibase



Contribuindo:

Trimestralmente Semestralmente Outra forma: _____

Com o valor de:

R\$ 30,00 (trinta reais) R\$ 50,00 (cinquenta reais) R\$ _____

Autorizo o débito no meu cartão de crédito:

American Express Sollo Visa

Nº do cartão: _____ Validade: ____/____/____

Autorizo débito automático em minha conta corrente no Banco do Brasil:

Agência: _____ Conta: _____

Aguardo receber formulário de depósito bancário

Nome: _____ Sexo: F M

Endereço: _____

Cidade: _____ UF: _____ CEP: _____

Telefone: _____ E-mail: _____

Nascimento: ____/____/____ CPF: _____

Data: ____/____/____ Assinatura: _____

ENVIE ESTE CUPOM PARA O ENDEREÇO DO IBASE OU ENVIE PELO FAX: +(21) 3852-6028
SE VOCÊ JÁ É ASSOCIADO(A), REPASSE ESTE CUPOM A UM(A) AMIGO(A).

Encruzilhada do poder político

As eleições já estão aí mesmo, programadas para outubro. Serão renovados os mandatos do presidente da República, dos governantes estaduais, da Câmara dos Deputados e das assembleias estaduais, assim como do Senado. Vou me restringir, aqui, somente nas estratégias partidárias que estão voltadas para a ocupação do cargo máximo a ser disputado, uma vez que esse é o operador maior que perpassa as eleições em geral e comanda as demais disputas. Essa é a consequência direta do regime presidencialista vigente no Brasil, que faz com que a escolha da Presidência seja a encruzilhada fundamental na montagem do poder político da nação. Portanto, ao centrar o meu comentário nesse ponto nodal, pretendo enunciar o que está em pauta, hoje, no cenário da política brasileira, destacando os seus impasses maiores.

Assim, se as eleições se aproximam, de fato os dados ainda estão sendo lançados na roleta do destino. Pouco a pouco, o quebra-cabeça das apostas políticas vai se configurando com maior clareza, definindo tanto as ambições pessoais quanto o cálculo das oligarquias para o futuro próximo e distante que já se delineia. Os partidos de oposição se inscrevem igualmente no mesmo tabuleiro, como não poderia deixar de ser, fazendo as suas apostas no jogo arriscado do poder.

As artimanhas, na melhor das possibilidades, assim como as leviandades óbvias, na pior das hipóteses, desenham o cenário sombrio das escolhas em andamento, nas quais as cutiladas e os tiroteios ostensivos indicam que a disputa será violenta, marcada por sangue e lágrimas. O vale-tudo já se anuncia como sendo o prato principal do final do percurso, uma vez que os programas dos postulantes ao poder não se enunciam com nitidez esperada, evitando confrontos reais que deveriam estar em pauta. Aos eleitores se escamoteia o que é fundamental, qual roga, os verdadeiros projetos de governabilidade que cada postulante sustenta ou se opõe, na disputa cerrada de trincheiras pela aritmética eleitoral.

Lógica diabólica

As deslealdades se colocam, então, no cenário macabro da disputa, provocando os seus estragos éticos. Baseando-se no argumento correto de que a política é um jogo de gente grande, o cinismo, no entanto, domina inteiramente os entendimentos políticos entre os agentes e as agências do poder, poluindo decididamente a atmosfera eleitoral. A desconfiança está no ar, rompendo antigos pactos estabelecidos e anunciando novos, em nome da conquista do poder.

Assim, se a quebra-de-braço entre Serra e Jereissati, no contexto do PSDB, pendeu para o primeiro, isso implicou, contudo, temores do que o segundo pudesse fazer com o fato de ter sido preterido. Poderia, quem sabe, apoiar Roseana Sarney, do PFL, abertamente ou por baixo do pano, como a candidata que pudesse deslocar o olhar do poder político para o Nordeste e retirá-lo do Sudeste, principalmente de São Paulo. Ou, quem sabe, Jereissati poderia engrossar as fileiras de seu antigo pupilo Ciro Gomes, encontrando, por esse viés, um espaço possível para explorar as suas veleidades de ser o futuro príncipe.

Quem sabe? Tudo é possível de acontecer na luta desenfreada pelo poder. As maiores baixarias podem certamente acontecer, como nos disse repetidamente Shakespeare nas suas tragédias, referência maior que ainda é para compreendermos os efeitos nefastos do poder sobre as subjetividades implicadas mortalmente na sua disputa. Pode-se bem depreender disso tudo, sem qualquer dificuldade, como as ambições

personais dos políticos pesam tanto ou mais, nas suas escolhas e decisões, do que os imperativos programáticos e os compromissos dos partidos aos quais se filiam.

Da mesma forma, o PMDB fica em cima do muro, para que seus caciques possam melhor definir o que lhes seria mais rendoso no jogo eleitoral. Ter um candidato próprio ou, então, se associar ao PSDB ou PFL, como já o faz desde o início do primeiro mandato de Fernando Henrique Cardoso, há oito anos? Nessa falsa dúvida hamletiana, todo mundo já sabe o que quer tal partido, apesar da *mise-en-scène* das prévias partidárias, para afastar de vez as pretensões rebeldes de Itamar Franco. O que se quer é – nada mais, nada menos – continuar a se favorecer das intimidades palacianas, o que sempre rende cargos polpudos em diversos escalões do governo. Pode, assim, se aliar com o PSDB, mas estando sempre de olho na crescente viabilidade eleitoral do PFL, como todo bom oportunista se comporta, isto é, voltando-se sempre para o que lhe for mais proveitoso.

O PFL ensaiou o nome de Roseana Sarney pela via estritamente midiática, transformando-a, repentinamente, num fenômeno eleitoral. Assim, a suposta esquerda do clã dos Sarney foi firmemente lançada na cena da disputa, emparelhando com o até então imbatível Lula, candidato já ilusoriamente assegurado para o previsível segundo turno com os seus 30% de intenções de voto. O PSDB se achou, assim, em polvorosa, já que o partido viu desertar o apoio do até então sócio da empresa governista. Isso porque o PFL agora queria todo o bolo para si próprio ou, na pior das hipóteses, a sua parte mais suculenta.

A aliança governista foi, desse modo, sacudida e dividida na sua base, evidenciando os pés de barro onde efetivamente sempre se sustentou. As oligarquias se fortaleceram bastante na era Fernando Henrique Cardoso. Se as renúncias de Antonio Carlos Magalhães (PFL) e Jader Barbalho (PMDB), de seus mandatos no Senado, já indicavam as fendas presentes nessa aliança, o fenômeno Roseana demoliu definitivamente a costura política que foi feita para tornar possível a longa permanência de Fernando Henrique Cardoso no poder.

Porém, o emplacamento inicial da candidatura de Roseana Sarney foi alvissareira para o PT, justamente porque dividiu a quase imbatível aliança governista e abriu decididamente as alas para Lula. O fortalecimento

de Roseana e sua equiparação com Lula nas pesquisas de opinião pública passaram também a ameaçar o PT, que passa a buscar alianças, custe o que custar, voltando-se para o PL e para os evangélicos, para possibilitar a vitória de Lula. Porém, setores significativos do PT se rebelaram decisivamente contra isso, não reconhecendo mais o ideário do partido quando se alia ao diabo em nome do bom Deus, isto é, ganhar o poder a qualquer custo. A confusão se instalou, assim, no PT, já que Lula disse, em alto e bom som, que não quer ser candidato para perder pela quarta vez consecutiva.

Enquanto isso, o pseudo-rebelde do PSDB, denominado Ciro Gomes, patina nos índices de intenção de voto, não conseguindo viabilizar a sua candidatura, apesar das costuras que o PPS procura fazer com os pequenos partidos, que apresentam, aliás, ideologias bastante distantes do ideário crítico do candidato.

O PSB, coordenado por Arraes, busca também um candidato que possa conquistar a Presidência da República. Para isso, cai também no vale-tudo. Não tem qualquer escrúpulo de acolher o populista Garotinho como candidato, mesmo que esse não tenha nada a ver com o projeto socialista. Em consequência disso, a dissidência começa também aqui a fazer água, em nome da identidade política do partido.

O que se pode depreender disso tudo é como a disputa presidencial se transformou numa verdadeira ciranda, onde cada qual faz qualquer coisa para ocupar a posição máxima do poder político. Os políticos e os partidos se aliam de acordo com o jogo macabro das conveniências, pouco importando a ideologia onde se inscreveram os primeiros e o projeto político dos segundos. Digo macabro propositalmente, para tentar desnaturalizar ao máximo o jogo de interesses espúrios que não são jamais ditos nessas alianças eleitorais, uma vez que essas nunca funcionam para fortalecer os ideários políticos dos partidos, mas apenas para fortalecer os interesses das oligarquias e dos seus caciques, que, em última instância, esvaziam o poder efetivo dos partidos, que são transformados por eles em organizações sem nervura e sem projetos consistentes para o Brasil. Causa espanto, portanto, que partidos como o PT, PSB e PPS, com projetos organizados, caiam nessa esparrela, quando, em nome do realismo político, incorporam o que existe de

pior nos demais partidos, que se regem pela lógica tradicional das oligarquias.

Assim, ciranda eleitoral se transforma decididamente numa ciranda, na qual o *por si* e o *para si* são as únicas coisas que importam nessa lógica diabólica de ocupação dos espaços de poder, diante da qual os ideários políticos são relativizados.

Terceira via ou via de mão única?

Esse suposto realismo político foi inaugurado entre nós pelo PSDB, no campo das esquerdas, na estratégia coordenada por Fernando Henrique Cardoso, nas suas duas eleições consecutivas. Em nome da governabilidade, ele se aliou com as oligarquias, isto é, o PFL e o PMDB, para obter os votos necessários e maioria parlamentar para governar o país como um imperador. Numa posição inquestionável e absoluta, pôde implantar o neoliberalismo, lançando o Brasil no turbilhão voraz do mercado financeiro internacional. As privatizações se multiplicaram, de maneira questionável, pois muitas delas foram feitas com financiamento do Estado brasileiro. A herança da era Vargas foi para o espaço, desmantelando o que ainda nos restava do Estado do bem-estar social.

Disso tudo, resultou a quebra das políticas sociais, dentre as quais, os campos da saúde, da educação e da segurança se destacaram pelas suas desconstruções ostensivas. O escândalo da epidemia recente de dengue, entre outras mazelas, evidencia o fracasso da saúde pública, que se apresenta, ainda, pela privatização crescente da assistência médica. Associa-se também a isso as privatizações do ensino público, nos níveis médio e universitário, quebrando literalmente com o sistema público de educação. A destruição do sistema de segurança pública, nas esferas municipais, estaduais e federal, enfim, é a resultante maior desse processo de desconstrução das políticas sociais feita em prol da globalização neoliberal.

**Digo macabro
propositalmente,
para tentar
desnaturalizar ao
máximo o jogo
de interesses
espúrios que não
são jamais ditos
nessas alianças
eleitorais**

É preciso fortalecer os partidos de oposição, sem repetir os jogos espúrios das oligarquias

O correlato disso tudo foi o enriquecimento abusivo dos bancos na era Fernando Henrique Cardoso, que triplicaram o seu capital, enquanto que os demais grupos e segmentos sociais perderam o equivalente em seus ganhos. A taxa de juros existente, hoje, no país, é a mais elevada do planeta, sem que exista quanto a isso qualquer sombra de dúvida e de maledicência. A classe média se proletariza a olhos vistos, começando já a produzir formas próprias de delinquência e de criminalidade, que não se restringem mais aos tradicionais contingentes advindos das classes populares.

A terceira via brasileira (Blair, Giddens) se restringe a ser uma via de mão única, na qual o capital financeiro internacional se enriquece, aliado à burguesia nacional, enquanto o Estado do bem-estar social se fragiliza cada vez mais no projeto minimalista do neoliberalismo. A dita social-democracia à brasileira é um instrumento das oligarquias para continuarem a manter a sua hegemonia, num contexto político no qual o apelo para as transformações políticas é ostensivo. As últimas eleições municipais deram um recado bastante claro sobre essas inquietações de mudança que permeiam, hoje, a população brasileira. Estão sensíveis a isso os partidos políticos não oligárquicos, nas suas *cirandas* eleitorais?

Ainda não foi falado o suficiente que o dito partido da ética na política, isto é, o PSDB, foi a âncora de salvação para as oligarquias brasileiras. Com efeito, elas estavam já bastante cambaleadas pelo *impeachment* de Collor, e o PSDB ofereceu a sua inestimável ajuda para a sobrevivência delas. Fernando Henrique Cardoso forjou, então, a aliança partidária para governar com uma oposição reduzida e enfraquecida pelo peso das oligarquias vitoriosas. Rasgando, portanto, tudo aquilo que havia escrito até então como sociólogo e apagando a sua recente tradição como político, Fernando Henrique Cardoso se aliou com o atraso brasileiro e lhe ofereceu as condições de sobrevivência.

O projeto neoliberal que Fernando Henrique Cardoso implementou já havia

sido esboçado no governo Collor. Fernando Henrique foi, então, seu herdeiro e soube implantar o projeto com a inteligência política que faltou a Collor. De qualquer maneira, é preciso indicar devidamente as filiações aqui em pauta, para que não nos iludamos com os ruídos criados pela *ciranda* partidária e separarmos, efetivamente, o joio do trigo. Vale dizer que o trigo, aqui, é o desejo de mudança que a sociedade brasileira expressa de múltiplas formas; o joio é ainda a tentativa das oligarquias de se colocarem como os legítimos agentes de transformação, quando, de fato, representam o atraso social. Os dois governos de Fernando Henrique Cardoso foram a exibição mais ostensiva disso, evidenciando a permanência do Brasil arcaico sob o ouropel poliglota da mudança, isto é, o mercado, o neoliberalismo e a terceira via da pseudo-social-democracia.

Democracia versus publicidade

Se evoco tudo isso aqui, com um certo vingar, é para destacar que não é apenas pelo realismo eleitoral, tecendo alianças discutíveis, que as transformações necessárias a serem feitas na sociedade brasileira podem efetivamente se realizar. Dessa maneira, estaremos condenados a repetir o fiasco do governo Fernando Henrique Cardoso, que teve tudo para promover mudanças fundamentais, e os resultados são os que todos já conhecemos.

Assim, não é se aliando com o PL e com os evangélicos que o PT pode fazer valer o patrimônio político que foi construído por mais de duas décadas, pois esse é o caminho infalível para a sua desconstrução a médio e longo prazos. Da mesma forma, não é dando guarita a oportunistas como Garotinho que o socialismo brasileiro vai acumular capital simbólico para responder aos anseios por mudanças, mas apenas amesquinhar esse legado e ser engolido pelo populismo.

Assim, é preciso fortalecer os partidos de oposição, sem repetir os jogos espúrios das oligarquias. Para isso, é preciso que aqueles formulem as suas propostas de maneira nítida e consistente, sem caírem na tentação eleitoreira de fazer trucagens que possam inviabilizar os seus projetos políticos. Por isso, a decisão recente do Tribunal Superior Eleitoral, de definir as simetrias das coligações nos níveis estadual e federal, é

fundamental, pois define um limite para a promiscuidade das legendas segundo a lógica das oligarquias. A jovem democracia brasileira vai se fortalecer com isso, uma vez que os eleitores podem escolher os seus candidatos em nome de programas claros de governabilidade e não de arranjos de circunstâncias que transformam os partidos em legendas de aluguel.

Digo isso porque, no que aconteceu até agora, a propaganda eleitoral se caracterizou pelo vazio e pelo silêncio de propostas, não obstante o ruído midiático que promoveu. Vale dizer, a promoção do espetáculo está em cena, forjada pelos magos da comunicação de massa, que fabricam os personagens com os truques da publicidade. Cada candidato se constrói de forma *fake* por um publicitário, que, com muita maquiagem, vende àquele como uma mercadoria atraente para o respeitável público. Da direita à esquerda, os publicitários produzem o que sabem fazer, isto é, marcas, que passam a regular organicamente as plataformas elei-

torais e que maculam o que poderia vir a ser a democracia brasileira. Porém, se isso ocorre dessa maneira, é porque os partidos não exibem, a céu aberto, projetos e programas de governo, mas querem iludir o eleitor misturando mais uma vez o joio com o trigo, embaralhando, então, as possibilidades reais de mudança.

Parece-me que é preciso cutucar os partidos para que apresentem discursos programáticos, com propostas claras de governo, a fim de que o confronto efetivo das diferentes propostas possa se realizar. Com isso, a democracia brasileira se desenvolve, podendo o eleitor vir a escolher os candidatos por suas propostas e não por montagens publicitárias, que produzem apenas marcas e mercadorias. As eleições não são um mercado, mas um momento solene para construirmos o nosso futuro político. Encontra-se justamente aqui o obstáculo maior da campanha eleitoral em curso, que é um impasse para o florescimento de nossa ainda frágil ordem democrática. ■

*Joel Birman

Psicanalista, presidente do Espaço Brasileiro de Estudos Psicanalíticos, professor titular do Instituto de Psicologia da Universidade Federal do Rio de Janeiro e professor adjunto do Instituto de Medicina Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro

Jornal da Cidadania

iBase

O Jornal da Cidadania é distribuído para pessoas que têm pouco ou nenhum acesso à informação crítica e comprometida com a democracia. São trabalhadores(as) urbanos(as) e rurais, líderes comunitários(as), moradores(as) de periferias, estudantes e professores(as), entre outros segmentos da sociedade. Sua tiragem de 55 mil exemplares chega gratuitamente a todos os estados brasileiros.

Participe dessa iniciativa. Você pode colaborar com contribuições voluntárias ou organizando um núcleo de distribuição. Doações de pessoas jurídicas serão abatidas no Imposto de Renda.

Converse com a gente pelo telefone (21) 2509.0660 ou pelo e-mail jcidadania@ibase.br



Democracia futebol clube

O Brasil vai à Copa do Mundo, mas não como foi a todas as copas já realizadas. Seria melhor falar de gois sensacionais, jogadas espetaculares, craques maravilhosos, mas o futebol brasileiro foi o último a se classificar, raspando a trave, em meio a escândalos, falcatruas, mutretas e toda sorte de mazelas que vêm sendo expostas ao público. Este, por sua vez, sempre sabe como as coisas funcionam, mas as relações de poder o deixam a milhas de distância de qualquer decisão.

No Brasil, futebol e carnaval são os momentos em que essa imagem tão difusa do que é *ser brasileiro*, em meio a tanta iniquidade, fica menos turva. Melhor ainda quando é o carnaval da vitória. O Brasil foi campeão mundial em 1994, mas não houve carnaval. O sentimento foi de alívio, não serviu para mascarar o descompasso que já vinha de longe. De lá pra cá, o barco só afundou mais.

O inconformismo com a derrota na Copa da França, em 1998, provocou uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) no Senado, motivada pelas "tenebrosas transações" das grandes empresas e empresários. Imediatamente, forjou-se outra CPI na Câmara Federal com o intuito de esvaziar a primeira. O desprezo devotado ao esporte nos meios oficiais, tratado entre nós como algo menor, permitiu a presença, na CPI da Câmara, de alguns deputados atentos à defesa dos bens públicos, levando adiante as investigações.



A CPI do Senado vive o impasse de ver suas propostas executadas ou não. Ao final de seus trabalhos, foi atropelada por um "acordo de notáveis", que se comprometeu a adotar soluções radicais pelo viés antipático de uma medida provisória prometida para 15 dias. Já se passaram meses de um ano eleitoral, e a Confederação Brasileira de Futebol (CBF), que comanda o futebol brasileiro, tendo seu presidente sob acusações gravíssimas, desfez um contrato de patrocínio e assinou outro pelo prazo de 17 anos, embora ele tenha acertado sua saída da CBF no tal acordo de cardeais.

Nos últimos anos, todas as conquistas e símbolos do futebol brasileiro foram sendo jogados por terra. A seleção perdeu para quase todos os adversários historicamente inferiores. A taça Jules Rimet, troféu mais importante de posse definitiva pela conquista de três campeonatos mundiais, foi roubada e derretida. A situação chegou ao fundo do poço, obrigando o governo do Estado do Rio de Janeiro a fazer uma intervenção direta por ocasião do jogo Vasco x São Caetano, um jogo de um só time, juiz de um só time, uma só torcida presente e que só acabaria com o resultado que teve. Seria esse o *pensamento único* no futebol? Mais tarde, o Ministério dos Esportes interveio, e, por fim, o próprio presidente Fernando Henrique Cardoso disse que a desclassificação do Brasil para a Copa do Mundo da Coreia/Japão seria mais desastrosa do que uma crise econômica. Ninguém pode se dizer inocente diante da situação.

Poder político

O esporte, em particular o futebol, é uma forma de manifestação de uma coletividade, e, nele, temos a face expressiva da sociedade brasileira e de outros grupos sociais pelo mundo afora. O modo como o poder político e suas variantes se relacionam com esse valor cultural é muito interessante, instigante mesmo, e esclarecedor. O reflexo dos desencontros entre dirigentes, autoridades e o jogo disputado dentro das quatro linhas é direto. Expõe a fragilidade de toda a estrutura.

Os jogadores "profissionais", ainda muito passivos e sem representação coletiva significativa, debatem-se como "moscas no mel". Vivem, hoje, um momento crítico: saem do oásis social onde estão, para atravessar o deserto de modo semelhante aos recém-libertos, e devem forçosamente sair da letargia em que se encontram. Para eles, as alterações já começaram. Em termos práticos, está acontecendo a

redução de valores contratuais fora da realidade. Mas ainda não ocorreram as mudanças que o passe livre indicava, como contratos mais longos que promoveriam uma maior estabilidade de interesse dos jogadores, que, aí sim, se tornariam verdadeiros profissionais (contratos de três meses não caracterizam um vínculo empregatício confiável). Deixariam, então, de "errar cegos pelo continente". Tais mudanças acabariam por proporcionar a volta da motivação dos torcedores, uma vez que um esporte coletivo não tem qualidade sem a prática conjunta dos esportistas por um tempo prolongado.

Esse é justamente o nó onde o problema técnico da "seleção" torna-se evidente. O craque é o astro do seu time no exterior, eleito mesmo o melhor jogador do mundo, faz dois ou três gols de alta categoria no domingo e, na quarta-feira, vem ao seu país jogar pela seleção. Claro, não rende quase nada e tem seu valor contestado veementemente, dando margem a longos debates na mídia sobre sua *performance*. No domingo seguinte, joga de novo em seu clube e volta a ser outra vez o melhor do mundo.

A imprensa – tão importante em qualquer sociedade, mas também estonteada dentro desse processo – confunde "bancadas de cartolas" com "bancada da bola". Em termos estruturais, o futebol é dirigido pela CBF, arrogante através dos tempos, jogando na cara de quem a conteste ser entidade "privada" com direito a verbas oficiais, isenta de encargos e livre de prestação de contas, um "paraíso" dentro do Brasil.

Mesmo após as CPIs, não fica evidente a responsabilidade do Estado com esse valor cultural do Brasil. O futebol tornou-se um dos grandes negócios do mundo financeiro atual, e as instituições não acompanharam. As "corporações" transnacionais chegaram e não se firmam. Enquanto isso, nesse buraco, proliferam os intermediários, alguns se tornando mais poderosos que os próprios clubes, mesmo entre os chamados grandes.

Paixões e brigas

Nesse ponto, está o fulcro da questão, os torcedores, razão de ser dos espetáculos, unem-se apaixonadamente em torno das cores dos seus clubes estruturados ainda como na sua fundação. Desesperadamente, brigam com as torcidas adversárias e até entre si mesmos, acabando proibidos de entrar nos estádios.

Ainda assim, causa espanto saber que a maior torcida do Brasil tem população semelhante à da Espanha. O esporte é dirigido de



*Afonsinho

Jogador de futebol
e médico

modo colonial nos clubes e feudal nas federações, em algumas delas passando rigorosamente por gerações dentro de uma família (com exemplo, judô e basquete).

Nas federações, o obscurantismo é explícito a ponto de uma proposta de CPI na Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro ser escorraçada aos trambolhões por um dirigente que declara, abertamente, reiteradas vezes, que "poder só se entrega à força". Que força sustenta, ainda hoje, na sociedade brasileira, uma situação como essa?

Essa é a maneira como o poder central vem tratando o esporte por todo o tempo. Saindo do amadorismo para um profissionalismo indefinido ainda em nossos dias, o futebol atravessou a ditadura do Estado Novo (instituiu o Conselho Nacional de Desportos/CND), encarou outra ditadura da qual ainda não se livrou completamente. Hoje, vivemos a "ditadura dos técnicos" todo-poderosos, que, no domingo, mandam mais que o presidente e, na segunda-feira, são ridicularizados.

Situação global

O que pensar das expectativas brasileiras para a Coreia e o Japão? A situação do futebol mundial não é muito diferente da brasileira. A crise na Fifa é palpável e muita coisa deve mudar daqui por diante. Como será resolvida sua divisão interna – a disputa entre europeus? Em sua voracidade, não dá conta de seus compromissos e ainda engoliu o futebol de salão. Seu modelo político, semelhante às confederações que a compõem, vai perdurar?

Dentro de campo, vamos nas piores condições, só podendo contar com improvisações e talentos individuais. Na realidade, nem se pode chamar seleção porque as ingerências estão explícitas. A direção técnica é coerente com a direção político-administrativa, privilegiando técnicos que assumem tudo, aliviando a responsabilidade dos dirigentes. Quando chega a hora decisiva, aparecem as rupturas (vide França 98).

Entende-se porque razões os técnicos mais criativos – saudade de Zizinho e Didi – quase nunca chegam a dirigir nossas seleções principais. Os jogadores, relegados a um plano inferior. Não se sabe sequer quem são em sua maioria.

Em outros países, as dificuldades não são menores, mas alguns vivem momentos menos turbulentos e suas chances são maiores. Curiosa a situação dos irmãos argentinos, que, tendo preparado um bom trabalho, chegam à copa em tempo de instabilidade político-econômica. Desejamos sorte a eles.

Torcida pelo esporte

O que concluir de toda essa situação caótica do futebol brasileiro? Para a CPI da Câmara Federal, algumas sugestões, mesmo dentro desse estado predador, podem ser implementadas.

1. Definir, com clareza, um sistema esportivo brasileiro.
 2. Estimular a democratização das instituições em todos os níveis (clubes, federações, CBF, sindicatos).
 3. Exigir essa democratização no momento de distribuir as verbas às entidades esportivas. ■
-

Flavia Mattar
Colaborou Jamile Chequer

Isso tem de acabar!

No Brasil, 5 milhões de pessoas, na maioria mulheres, exercem o trabalho doméstico remunerado. Em Salvador, a maioria é negra, e cerca de 360 mil têm entre 10 e 16 anos, o que caracteriza mão-de-obra infantil. O programa Ceafro – Profissionalização para a Cidadania, do Centro de Estudos Afro-Orientais (Ceao), da UFBA, criou a publicação *Garantia de direitos: cartilha para adolescentes, trabalhadoras domésticas, mulheres negras*.

A discriminação e o racismo estão presentes em vários capítulos, já que foram o principal foco de interesse das 36 jovens que participaram de sua elaboração. Foram ouvidas suas histórias, experiências, observações, curiosidades e perplexidades. “A cartilha não é apenas uma referência de garantia de direitos e deveres de trabalhadoras, mas busca ser, a partir do olhar de adolescentes trabalhadoras domésticas, um guia para suas inquietações e dúvidas como jovens mulheres negras. Para que tenham seu trabalho e direitos garantidos, é preciso investir na reconstrução de sua identidade racial e de gênero”, explica Vanda Sampaio de Sá Barreto, coordenadora do Projeto Ampliando Direitos e Horizontes do Ceafro.

www.ufba.br/instituicoes/ufba/ceao/ ou ceafro@ufba.br

Vanguarda indígena

Em uma cultura em que os homens costumam assumir as tarefas, surpreende o fato de que mais da metade do grupo de indígenas que participou e passou no vestibular da PUC/SP seja composto por mulheres. Mas índios e índias no vestibular? Será que isso não interfere em seus costumes? Um índio pankararu tem a resposta: “Nossa vida não é museu. Não podemos ficar como há 500 anos.” Além dos pankararu (PE), os guarani (SP) e os xavante (MT) fizeram a prova, totalizando 28 pessoas, das quais apenas quatro não passaram. Residentes em São Paulo, todos(as) terão isenção de matrícula e bolsa integral no primeiro ano.

Segundo Benedito Prêzia, coordenador da Pastoral Indigenista, a PUC está negociando, com a Fundação Ford e o MEC, a garantia de continuidade dos estudos. A expectativa é que, quando terminarem o curso, os índios possam aplicar o conhecimento que adquiriram na melhoria da qualidade de vida do povo ao qual pertencem. Uma guarani, que ensina a língua em sua aldeia para crianças da 1ª à 4ª série, optou por cursar Letras para que possa criar uma gramática especial. O único xavante da lista cursará Geografia para viabilizar um projeto de preservação do cerrado de Mato Grosso. Mas os quatro pankararu que escolheram Engenharia Elétrica poderão encontrar problemas. “Será um grande desafio”, diz Benedito. Ou não. Como disse o pankararu, os tempos são outros.

Orgasmo protegido

Adriana Bertini, com suas obras de arte feitas com camisinhas, sai do circuito alternativo para expor em galerias. Quem passou pelo Sesc Itaquera, em São Paulo, de 22 de fevereiro a 22 de março, pôde conferir telas, esculturas e vestidos inspirados em Marlene Dietrich e Rita Hayworth. “Há seis anos desenvolvo o trabalho. Quando fui voluntária do Grupo de Apoio à Prevenção à Aids (Gapa), pegava lotes vencidos do objeto para trabalhá-los artisticamente. Agora, consigo preservativos que não passaram pelo controle de qualidade das fábricas. É um material muito difícil de ser trabalhado por causa do lubrificante. Até hoje, pesquisei quais as melhores tintas e colas que devem ser usadas”, explica. A artista plástica está negociando duas exposições para o final do ano e está aberta para novos convites. A obra de Adriana tem como principal objetivo alertar as pessoas sobre o perigo da Aids e de doenças sexualmente transmissíveis. Além disso, contribui para a preservação do meio ambiente, já que os preservativos que apresentam problemas costumam ser enterrados – apesar de não serem biodegradáveis – ou queimados, liberando enxofre que polui o ar.

Mais informações:
(11) 9682-1087 ou (11) 3885-9454

Vergonha

Como acontece há 20 anos, a organização Human Rights Watch lançou o seu relatório sobre a violação dos direitos humanos no mundo. O Brasil tirou nota baixa. Escapou do zero por ter um programa de combate à Aids como um modelo a ser seguido e por outras poucas situações. O maior vilão é a própria Justiça. Principalmente porque policiais e agentes de carceragem cometem abusos de poder e quase nunca são punidos. O massacre de 111 presidiários em 1992, no Carandiru, é citado. Sabe-se que o coronel Ubiratam Guimarães foi condenado. Até aí é um fato histórico. Porém, o mesmo coronel foi libertado após sentença com apelação pendente e continua no cargo de diretor de uma firma de segurança. Os 85 PMs restantes estão aguardando julgamento. Além disso, o sistema carcerário brasileiro está em péssimas condições, principalmente no que diz respeito às questões de saúde e superpopulação.

O documento se refere ao relatório de Nigel Rodley, das Nações Unidas, no qual se descrevem 348 casos de tortura em 18 estados brasileiros. E, apesar disso, apenas cinco dos 27 estados que compõem o país possuem um departamento interno de ouvidoria. Em São Paulo, por exemplo, 272 pessoas foram mortas por policiais na primeira metade de 2001. Para sentir vergonha maior, leia o relatório completo.

www.humansrightwatch.org

Urna patriarcal

Um terço das brasileiras não acredita que mulheres estejam preparadas para governar o país, revela a pesquisa sobre cultura política feminina realizada pela Fundação Perseu Abramo, entidade ligada ao PT. O maior descrédito concentra-se nas faixas de menor escolaridade.

Para Taciana Gouveia, da ONG SOS Corpo Gênero e Cidadania, o resultado reflete a falta de experiência real e concreta de mulheres ocupando cargos executivos. De acordo com dados da Wedo (Organização de Mulheres para o Ambiente e o Desenvolvimento), o sexo feminino ocupava, em 1995, 10% dos cargos eletivos dos governos no mundo. Em 2001, esse percentual subiu para 12,7%, o que representa um aumento apenas de 0,5% ao ano.

O estudo ressalta também que um quarto das mulheres não vê diferença entre viver em uma ditadura ou em uma democracia. O mesmo número é a favor da legalização da união entre homossexuais, 18% defendem a idéia de discriminação do aborto e 19% concordam que os homens são superiores. Foram ouvidas 2.502 brasileiras, a partir dos 15 anos, residentes em áreas urbanas ou rurais de 187 municípios de todo o país.

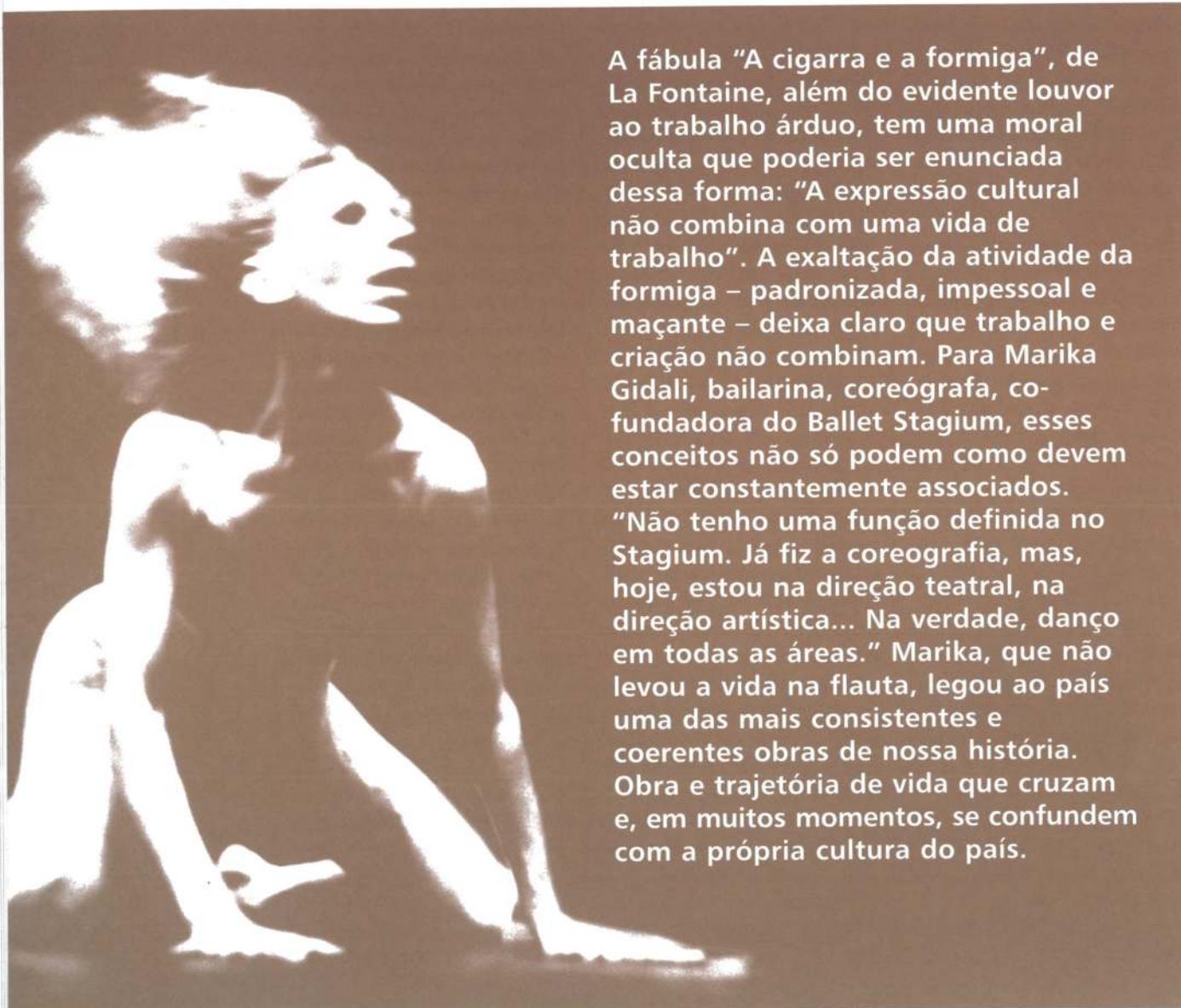
Desperdício de vidas

RedeSaúde comemora dez anos de atuação com o lançamento da publicação *Saúde da mulher e direitos reprodutivos – dossiês*. O livro traz, em suas 186 páginas, seis estudos publicados entre 1998 e 2001. São apresentadas informações, estatísticas, análises e reflexões sobre mortalidade materna, aborto inseguro, Aids, violência, menopausa e bioética. Entre os principais pontos levantados, está o fato de que as estatísticas brasileiras sobre mortalidade materna são semelhantes às dos países mais pobres da América Latina.

A publicação aponta também que as nações latinas e o Caribe estão entre os que possuem as legislações mais restritivas à interrupção da gravidez. Sobre Aids, é revelado que, no ano 2000, foram 1,3 milhão as mortes femininas em decorrência da síndrome. Esse grupo populacional representa quase metade dos novos casos de infecção por HIV. Com relação à violência contra mulheres, é ressaltado que a incompatibilidade entre leis e prática social, assim como os esforços insuficientes dos governos para fazer valer os acordos internacionais nessa questão, constitui-se em negação dos direitos humanos.

RedeSaúde: (11) 3813-8578
redesaude@uol.com.br

Marika Gidali



A fábula "A cigarra e a formiga", de La Fontaine, além do evidente louvor ao trabalho árduo, tem uma moral oculta que poderia ser enunciada dessa forma: "A expressão cultural não combina com uma vida de trabalho". A exaltação da atividade da formiga – padronizada, impessoal e maçante – deixa claro que trabalho e criação não combinam. Para Marika Gidali, bailarina, coreógrafa, co-fundadora do Ballet Stagium, esses conceitos não só podem como devem estar constantemente associados. "Não tenho uma função definida no Stagium. Já fiz a coreografia, mas, hoje, estou na direção teatral, na direção artística... Na verdade, danço em todas as áreas." Marika, que não levou a vida na flauta, legou ao país uma das mais consistentes e coerentes obras de nossa história. Obra e trajetória de vida que cruzam e, em muitos momentos, se confundem com a própria cultura do país.

ENIDIO LUIS/FOTOGRAFIA

Como foi sua infância?

Marika Gidali – Nasci em Budapeste, na Hungria. Cheguei, em 1946, ao Brasil, com 10 anos, com meus pais e irmãos. A Segunda Guerra Mundial foi terrível para os judeus, e não estávamos bem na Hungria. Meu pai foi levado para a frente de trabalho pelos nazistas, como os outros judeus. Minha mãe foi colocada em um campo de concentração, de onde ela fugia constantemente. Só nos salvamos daquela chacinha, de toda a loucura, porque Deus quis. Foi ótimo chegar ao Brasil, foi quando a gente começou a viver. Até então, só sobrevivíamos.

Por que escolheram o Brasil para morar?

Marika Gidali – Nossos tios já moravam aqui. Mas minha raiz é húngara. Minha família guarda muita coisa boa da Hungria, como a fibra do povo húngaro. Temos muitas lembranças da cultura húngara, mas a gente não é de comemorar as datas nacionais da Hungria, nem os dias sagrados da religião. Mas gosto de ser húngara e judia. E adoro ser brasileira. Luto pelo Brasil, me sinto brasileira também. Eu me identifico como uma artista brasileira, fui formada artisticamente aqui, faço parte da dança do Brasil.

Como você começou na dança?

Marika Gidali – A dança entrou na minha vida ainda na Hungria. Como toda criança, gostava de dançar, fazer acrobacias e adorava correr e pular. Fiz os testes para entrar no teatro municipal húngaro, a Ópera de Budapeste. Passei no exame, mas, logo depois, vim para o Brasil. Subi no palco pelo Teatro Amador Húngaro, do Clube Húngaro do Brasil. Ao mesmo tempo, fiz exame para entrar no Teatro Municipal de São Paulo, mas não consegui passar. Comecei minha carreira profissional no Balé do IV Centenário, em 1954. Mas não abandonei o esporte. Fazia ginástica de solo e aparelho, que, ainda hoje, acho muito bonito. Cheguei a ser campeã paulista dessa modalidade em 1963. Tudo o que eu aprendia na ginástica trazia para a dança. A acrobacia foi entrando no ambiente da dança do final dos anos 50, início dos anos 60. Hoje, a dança é mais atlética, não tem só influência do balé clássico. Eu estava realmente em dúvida se partiria para o esporte, do qual gostava muito, ou para a dança. Mas não se escolhe a dança, ela é que te escolhe. Isso é tão forte que, tecnicamente falando, parei de dançar há dois anos, mas nunca dancei tanto em minha vida.

Você teve dificuldades em sua carreira?

Marika Gidali – Depois daquela loucura que passei na Hungria, qualquer coisa seria mais fácil. Não, não acho que foi difícil... Bom, dificuldade



ARQUIVO IBASE

tive por não ter o biotipo de uma bailarina. Mas fui dançando, enfrentando os desafios.

Você falava sobre o Ballet do IV Centenário.

Marika Gidali – Sim, eu dançava lá, fiz parte do corpo de baile do Rio de Janeiro. Quando o Ballet do IV Centenário acabou, saí do Rio de Janeiro. Voltei para São Paulo por opção, não queria pertencer a uma companhia estável. Fico muito assustada com essa coisa de ser funcionário público. Sempre prezei minha liberdade. Optei pela não-comodidade. Eu poderia estar no Teatro Municipal do Rio de Janeiro até hoje, com cargo efetivado. A opção foi inconsciente, instintiva. Eu preciso da inquietação, falo como artista. Artista acomodado é cumpridor de horário.

Como foi sua volta para São Paulo?

Marika Gidali – Aqui, fundei diversos grupos pequenos e, com eles, fui aprendendo a conceber os caminhos de uma companhia independente. Formamos um grupo pequeno no Teatro Cultura Artística e, paralelamente, para sobreviver, fazíamos uma coisa que chamávamos de *chá-chá-chá*, que era o trabalho em boates, convenções e na televisão. Participei das inaugurações de todas as televisões da época. Isso foi fantástico para mim porque, mais tarde, em 1964, quando comecei a trabalhar em teatro com Adhemar Guerra, comecei a aplicar em coreografias teatrais tudo o que eu havia aprendido. Poderia dizer que minha faculdade de dança foi a boate e a televisão. Agora, nada do que fiz foi obrigatório, foi tudo com prazer, mesmo se fazia para sobreviver, como dançar em boates. Eu guardava o que de importante eu fazia para teatro. E fiz muita coisa, começando por *Oh! Que delícia de guerra*, de 1966. Logo depois, fizemos *Marat-Sade*, sobre a Revolução Francesa. Depois veio *Hair*, de 1971, uma

análise crítica sobre a Guerra do Vietnã. Foram peças com temas que ajudaram a abrir minha visão como cidadã e bailarina.

Você citou *Hair*. Como foi a experiência?

Marika Gidali – Maravilhosa. Gostei muito de trabalhar em *Hair* porque era um espetáculo sobre toda a problemática do jovem na época, das drogas etc. Tive a oportunidade de fazer uma leitura clara do que estava acontecendo, o que significava aquela juventude toda partindo para uma luta complicada.

Os atores já eram todos profissionais: Armando Bogus, Aracy Balabanian, Ney Latorraca, Sônia Braga, Nuno Leal Maia... Foi uma convivência que gerou amizades e algumas complicações. Muitos achavam que era preciso passar pelas drogas para entender o texto, e eu nem cigarros fumei na minha vida. Fiz o trabalho de cabeça clara, limpa. Fiz a coreografia e, como em todas as peças anteriores, também era assistente de direção do Adhemar Guerra. Foi um grande aprendizado, não apenas *Hair*, mas todas as peças. Para cada trabalho, havia um estudo diferente em que

aprofundávamos os temas e as soluções plásticas.

Neste ano, fez 20 anos que Elis Regina morreu. Como foi trabalhar com ela em *Saudades do Brasil*, em 1980?

Marika Gidali – A Elis estava em um momento muito especial, uma revisão da carreira dela. Estava voltando de uma viagem longa pelo Brasil, e tudo estava muito claro para ela, o que deveria fazer artística e politicamente. Acho que essa viagem, principalmente a passagem pelo Nordeste, foi muito importante, a história toda lá está na pele. O final de *Saudades do Brasil* foi inspirado em um dos balés do Stagium, o *Kuarup, ou a questão do índio*, de 1977. A música "Como se fosse brincadeira de roda" foi feita, durante um dos ensaios, por Gonzaguinha, que ficou inspirado pela coreografia que estávamos fazendo para o show. Ficou muito bonito. Foram vários desafios, várias revisões, de muitos dos artistas que estavam participando do espetáculo. Foi, com certeza, um momento muito marcante para mim.

Vamos voltar um pouco no tempo, para 1971, com o nascimento do Ballet Stagium.

Marika Gidali – Temos 31 anos. Com esse tempo de vida, não há nenhuma outra companhia. Existem escolinhas, mas movimento, com espetáculos constantes, sem parar durante todo esse tempo, não. Chegamos a, aproximadamente, 150 espetáculos por ano em 1990. Acaba um ano, e, no início do outro, já estamos novamente trabalhando. Agora, estamos testando bailarinos [*Pouco antes da gravação da entrevista, Marika selecionava bailarinos para a nova temporada do Stagium*] e a companhia começou a trabalhar em 1º de fevereiro. Mas, em vários anos, estivemos em situação difícil. Nunca passou pela nossa cabeça parar. O que pensávamos era o seguinte: bom, essa fórmula, neste momento, não está funcionando; vamos procurar outra. Nunca paramos porque sempre nos adaptamos ao que está acontecendo. Estivemos no máximo, no mínimo e no *mais ou menos*. As dificuldades são as mais variadas – problemas financeiros, impasses artísticos –, depende da época. Talvez o pior momento tenha sido em 1981, quando pensamos mesmo que não daria para continuar. Tivemos de refazer tudo. Mas a arte está sempre em crise, não é? É preciso ter conflitos, desafios. Arte parada fica sem graça, passiva, copiada. Não aceitamos o mal-estar, andamos apesar dele e lutando contra. Se nos esborrachamos no chão, levantamos e seguimos adiante. Temos de repensar o tempo inteiro o caminho onde estamos. No Stagium, procuramos manter sempre a inquietação presente e os pés no chão, na chuva, no sol e na tempestade. Idealismo com os pés no chão, senão não concretiza. E dar tempo ao tempo. Se algo der errado, o Stagium assume.

Qual o contexto do surgimento da companhia?

Marika Gidali – O Stagium surgiu na TV Cultura. Recebi um convite da casa para fazer um trabalho. Na época, havia reencontrado Décio [*Décio Otero, marido de Marika, também dançarino e coreógrafo, co-fundador do Stagium*] por acaso e pensei: "Não vou fazer esse trabalho sem o Décio, não". Do nosso encontro, das duas visões, nasceu o Stagium. Foram quase seis meses de programa. Quando acabou o trabalho, as pessoas envolvidas quiseram continuar com o Stagium. Na TV Cultura, recebíamos um dinheirinho que dividíamos entre nós. Sem a TV, não haveria cachê certo, era difícil mesmo.

O primeiro objetivo do Stagium foi o de formar uma companhia de dança que nos desse a oportunidade de profissionalização, que permitisse ao bailarino se fixar no Brasil, não pegar o avião e ir para o estrangeiro para poder

Arte parada fica sem graça, passiva, copiada. Não aceitamos o mal-estar, andamos apesar dele e lutando contra

trabalhar. Para que isso pudesse acontecer, saímos de São Paulo, onde não tínhamos campo de trabalho, e fomos para o interior.

O que representou a saída de São Paulo para o Stagium?

Marika Gidali – Foi quando começou a mudar tudo. Era o momento de acontecer. Não havia nada de dança fora dos grandes centros, dos Teatros Municipais do Rio de Janeiro e de São Paulo, alguma coisa na Bahia e pronto, acabou. Criei várias pequenas companhias, nenhuma se consolidou. Eu estava vindo com uma carga de dança e de teatro muito forte, o Décio tinha a formação européia, de bailarino de formação técnica de qualidade. A realidade de São Paulo é específica, e nossa visão de companhia era influenciada pela cidade. À medida que fomos descobrindo o Norte e o Nordeste, nossa visão mudou. Perguntamos a nós mesmos o que era dançar em uma terra como a nossa, onde há gente que morre de fome. Estávamos abandonando as salas teatrais porque existem pessoas que não conseguem entrar lá, e queríamos mostrar que elas também têm direito de assistir a um espetáculo. Outra questão era saber onde estavam nossas raízes brasileiras e quão colonizados estávamos. Pensar nessas questões, fazer a leitura do que estávamos realizando e do que faríamos para diante sob os novos pontos de vista foi fundamental naquele momento. O Stagium talvez seja o grupo artístico que mais conhece o Brasil.

Qual a primeira grande viagem do Stagium?

Marika Gidali – Foi entre 1971 e 1974, quando tivemos nossos primeiros contatos com o Nordeste. O passo seguinte, em 1974, foi participar do Barco da Cultura no rio São Francisco, em plena ditadura militar. O projeto era de Pascoal Carlos Magno e envolveu 150 artistas. O Stagium foi o carro-chefe do projeto, até por já ter realizado, na época, duas viagens anteriores à região. A idéia era navegar de Pirapora, em Minas Gerais, a Juazeiro, na Bahia, parando em todas as cidades e aldeiazinhas. Fazíamos pequenas oficinas de trabalho locais, procurando sempre formar alguém para ensinar alguma coisa para as crianças. Boa parte da região seria alagada pela hidrelétrica de Sobradinho, que estava sendo construída. Aproveitávamos a ocasião para fazer pesquisas nos lugares onde estávamos pisando e nos deparávamos com situações, como, ao perguntar para uma mulher com uma criança no colo quantos filhos ela tinha, ouvir: "Tinha 12, mas 11 não vingaram". Não vingaram porque não tinham o que comer, não tinham estudo, não

tinham nada. O tempo inteiro estávamos questionando o que era o Brasil, o que estava acontecendo e o que estávamos fazendo ali. Foram 15 dias de reflexão total. As viagens começaram a ficar mais consistentes depois dessa experiência, pois já sabíamos um pouco mais o que estávamos fazendo. Começamos a prestar mais atenção à comunicação. A primeira coisa que percebemos na volta é que deveríamos mostrar em São Paulo o que havíamos sentido ali. Não o que vimos, mas o que sentimos. Então, começamos a mudar o repertório.

Essa guinada na trajetória do Stagium não trouxe problemas com o regime?

Marika Gidali – Nunca tivemos problemas com a ditadura porque *balé não fala*, a dança era algo *alienado* para as pessoas: "Que linda é a música! Como é leve, como pula, como é bonito..." Ninguém ia além. Hoje, já se percebe, até mesmo os arte-educadores, que a dança é o veículo direto: pah! A pessoa é despertada por meio de alguma coisa que a dança pode dar, a harmonia, a beleza, a inquietação, enfim, todas as sensações que a dança suscita. Fizemos trabalho de base no sentido de termos saído da cidade para começar a olhar em volta e dar às pessoas alguma coisa que sabíamos fazer. Depois, ficou claro, para nós, que não foi uma tomada de consciência política da nossa parte, mas foi uma *tomada de consciência humana*. Antes de 1974, o Stagium fazia isso sem saber. Não foi um ato engajado em uma causa específica, mas um engajamento pelo humano, por intermédio da dança, da sensibilidade, que era onde sabíamos mexer. Tratava-se de responder àquela questão surgida na ribeira do rio São Francisco: "O que vou fazer com a minha dança em um lugar onde há toda essa miséria?" Era preciso atuar pela dança. E a loucura rendeu: já estamos com 31 anos de Stagium.

Um outro momento importante foi a visita ao Xingu, não?

Marika Gidali – Sim, foi uma outra mudança, dessa vez na postura. Até esse momento, nós nos sentíamos muito vitoriosos, levando a cultura para o interior do país. Dizíamos: "Como a gente é legal, não é?" Quando chegamos ao Xingu, a coisa funcionou ao contrário,

EMIDIO LUIS/FOTOGRAMA



Décio Otero e Marika Gidali (1976)

nós é que recebemos. Começamos a dialogar, a trocar com os índios, com uma cultura completamente diferente da nossa. *Kuarup*, nosso espetáculo de 1977, nasce a partir desse encontro. O curioso é que a necessidade de falar sobre nossos índios foi intuída na Inglaterra, quando visitávamos as jóias da coroa britânica. Tivemos de entrar em uma fila, dar a volta naquela vitrine, uma espécie de caixa-forte, em frente da qual não se pode parar e observar com mais calma. Depois, ficamos sabendo que as jóias não são verdadeiras. Eu e Décio nos sentimos palhaços. Mas, então, começamos a nos perguntar: quais seriam nossas jóias? Onde teríamos algo forte e original? E chegamos ao índio. Esse foi o nascimento do *Kuarup*. A partir desse espetáculo, começamos a contar a História do Brasil pela dança, em um caminho que daria, em 1979, no espetáculo *Coisas do Brasil*. Conversamos com historiadores e sociólogos, e, em todos os relatos, era o mesmo absurdo: os estrangeiros chegam à nossa terra, pegam nossas coisas, transformam, e, aí, vamos lá e dizemos "olha que lindo!" E eles ainda dizem que é tudo deles. A crítica nem gostou tanto, disseram que estávamos sendo didáticos. Há três décadas, mostramos a mesma coisa, a diversidade cultural, a necessidade do respeito à raiz brasileira, o resgate da origem e a necessidade de evoluir sem aceitar a pecha de Terceiro Mundo.

Além do Nordeste e do Xingu, o Stagium se apresentou também em outros lugares, como o Morro da Mangueira, no Rio. Como foi?

Marika Gidali – Incrível. Nós nos apresentamos em um lugar do morro chamado Buraco Quente da Mangueira. Os moradores nos ajudaram, carregando nosso cenário lá para cima, onde existe algo como um buraco mesmo,

com as casas da favela em volta, a criançada correndo... O público foi a favela. Aquilo era um grande balcão. Tudo indicava que iria chover, mas acabou não chovendo. Não corremos nenhum risco. Levamos a modinha para eles. Gostamos de fazer assim, quando saímos em escolas de samba, foram quatro vezes, procuramos algo mais para o erudito. No palco, danças mais populares. Procuramos sempre estar na contramão. Fomos para fazer uma coisa boa, positiva. Nesse projeto, fizemos também apresentações na Central do Brasil e na praia de Copacabana, no Posto 6.

E também na floresta amazônica, não?

Marika Gidali – Dançamos em Marabá porque conheci o então secretário de Cultura de Marabá. Falei com ele que estava louca para conhecer Serra Pelada e dançar lá. Ele disse para eu ir para Marabá e dançar em Carajás, porque Carajás poderia pagar o cachê. Em Marabá, fizemos o espetáculo em um campo de futebol. O público era gente da cidade, até garimpeiros. Estava superlotado. Em Marabá, conseguimos os recursos para chegar a Serra Pelada. Aquilo era assustador. De um lado, em Serra Pelada, existia a exploração popular; do outro, Carajás, um negócio superorganizado. Não havia mesmo condições de dançar em Serra Pelada, não tinha a menor infra-estrutura. Dessa experiência nasceu *A floresta do Amazonas*, de 1989, da qual faz parte Serra Pelada. O espetáculo termina com todo mundo tomando banho de lama. Toda essa experiência marcou muito.

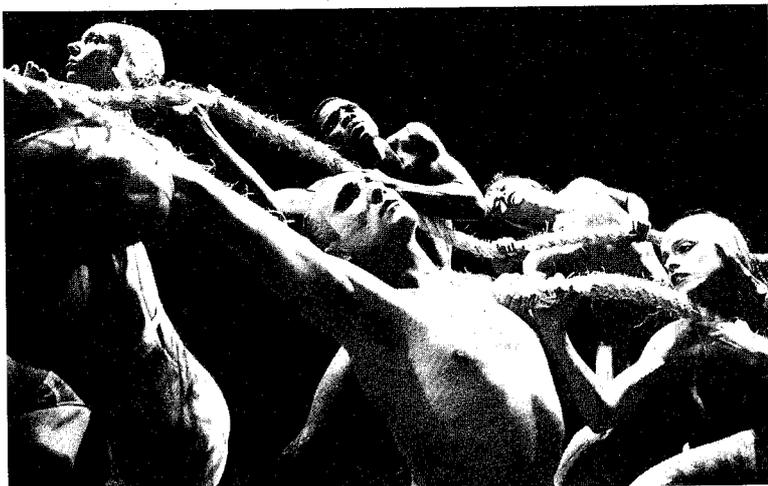
E o trabalho em hospitais, vocês fazem há muito tempo?

Marika Gidali – No Hospital das Clínicas, 2001 foi o 12º ano. Fazemos o final de ano deles, já é tradicional. Mas já fizemos em outros hospitais também, como no Hospital do Câncer. Aonde dá para ir a gente vai. Temos os recursos da companhia e podemos nos dar o privilégio de fazer essas apresentações. Da mesma forma, vamos às escolas para fazer espetáculos. Temos uma parceria com a Fundação de Desenvolvimento da Educação (FDE), que não nos pesa financeiramente. E, se não temos gastos, não precisamos ter lucro.

Voltando ao Stagium. Existe algo que unifica todos os trabalhos da companhia?

Marika Gidali – É mostrar, a cada novo trabalho, a integridade do ser humano, é defender essa integridade. Como em *Dança das cabeças*, de 1978, onde o retirante do Nordeste vem para São Paulo e perde suas origens, sua dignidade, e vai trabalhar em um subemprego.

EMÍDIO LUIS/FOTOGRAFIA



Ballet Stagium

E é o que acontece com a maior parte. Depois, foi *Missa dos quilombos*, de 1984, com a problemática racial; *Crimes*, em 1985, que fala do Holocausto; *Kuarup ou a questão do Índio*, de 1977, sobre os índios; *Coisas do Brasil*, de 1979, no qual falamos da exploração que o Brasil sofre de uma forma brincante e lúdica; e *À margem dos trilhos*, que já é um resultado do trabalho que fizemos na Febem, onde existe ódio, esperança, onde existe o ser humano. O mais recente é *Pátio dos milagres*, que deveria ser somente sobre o tema dos ex-votos. Pesquisamos sobre o assunto e queríamos trabalhar com as formas e as cores dos ex-votos que vimos em vários lugares. Foi quando aconteceu a loucura de 11 de setembro, dos atentados. Isso influenciou esse trabalho. Falamos da necessidade da fé e da harmonia.

Vocês trabalham com a fé nesse espetáculo. Qual sua relação com a religião?

Marika Gidali – Apesar de eu ser judia, acho que todos os caminhos levam a Deus. Que a fé não seja radical, mas verdadeira, e que não seja desvirtuada por um desses dois caminhos, nem do *muito bem* nem do *muito mal*, que são terríveis. Tenho o *meu bem* e o *meu mal* e procuro ser coerente com isso, sem achar que os outros têm de achar a mesma coisa. Agora, existe um denominador comum que é essa moral imposta e que acaba sendo a nossa. Dentro desse parâmetro, temos de respeitar o *bem* e o *mal* alheios. Fiz com Oswaldo Nunes uma peça, *Voltaire*, que falava sobre a comercialização da fé. Foi muito interessante, fomos fundo nisso. A fé é uma das coisas mais importantes do ser humano, como a esperança, e isso não pode ser comercializado.

Os espetáculos do Stagium estão sempre sintonizados com o que está acontecendo.

Marika Gidali – Buscamos inspiração na contemporaneidade, que não se confunde com a busca de um estilo contemporâneo. Nosso interesse é o ser humano contemporâneo que participa dessa sociedade, é ele que buscamos representar em nossa arte. É preciso, sim, ter uma leitura do que está acontecendo, tanto com o indivíduo quanto com o mundo. Desde a fundação do Stagium, em 1971, estamos nessa busca. Nada foi por acaso, nós é que nos enveredamos para isso. Uma pessoa que descobre que pode ser útil para a sociedade e passa por todas as experiências incólume, alienado, está em situação pior do que alguém que vive sem saber de nada. É preciso ser atuante. No meu caso, significa atuar de forma não partidária,

mas politicamente, porque a política é humana no sentido de se responder a si mesmo: “O que vim fazer aqui? Por que eu teria o direito de aprender e viver e o outro não? Se estou bem, por que o outro não está? Ou, se estou mal, por que será?” E, finalmente, a questão é: “Como posso contribuir para que tudo melhore para todos nós?” Essa preocupação política, para nós, passa pela popularização da dança.

Você consegue dimensionar a importância do Stagium para a dança do Brasil?

Marika Gidali – Talvez seja a credibilidade conquistada. Foi onde as pessoas se fixaram e pararam de pegar avião para sair do Brasil. Mas foi grande o desafio. Hoje, vejo que nasceram *monstrinhos* também, não é? Porém, isso faz parte do desenvolvimento, fazer o quê?

Por exemplo?

Marika Gidali – O primeiro deles foi colocar a arte da dança em competição. Os festivais competitivos são a minha mágoa. E outras *cositas más...* Deixa pra lá.

Poderia falar um pouco sobre a concepção dos espetáculos?

Marika Gidali – As montagens têm concepção simples, mas o Stagium não aceita o *terceiro-mundismo*, como já disse. Quando a peça pede algum tipo de mistério teatral, fazemos. É preciso fazer, isso é arte. Mas não aceitamos a concepção deslumbrada e supérflua. Se estamos procurando uma imagem, nós nos esforçamos ao máximo para passar a idéia da forma mais abrangente possível. Mesmo quando fazemos espetáculos nas escolas, procuramos transformar aquele espaço em um espaço artístico. Acho que a escola tem de se transformar em teatro nessas ocasiões, como o que acontece na Febem. Imagine: entrar em um lugar onde a criança está detida e transformar aquilo em um espaço cultural. Isso é uma vitória! Não podemos fazer bobagem lá, tem de ser da melhor qualidade para que aquele adolescente que nunca imaginou que aquilo existisse, que não teve direito a isso, de repente veja que existe uma luz no fim do túnel. A gente não consegue fazer muito mais do que isso, mas estamos sendo coerentes com a nossa proposta. Se conseguirmos mais, melhor ainda. A gente realiza uma mensagem de esperança. Às vezes, ele mostra que é malcriado, mas é uma má-criação sadia, boa.

A fé é uma das coisas mais importantes do ser humano, como a esperança, e isso não pode ser comercializado

A arte deveria estar presente em todo o processo educativo, não só nas disciplinas artísticas

Quais os espetáculos produzidos pelo Stagium que mais a emocionaram?

Marika Gidali – Não exatamente espetáculos... Quando sinto que estamos fazendo o espetáculo certo, na hora certa, quando há empatia com o público, saio emocionada. Mas, se tivesse de escolher, seria a experiência no rio São Francisco; foi fantástica. Também é inesquecível ter dançado no México e na Espanha, quando o público batia palmas e os pés no chão do teatro. Na Hungria, foi bastante emocionante, me fez bem. Vi o público aceitando muito bem a arte brasileira que eu estava levando para eles. No Brasil, nunca vou me esquecer da primeira vez que peguei o ônibus para o interior, não sabia o que iria encontrar. A primeira viagem para o Nordeste, toda a viagem, cada cidade, a descoberta dos teatros. Tenho uma identificação muito forte com o Nordeste, fico emocionada mesmo. Agora, em termos de espetáculo, foi muito emocionante transformar em dança *Navalha na Carne*, peça de Plínio Marcos. *Dona Maria Primeira, a rainha*

louca, leitura do poema de Cecília Meirelles, também ampliou minha perspectiva. O último espetáculo que montamos também foi muito gostoso, *Anjos da praça*, de 1996, no qual faço uma velhinha que vive em uma praça e vê o mundo passar. E também houve *Crimes*, quando pude viver a experiência de campo de concentração que eu nunca tive. Antes, eu não podia nem ouvir falar da Segunda Guerra Mundial sem chorar e fui dançar aquilo com as imagens que vinham à minha mente. Agradeço a Deus pela plenitude da minha carreira, cheia de prazer e desafios. Quando você pergunta qual o mais emocionante, realmente não tenho, se citasse apenas um seria mentira. Quem sabe dançar um *pas des deux* com o Décio?

Quantas academias tem o Stagium?

Marika Gidali – Primeiro, temos a academia da Sarandi, onde tudo nasceu. Ela foi aberta em 1964 e começamos a ensaiar lá em 1971. Em 1974, passamos para cá [*O Stagium funciona, hoje, na rua Augusta, Centro de São Paulo*]. O Stagium ensaia das 10 às 15 horas, mas está virando um espaço para projetos. Como o Projeto Joaninha, para crianças, que ocupa o restante

do dia, e o Projeto Professor Criativo, que será na parte da noite, das 19 às 22 horas. Chegamos a abrir várias academias, mas, como não era possível cuidar de todas, fechamos. Estamos com a parceria com o colégio São Luiz, aqui em São Paulo, onde temos uma academia dentro do colégio. Não é para a formação de profissionais, mas complementação das disciplinas. Mas os alunos que ficam conosco mais tempo acabam virando bailarinos.

Você citou anteriormente o projeto Professor Criativo. Como funciona?

Marika Gidali – É o desbloqueio do professor, para que ele tenha a capacidade de criar e enfrentar sua clientela jovem, que não é uma coisa muito fácil. Antes de começar a fazer os espetáculos nas escolas, fizemos uma pesquisa enorme para sabermos quem são nossos professores e percebemos que tínhamos muito trabalho pela frente. Temos, no projeto, muitos professores de ensino fundamental e ensino médio. Eles passam conosco de segunda a quinta-feira, durante um mês, com aulas desde impostação de voz até dança do ventre, passando pela dança clássica e pela dança moderna. Cursos que tocam em pontos-chave. Fazemos capital de São Paulo, mas já fizemos interior de São Paulo também. Trabalhamos muito em escolas e, após os espetáculos, avisamos que vai ter o curso de Professor Criativo. Mas eles ligam o ano inteiro perguntando quando será o próximo. São professores de todas as disciplinas: geografia, história, de ciências exatas. Este é o primeiro ano que vamos fazer o projeto durante o ano inteiro. Não dá mais para fazer apenas uma vez no ano, a procura tem sido enorme. Fizemos alguns cursos no Sesc, pelo fundo do Ministério da Cultura. Os cursos mudam a cada nova edição, nunca é o mesmo tipo de trabalho. Se é para formar professores criativos, também temos de ser criativos para não cairmos na mesmice.

O Stagium ainda tem dificuldades em conseguir patrocínio?

Marika Gidali – Isso, até hoje, é uma complicação. O que temos de apoio, do Estado e da iniciativa privada, vai para sete projetos. Mas não nos acomodamos com o financiamento. Vamos, sim, melhorar a companhia e inventar outros projetos.

Qual a relação entre arte e educação?

Marika Gidali – As crianças precisam de arte. A arte deveria estar presente em todo o processo educativo, não só nas disciplinas artísticas, mas ajudando a ensinar matemática, história, geografia etc. Foi ótimo que a educação

física resolveu implementar a arte da dança. É um equívoco dizer "arte é arte" e "educação física é educação física", isso é muito pouco para definir o contexto que estamos vivendo. Houve um deputado, Pedro Pedrossian, do PPB do Mato Grosso do Sul, que apresentou um projeto de lei que dizia que a educação física organizaria cursos para os educadores que trabalhassem com arte e com o corpo nas escolas. Esses cursos teriam um custo, um bom preço, e se um profissional de qualquer área artística quisesse lecionar, deveria fazer esse curso. Foi tudo um equívoco, mas foi a primeira vez que a classe virou realmente uma classe, todos se uniram contra essa situação. E valeu a pena a união, a lei foi derrubada. O dado positivo é que a classe está se organizando, juntou-se sem deixar um pé atrás, está conversando sobre seus interesses reais, está discutindo o nosso futuro. Eu diria que este é um momento quase sublime que se originou de uma bobagem.

Como é o trabalho na Febem?

Marika Gidali – Temos um projeto grande lá, com 1.300 alunos de dança de rua e 18 professores dando 430 aulas por mês. As questões são: como reintegramos esse menino à sociedade? Como se constrói o degrau para ele sair de lá e não voltar mais para instituições como essa? Esse menino entrou lá por nossa causa, não vê saídas, vai sair com a maioria e ficar na mesma. Já estamos com dois anos de trabalho na Febem e o trabalho está se ampliando. Estamos conseguindo criar um espaço lá dentro, que também é um espaço físico, no antigo SOS Criança. O menino vai ter chance de, quando sair da Febem, entrar nesse espaço onde ele vai receber uma formação sobre dança contemporânea e capoeira. Durante o tempo em que ele estará se readaptando, não estará na rua, mas lá dentro, trabalhando, sendo formado, para depois poder ir para a escola ou mesmo voltar para a Febem, para dar aula lá dentro. São formas de reconquistar seu espaço. Particularmente, acho que pegar uma criança de 11, 12 anos e mantê-la encarcerada até os 18 anos é estranho, não vejo isso como salutar. É complicado. Por outro lado, vi a mesma coisa acontecendo no Canadá, crianças encarceradas. Não sei, vimos que o buraco é bem mais fundo, é um problema social muito sério que é preciso resolver.

O que é exatamente dança de rua, o break?

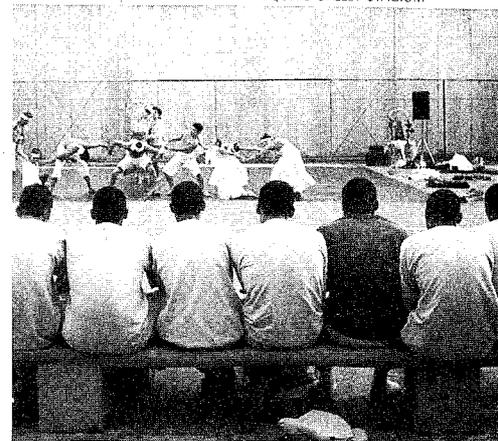
Marika Gidali – Sim, é a dança dos meninos do hip hop, que eles já dançavam na rua e que já estava lá dentro antes de nós chegarmos. É a linguagem deles, os meninos têm muita identificação com a dança de rua. Mas tomamos

cuidado com o tipo de mensagem que está por trás, que pode ser positiva ou negativa. As danças e as letras das músicas que escolhemos para trabalhar são positivas, a gente não admite agressão ou reclamação, não trabalhamos com essas idéias. No dia 25 de janeiro, ocorreu um evento bastante positivo, o III Encontro de Dança de Rua, aqui em São Paulo. Todas as sextas-feiras, coordeno a reunião com os professores, para fazermos uma qualificação do trabalho e falarmos sobre o que está acontecendo. Tudo é discutido e ensaiado nesse momento, até mesmo as aulas-show nas unidades, que servem como motivação para as crianças. É uma aula didática, muito dinâmica. Eles adoram e acabam se animando para as aulas. Os professores precisam construir um contato bom com os meninos. É importante para o trabalho dos arte-educadores que eles sejam capacitados. O conhecimento deles tem de ser ampliado, tanto didaticamente, quanto dos diferentes estilos. Por isso, estamos dando mais aulas de alongamento e dança contemporânea para os professores. Do contrário, vou ter de colocar um professor de dança contemporânea lá dentro, quando já tenho esses, que são muito bons e falam a língua dos meninos, têm comunicação direta com eles. O contato com os arte-educadores de dança de rua tem sido muito bom, nos oxigena. Há uma troca artística muito boa. É preciso ter a mente aberta e ter também *um peso* para trabalhar na Febem com qualidade. Senão, não vai funcionar e eles são inteligentes, percebem logo. E estamos começando a fazer a mesma coisa com a capoeira. Estou montando a aula-show da capoeira, que será apresentada em todas as unidades da Febem.

O que é o Projeto Joaninha?

Marika Gidali – É preciso, antes, falar sobre uma outra coisa. O Projeto Joaninha nasceu da necessidade de formar pessoas para a dança, porque não é com o trabalho dentro das escolas que conseguiremos formar gente para dançar profissionalmente. Com o final da adolescência, vão todos para a faculdade e nos abandonam, uns poucos ficam com o grupo. Eu já havia tentado trabalhar com jovens no Ballet Jovem, mas não consegui, na época eles queriam contrato, desvirtuaram a idéia. Agora, nós nos achamos no direito de sermos um pouquinho egoístas e decidimos formar uma turma nossa.

ARQUIVO BALLET STAGIUM



Apresentação do Stagium em uma das unidades da Febem, em São Paulo

Por que não teríamos o direito de formar essas crianças para a profissão da dança? Na Febem, já estamos fazendo um trabalho social grande e não estamos procurando talentos, mas tentando fazer o resgate do ser humano que está lá dentro. Bom, o Projeto Joaquina nasceu dentro do SOS Criança, que fazia parte da Febem. Quem está lá são crianças que o juizado tira dos pais porque a família não tem condições de assumir ou porque foram abandonadas. Mas foi difícil trabalhar com elas, o estado de espírito dessas crianças era complicado... Uma qualidade que realmente tenho é reconhecer meus limites. Posso ir até onde sei e digo que eu não sou a pessoa indicada para esse trabalho. Não que não tenha funcionado, mas, em determinado momento, ficou empacado. As crianças diziam: "Vou sair, não quero mais!" Isso prejudicava a fluência do grupo. Então, vira assistência e eu queria algo mais, não era isso que estava pensando.

O que fez a partir dessa constatação?

Marika Gidali – Começamos a estudar qual encaminhamento dar a esse projeto. Estávamos preocupados com as crianças e com a violência da periferia, que é assustadora, com problemas de drogas etc. Partimos, então, para as escolas públicas da periferia de São Paulo, vamos procurar talentos lá, vamos nos dar ao luxo desse empreendimento. As escolas nos mandaram as crianças. E percebemos que certamente seria possível trabalhar bem com essas crianças que não têm chance de desenvolver essa arte. No ano passado, eram 36, neste ano são quase 70 escolas públicas envolvidas. Acabamos com um grupo *interessantíssimo*, crianças com vontade de estudar dança. Essa é a cara do Projeto Joaquina hoje, com um caráter holístico. Eu pensava: Se conseguirmos motivar a criança, montamos com eles

o espetáculo *As danças da Ilha de Santa Cruz*, que é a História do Brasil, na qual mostraríamos a diversidade brasileira, um ótimo material para trabalharmos. Eu também queria trabalhar com elas o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA). Acho que o grande problema do ECA é o desconhecimento que as pessoas têm dele, por isso temos de trabalhar com isso de alguma forma. Foi fantástico! Trabalhamos com as crianças, as famílias, professores, todo mundo. É um assunto que toda a sociedade precisa saber. Em determinado momento, o espetáculo pára e o Estatuto é recitado inteirinho pelas crianças em forma de poema. Levamos o espetáculo para as escolas e teatros. E está indo muito bem.

Como ficará o Projeto Joaquina em 2002?

Marika Gidali – A intenção é que, neste ano, as crianças mais antigas, além do sábado, assistirão a aulas em mais dois dias da semana, e os mais novos, mais um dia. O início do trabalho foi com crianças de 8 a 14 anos. Isso não foi bom, porque os meninos que tinham 14 anos no ano passado cresceram muito e teremos de ter idéia do que fazer com eles. Em 2002, trabalharemos com crianças de 8 a 9 anos, para conseguir que fiquem com a gente pelo menos uns cinco anos. A idéia é aumentar a carga de ensino a cada ano para que seja um projeto consistente e para que a criança que saia daqui continue com a gente no balé profissional ou vá para outro balé. Ou, ainda, se não quiser ser profissional da dança, que alguma coisa na educação dela tenha mudado. Esse também é um trabalho preventivo, para não termos mais gente na Febem. A idéia do Projeto Joaquina também passa pela criança descobrir um mundo que ela não conhece antes que seja tarde demais.

Espetáculo com as crianças do Projeto Joaquina



EMÍDIO LUIS/FOTOGRAFIA

Você é uma crítica do assistencialismo. Explícite sua posição para nós.

Marika Gidali – Acho que deveríamos discutir muitas coisas a esse respeito, temos de parar para refletir um pouco. Como ter, em um mesmo espaço, projetos como o nosso e o assistencialismo que faz com que as crianças prefiram pegar uma cesta básica a se envolver em um curso? Em que sentido essas crianças estão sendo deseducadas com tanta *bondade*? Que ação é essa de nossa sociedade que dá apoio social dessa forma? Ficamos fornecendo, fornecendo, fornecendo, e as crianças não ouvem uma palavra do que estamos dizendo. Diria até que a situação piora, ela quer é sair dali rapidamente com a cesta básica nas mãos. Essa é uma leitura minha, pelo que passa aqui pelas minhas mãos. Desse jeito, parece que estamos afastando a criança dela mesma, da realidade dela, fica muito complicado ela conversar com ela mesma.

Mas as soluções podem passar pela dança?

Marika Gidali – Podem sim, desde que proporcionem à criança o conhecimento do próprio corpo e não apenas mexer com o corpo. A função da dança, aqui, é conduzir a criança a um autoconhecimento a partir de seu físico, esse é nosso trabalho. Mas, como tudo na dança é *sim* ou *não*, pode-se escolher fazer a criança apenas pular, um pouco como o carnaval. O pessoal entra em transe, passa quatro dias em felicidade. Na quarta-feira de cinzas, já começa a pensar no próximo carnaval, só no carnaval. O trabalho que fazemos na Febem e com o Projeto Joaquina é de formação. É preciso pensar na criança em sua completude, na sua reinserção na família e não apenas em entretenimento.

Qual deve ser o papel do Estado com relação à arte?

Marika Gidali – Apoiar e participar do processo de pensar a cultura. Tem de possibilitar que a cultura continue viva. Existe um lado das artes que é bem concreto, de ensaio diário, pagamento do pessoal, montagem de cenários, aluguel do espaço etc. O teatro, por exemplo, é diferente, é um outro patamar. Quando falo que fizemos 130 espetáculos em um ano, no teatro se faz isso em três meses. Os atores e diretores têm uma carreira mais contínua, mais chances de reaver o dinheiro do que nós com a dança. Não que eles não tenham de ter apoio, ao contrário até, mas eles têm outras necessidades. As necessidades da dança são específicas, muito caras e complicadas, o apoio tem de ser forte. O Stagium, no momento, tem o apoio da

Secretaria Estadual de Cultura. Tudo bem. No ano que vem, vamos ver o que vai acontecer, vai começar tudo de novo, quando deveria ser mais fácil. Logicamente, uma companhia que trabalha com 18 bailarinos fixos e tem a obrigação de fazer não sei quantos espetáculos por ano tem um tipo de necessidade diferente de uma outra companhia menor em infra-estrutura, que também tem lá suas necessidades. É diferente.

Existe um caminho artístico brasileiro, específico e que nos distingue dos demais países?

Marika Gidali – Respondo por mim e pelo Stagium. A companhia sempre buscou trabalhar a identidade brasileira a partir da procura de nossas origens. Mas o Stagium não é uma companhia regional, ele fala daqui para fora, procuramos a universalidade. Temos de falar sobre coisas que tenham raiz, mas que tenham a ver com o mundo, com o que acontece lá fora. Quanto mais se olha para a casa, mais para o mundo você fala. Discutia isso há pouco tempo com um amigo, que dizia: "Isso tudo é uma bobagem, o mundo está perdendo as fronteiras, o planeta será uma coisa só." Globalização? Tudo bem, mas, para mim, entrar nessa sem uma identidade brasileira nos enfraquece demais. Vamos ficar com cara de nada e todo o globo vai ficar com cara de pastel. O mundo é como o corpo humano, que é formado por células e cada célula tem o seu valor. Essa é a minha posição. Eles dizem que tudo isso é uma bobagem, que as nacionalidades vão se confundir, que será tudo uma coisa só. O nosso modelo deveria ser o quilombo, que tinha uma sociedade bem construída, organizada. O problema é que, enquanto continuarmos fazendo essa bobagem de olhar para fora, impondo um modelo unitário para o Brasil, vai dar errado. Aliás, essa sociedade internacional já está dando errado, já deu errado. O capitalismo é um terror. Eles não sabem mais o que fazer com esse dinheiro todo nas mãos de poucos, não sabem como resolver os problemas, economicamente ninguém sabe nada, está uma bagunça danada e a gente sente aqui embaixo. Isso faliu. É preciso uma visão mais ampla. A sociedade tem de ser repensada, uma vez que tanta coisa está falindo. A miséria do ser humano, hoje, é que os grandes valores não têm mais chance. Existe muita coisa para ser pensada. Tudo tem de ser revisto, rapidamente. ■

O nosso modelo deveria ser o quilombo, que tinha uma sociedade bem construída, organizada

Paixão, ainda que tardia

“Ora, Meireles! Eu já disse o que penso: não vejo porque ter medo da morte!”, ele respondeu, com impaciência contida. Como o amigo, à sua frente, insistia num silêncio ausente, continuou: “E sei que você pensa como eu. Já falamos muito sobre isso. No enterro do Arlindo, há três ou quatro meses, passamos o velório inteiro falando disso”. Espera a reação do amigo, que não vem. Negaceia com a cabeça para um lado e outro, apertando os lábios, mais frouxos do que macios. Meireles vira um gole de uísque-*cowboy*. O brilho delirante de seus olhos incendia-lhe o rosto de vida. O olhar ardente dá com o do amigo, fixo nele: “Desculpa, Pompeu, me distraí. Como disse?”, indagou Meireles, como se acabasse de cair de pára-quadras sobre a mesa. “Que não há que ter medo”, repete Pompeu, impaciente. “Da morte?”, Meireles esforça-se para retomar o assunto: “Não. Quer dizer... bem, ultimamente acordo sobressaltado. Sinto como se morresse, não dormisse. Outra hora é a dor do medo, que desce gelada pescoço abaixo, fazendo arrepios por onde passa”. Pompeu o avalia em silêncio, admi-

rado e preocupado. Diz: “Essa mulher anda perturbando o seu juízo, amigo. Você tomou três doses de virada! Quantos anos ela tem?”.

Pronto. Chegaram ao buzilis. Eis porque Meireles ligara para Pompeu, eis porque se encontraram naquele bar, e não no Real Astória, onde, depois das cinco, há sempre alguém da turma, comodidade que, no caso, seria um estorvo. Uma sombra pousou nos olhos de Meireles. Ele tomou mais uma golada. O *cowboy* desceu rasgando. Com o rosto rubro, olhou dentro dos olhos de Pompeu como quem pede socorro: “Trinta e seis”.

Agora, é Pompeu quem toma um gole. Abre a boca e expulsa o hálito ardente. O passo vai se desenhando devagar no seu rosto, até instalar-se por completo: “Trinta e seis? Pelo amor de Deus, Meireles! Você tem 74!”. “E daí, Pompeu?”, desdenhou Meireles, “qual é o problema? Você sabe que, depois do Viagra, os homens têm todos a mesma idade. Hoje, eu, você, todo homem, tem o fogo dos 35 anos!”. Pompeu avança o tronco sobre a mesa, olha para um lado e outro do bar, e fala mais baixo: “Escuta aqui. Diz uma

coisa. Pra garota de programa, 36 é demais! Tem cada ninfetinha por aí! Por quanto sai essa sua?”.

Meireles não responde. Suspira, passa a mão na careca, reunindo os cabelos brancos, que crescem da moleira para trás e prolongam-se pescoço abaixo: “Entendeu nada, hem, Pompeu! Garota de programa!”. Toma um grande gole: “Falo de namorada, homem! É capaz de entender isso? Meu velho, eu estou apaixonado! Paixão, ainda que tardia! Apaixonado, pela primeira vez na vida, aos 74 anos! Era isso que queria lhe contar”.

Pompeu ergue o copo. Brindam. Bebem. Pompeu sussurra: “E sua mulher?”. Meireles responde com uma pergunta: “O que tem ela?”. “Ora, o quê! O que ela acha disso?”, retruca Pompeu. Meireles serve-se de uísque: “Meu casamento com a Aurora acabou há muito tempo, Pompeu. Só ela não sabe disso. Somos dois fantasmas arrastando chinelos naquela casa. Não temos mais vontade de conversar, nem de nos cumprimentar. Quer saber? Há anos que nem olho pra cara dela!”. Pompeu o interrompe: “Pára! Pára! Pára! Tem dó, Meireles! Essa conversa azeda até o uísque! Não quero ouvir falar nisso! Já basta o saco de doença que tenho de arrastar. Flora só reclama da vida”. Os dois olham para o infinito. Bebem em silêncio. Pompeu libera um suspiro profundo: “Ah, se eu me apaixonasse! Por uma lagartixa que fosse! Largava Flora e ia ser feliz no que me resta de vida! Ao lado de uma lagartixa, mas feliz”. Meireles também suspira: “Ah, se eu conseguisse ser o que sou!

Que alegria! Não sei em que esquina me perdi de mim. Tenho medo de ser feliz aos 74 anos e descobrir que perdi a vida num mar de mentiras, hipocrisias e falsidades”.

Instala-se novo silêncio. Meireles o rompe: “Sabe o que descobri, Pompeu? Que o silêncio é erótico! Calo a boca e sinto o corpo dela nu roçar insinuante no meu”. Pompeu comenta, sonhador: “É diabólica a nudez da mulher jovem. É como a atração da chama no escuro. Confesso, Meireles, que a inveja de você está me roendo por dentro. Tudo o que ainda queria da vida era uma gata de 25 anos. Ou de 36, vá lá!”. Meireles reage: “Pára com essa conversa de gata, Pompeu! Estou apaixonado pela Teodora. E ela se diz apaixonada por mim, mas...”. Pompeu se antecipa: “Não fala, Meireles! Pára! Não me maltrata com essa paixão! Não me humilha repetindo que há uma Teodora apaixonada por você. Então, é Teodora! Você sabe, Meireles – sabe porque lhe disse várias vezes! – que ninguém nunca se apaixonou por mim? Nem me amou? Eu também nunca me apaixonei, nem amei ninguém. Vivi dizendo por aí que amava uma ou outra, mas só amava a mim mesmo”.

Meireles, que levava o copo à boca, desiste para falar: “É por isso que você não tem medo da morte. E eu tenho. Descobri o amor agora. E amar é a maior emoção que um homem pode sentir na vida. Não quero morrer; quero viver muito. Quero ser eterno. Pra você, que não ficou sabendo o que é amar, a morte não é uma dor, nem uma perda”. Meireles silencia em respeito às lágrimas de Pompeu. ■

**Alcione
Araújo**



Outra globalização

O Fórum Social Mundial (FSM), um espaço criado pela sociedade civil global e a serviço dessa mesma sociedade, também expressou, no segundo encontro, em 2002, esperanças, riquezas, desacordos, buscas e propostas dos movimentos sociais diante da globalização e dos dramáticos e crescentes processos de exclusão das cidadanias. Movimentos sociais, de diferentes tipos, com múltiplos atores, assumiram esse espaço como o seu próprio, propondo novas perspectivas para um pensamento utópico – algo quase perdido no horizonte social das últimas décadas. Nisso, reside sua riqueza e sua força.

Como assinalou insistentemente Boaventura Souza Santos, a única maneira de responder à globalização neoliberal é com outra globalização. A continuidade entre o primeiro e o segundo Fórum está justamente na decisão política de alimentar essa outra globalização, articulando as buscas democráticas da sociedade civil global,

Passeata das
mulheres contra o
fundamentalismo

SAMUEL TOSTA

que se posiciona de forma alternativa e democrática em relação à globalização hegemônica e excludente. Assim, globaliza também suas esperanças de que "outro mundo é possível" e que este se constrói não a partir de pensamentos únicos, porém de identidades e visões democráticas múltiplas.

Nessa construção do pensamento utópico, o II FSM também trouxe novas dinâmicas e orientações. A mais significativa delas, porque delimitava, com flexibilidade, o sentido e o alcance do Fórum, foi a Carta de Princípios – eloqüente em sua orientação, na interpretação do contexto global e na perspectiva transformadora que adota em relação à globalização. A Carta de Princípios considera que o FSM não é um evento, mas um processo cuja conquista fundamental é justamente ser entendido como um processo coletivo de redes, coalizões, campanhas, alianças e movimentos que alimentam presenças e disputas no espaço global.

Crise de legitimidade

O Fórum não tem caráter decisório, não tem maiorias ou minorias e se consolida como um espaço diverso, plural, não-governamental, laico, descentralizado, ligado aos movimentos e sem nenhuma pretensão de representar todas as iniciativas impulsionadas por essa sociedade civil global em formação. No momento em que a pavorosa crise de legitimidade do capitalismo global se expressa de muitas formas, afetando não somente a vida das pessoas, como também a sobrevivência de Estados (como no caso da Argentina), está abrindo espaços e provendo novo oxigênio para iniciativas múltiplas em países e regiões.

Para alimentar essa vontade coletiva, o II FSM introduziu um novo formato, no qual se explicitam os diferentes eixos – não a partir da contribuição de algumas personalidades, porém de uma forma mais orgânica para as buscas e saberes múltiplos que trazem as redes globais. Cada um desses quatro eixos – a riqueza e a reprodução social; o acesso à riqueza e a sustentabilidade; afirmação da sociedade civil e os espaços públicos; poder político e ética na nova sociedade – foi desenvolvido pelos movimentos



sociais, cujas lutas e propostas específicas se inscrevem nesses amplos parâmetros de reflexão e ação.

O painel da diversidade foi especialmente importante, no contexto do eixo sobre a afirmação da sociedade civil e os espaços públicos. Sobre a responsabilidade da Articulação Feminista Marcosur, Lilian Celiberti conseguiu conjugar a presença daqueles movimentos (multirraciais, multiculturais, sexuais), cuja diversidade está profundamente carregada de exclusão. As intolerâncias, as armadilhas e a cegueira com que as sociedades enfocam

essa diversidade foram colocadas no centro do debate por Sueli Carneiro, representando o movimento afro-latino e caribenho; Anna Leah, pelos movimentos homossexuais em todas suas variantes expressadas na Associação Internacional de Lésbicas e Gays (Ilga, na sigla inglesa) – única federação mundial de lésbicas, gays, bissexuais e outras minorias sexuais –; e Martín Macwan, da Campanha dos Direitos Humanos dos Intocáveis da Índia.

Na voz de seus protagonistas, descobrimos a universalidade enganadora e excludente e a particularidade fragmentada e invisível: "Há maneiras de se perder: por segregação, acurralados na particularidade ou por diluição no universal. Esse é um dilema que persiste no debate sobre o lugar da diversidade humana no projeto de globalização autoritária" (Sueli Carneiro). Como mencionar, sem questionar a carga de alteridade com que são percebidas, as práticas sexuais que não se ajustam às definições aceitas pelos bons costumes e que podem ser arbitrarias, excludentes e inviabilizar outras experiências e saberes? "Quando os nomes que nos identificam e as palavras que nos rotulam podem ser substituídas por vergonha, maldade e invisibilidade, nossa humanidade é quase arrancada de nós e todas as grandes reflexões que pensamos ter dado à nossa gente são jogadas fora" (Anna Leah). Ou como os 200 milhões de pessoas na Ásia e na África, que vivem num sistema de castas, estão sujeitos à dramática exclusão e intolerância, aceitas sem questionamentos pela sociedade e pela religião, fazendo com que "em centenas de distritos e estados, os intocáveis vivam, hoje, num estado de alerta e medo

constante, devido a ameaças à sua vida e segurança por parte das milícias das classes altas, muitas vezes legitimada e aceita tacitamente pela polícia" (Martín Macwan).

Saber compartilhado

Participaram de painéis 3 mil pessoas de 48 países, e 51 mil pessoas compareceram, sendo 57% homens e 43% mulheres. Havia 15.230 delegados de 131 países, pertencentes a 5 mil organizações, além de 15 mil jovens, agrupados no dinâmico e criativo Acampamento da Juventude. Aproximadamente, mil oficinas, 24 seminários, sessões diárias de testemunhos, além de marchas e mobilizações, foram construindo e compartilhando saberes, articulando expectativas, expressando as propostas e aspirações de múltiplos movimentos sociais.

Ao contrário do que aconteceu no I FSM, as mulheres estavam presentes em maior número, mais organizadas e com presença mais visível, como na Campanha contra os Fundamentalismos, da Articulação Feminista Marcosur; a Campanha de 28 de Setembro, pela legalização do aborto; a mobilização das "Mulheres de Negro", reunindo feministas do Oriente Médio e da ex-Iugoslávia, que vêm lutando de forma constante e incansável pela paz; ou a demonstração de força permanente da Marcha Mundial das Mulheres. Estavam também presentes as iniciativas e redes regionais, como a Iniciativa Feminista de Cartagena e a Rede de Educação Popular entre Mulheres da América Latina e

Caribe (Repem), articuladas a redes e iniciativas globais. No entanto, os feminismos também tiveram presença mais transversal, em inúmeros painéis e oficinas sobre comércio, financiamento para o desenvolvimento, reformas globais, migração, paz etc. Tudo isso mostrando a amplitude e a capacidade de inclusão das agendas dos feminismos no século XXI.

Não houve, como no ano anterior, confrontação direta com o Fórum Econômico Mundial. Ao contrário de 2001, houve uma referência explícita do secretário-geral da ONU, Kofi Annan, à coincidência de visões sobre a gravidade dos temas da exclusão e justiça econômica levantados pelo Fórum. Uma vez que essas declarações, assim como as recomendações das conferências das Nações Unidas, não possuem caráter vinculatório nem obrigatório para os Estados e para as grandes agências multilaterais e bilaterais, ficaram como gesto sem sustentação real, ainda que politicamente significativo. Entretanto, vários outros líderes mundiais preferiram estar presentes ao Fórum, como Mary Robinson, alta comissária das Nações Unidas para direitos humanos; Mário Soares, ex-presidente de Portugal; Juan Somavia, secretário geral da Organização Internacional do Trabalho (OIT); e José Antonio Ocampo, secretário geral da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (Cepal), representando Kofi Annan. Resta ver como essas presenças vão repercutir nas dinâmicas democratizantes – ou não – das Nações Unidas e em sua capacidade de controlar o até hoje incontrolável poder das transnacionais e das instituições de Bretton Woods. ■

*Virginia Vargas

Militante feminista latino-americana, fundadora do Flora Tristan e professora do Institute for Social Studies, em Haia

Publicado em *La República de las Mujeres*, Montevideú.

[Tradução: Jones de Freitas]



Participação feminina no II FSM: lançamento da Campanha contra os Fundamentalismos

Da justiça à democracia, passando pelos sinos

Começarei por vos contar em brevíssimas palavras um facto notável da vida camponesa ocorrido numa aldeia dos arredores de Florença há mais de quatrocentos anos. Permito-me pedir toda a vossa atenção para este importante acontecimento histórico porque, ao contrário do que é corrente, a lição moral extraível do episódio não terá de esperar o fim do relato, saltar-vos-á ao rosto não tarda.

Estavam os habitantes nas suas casas ou a trabalhar nos cultivos, entregue cada um aos seus afazeres e cuidados, quando de súbito se ouviu soar o sino da igreja. Naqueles piedosos tempos (estamos a falar de algo sucedido no século XVI) os sinos tocavam várias vezes ao longo do dia, e por esse lado não deveria haver

motivo de estranheza, porém aquele sino dobrava melancolicamente a finados, e isso, sim, era surpreendente, uma vez que não constava que alguém da aldeia se encontrasse em vias de passamento. Saíram portanto as mulheres à rua, juntaram-se as crianças, deixaram os homens as lavouras e os mesteres, e em pouco tempo estavam todos reunidos no adro da igreja, à espera de que lhes dissessem a quem deveriam chorar. O sino ainda tocou por alguns minutos mais, finalmente calou-se. Instantes depois a porta abria-se e um camponês aparecia no limiar. Ora, não sendo este o homem encarregado de tocar habitualmente o sino, compreende-se que os vizinhos lhe tenham perguntado onde se encontrava o sineiro e quem era o morto. "O sineiro não está aqui, eu é que toquei o sino", foi a resposta do camponês. "Mas então não morreu ninguém?", tornaram os vizinhos, e o camponês respondeu: "Ninguém que tivesse nome e figura de gente, toquei a finados pela Justiça porque a Justiça está morta."

Que acontecera? Acontecera que o ganancioso senhor do lugar (algum conde ou marquês sem escrúpulos) andava desde há tempos a mudar de sítio os marcos das estremas das suas terras, metendo-os para dentro da pequena parcela do camponês, mais e mais reduzida a cada avançada. O lesado tinha começado por protestar e reclamar, depois implorou compaixão, e finalmente resolveu queixar-se às autoridades e acolher-se à protecção da justiça. Tudo sem resultado, a expoliação continuou. Então, desesperado, decidiu anunciar *urbi et orbi* (uma aldeia tem o exacto tamanho do mundo para quem sempre nela viveu) a morte da Justiça. Talvez pensasse que o seu gesto de exaltada indignação lograria comover e pôr a tocar todos os sinos do universo, sem diferença de raças, credos e costumes, que todos eles, sem excepção, o acompanhariam no dobre a finados pela morte da Justiça, e não se calariam até que ela fosse ressuscitada. Um clamor tal, voando de casa em casa, de aldeia em aldeia, de cidade em cidade, saltando por cima das fronteiras, lançando pontes sonoras sobre os rios e os mares, por força haveria de

acordar o mundo adormecido... Não sei o que sucedeu depois, não sei se o braço popular foi ajudar o camponês a repor as estremas nos seus sítios, ou se os vizinhos, uma vez que a Justiça havia sido declarada defunta, regressaram resignados, de cabeça baixa e alma sucumbida, à triste vida de todos os dias. É bem certo que a História nunca nos conta tudo...

Suponho ter sido esta a única vez que, em qualquer parte do mundo, um sino, uma campânula de bronze inerte, depois de tanto haver dobrado pela morte de seres humanos, chorou a



Outros e diferentes são os sinos que hoje defendem e afirmam a possibilidade da implantação no mundo daquela justiça companheira, daquela justiça que é condição da felicidade do espírito

morte da Justiça. Nunca mais tornou a ouvir-se aquele fúnebre dobre da aldeia de Florença, mas a Justiça continuou e continua a morrer todos os dias. Agora mesmo, neste instante em que vos falo, longe ou aqui ao lado, à porta da nossa casa, alguém a está matando. De cada vez que morre, é como se afinal nunca tivesse existido para aqueles que nela tinham confiado, para aqueles que dela esperavam o que da Justiça todos temos o direito de esperar: justiça, simplesmente justiça. Não a que se envolve em túnicas de teatro e nos confunde com flores de vã retórica judicialista, não a que permitiu que lhe vendassem os olhos e viciassem os pesos da balança, não a da espada que sempre corta mais para um lado que para o outro, mas uma justiça pedestre, uma justiça companheira quotidiana dos homens, uma justiça para quem o justo seria o mais exacto e rigoroso sinónimo do ético, uma justiça que chegasse a ser tão indispensável à felicidade do espírito como indispensável à vida é o alimento do corpo. Uma justiça exercida pelos tribunais, sem dúvida, sempre que a isso os determinasse a lei, mas também, e sobretudo, uma justiça que fosse a emanção espontânea da própria sociedade em acção,

uma justiça em que se manifestasse, como um iniludível imperativo moral, o respeito pelo *direito a ser* que a cada ser humano assiste.

Mas os sinos, felizmente, não tocavam apenas para planger aqueles que morriam. Tocavam também para assinalar as horas do dia e da noite, para chamar à festa ou à devoção dos crentes, e houve um tempo, não tão distante assim, em que o seu toque a rebate era o que convocava o povo para acudir às catástrofes, às cheias e aos incêndios, aos desastres, a qualquer perigo que ameaçasse a comunidade. Hoje, o papel social dos sinos encontra-se limitado ao cumprimento das obrigações rituais e o gesto iluminado do camponês de Florença seria visto como obra desatinada de um

louco ou, pior ainda, como simples caso de polícia. Outros e diferentes são os sinos que hoje defendem e afirmam a possibilidade, enfim, da implantação no mundo daquela justiça companheira dos homens, daquela justiça que é condição da felicidade do espírito e até, por mais surpreendente que possa parecer-nos, condição do próprio alimento do corpo. Houvesse essa justiça, e nem um só ser humano mais morreria de fome ou de tantas doenças que são curáveis para uns, mas não para outros. Houvesse essa justiça, e a existência não seria, para mais de metade da humanidade, a condenação terrível que objectivamente tem sido. Esses sinos novos cuja voz se vem espalhando, cada vez mais forte, por todo o mundo são os múltiplos movimentos de resistência e acção social que pugnam pelo estabelecimento de uma nova justiça distributiva e comutativa que todos os seres humanos possam chegar a reconhecer como intrinsecamente sua, uma justiça protectora da liberdade e do direito, não de nenhuma das suas negações. Tenho dito que para essa justiça dispomos já de um código de aplicação prática ao alcance de qualquer compreensão, e que esse código se encontra consignado desde há cinquenta anos na Declaração Universal dos Direitos Humanos, aqueles trinta direitos básicos e essenciais de que hoje só vagamente se fala, quando não sistematicamente se silencia, mais desprezados e conspurcados nestes dias do que o foram, há quatrocentos anos, a propriedade e a liberdade do camponês de Florença. E também tenho dito que a Declaração Universal dos Direitos Humanos, tal qual se encontra redigida, e sem necessidade de lhe alterar sequer uma vírgula, poderia substituir com vantagem, no que respeita a rectidão de princípios e clareza de objectivos, os programas de todos os partidos políticos do orbe, nomeadamente os da denominada esquerda, anquilosados em fórmulas caducas, alheios ou impotentes para enfrentar as realidades brutais do mundo actual, fechando os olhos às já evidentes e temíveis ameaças que o futuro está a preparar contra aquela dignidade racional e sensível que imaginávamos ser a suprema aspiração dos seres humanos. Acrescentarei que as mesmas razões que me levam a referir-me nestes termos aos partidos políticos em geral, as aplico por igual aos sindicatos locais, e, em consequência, ao

movimento sindical internacional no seu conjunto. De um modo consciente ou inconsciente, o dócil e burocratizado sindicalismo que hoje nos resta é, em grande parte, responsável pelo adormecimento social decorrente do processo de globalização económica em curso. Não me alegra dizê-lo, mas não poderia calá-lo. E, ainda, se me autorizam a acrescentar algo da minha lavra particular às fábulas de La Fontaine, então direi que, se não interviermos a tempo, isto é, já, o rato dos direitos humanos acabará por ser implacavelmente devorado pelo gato da globalização económica.

E a democracia, esse milenário invento de uns atenienses ingénuos para quem ela significaria, nas circunstâncias sociais e políticas específicas do tempo, e segundo a expressão consagrada, um governo do povo, pelo povo e para o povo? Ouço muitas vezes argumentar a pessoas sinceras, de boa fé comprovada, e a outras que essa aparência de benignidade têm interesse em simular, que, sendo embora uma evidência indesmentível o estado de catástrofe em que se encontra a maior parte do planeta, será precisamente no quadro de um sistema democrático geral que mais probabilidades teremos de chegar à consecução plena ou ao menos satisfatória dos direitos humanos. Nada mais certo, sob condição de que fosse efectivamente democrático o sistema de governo e de gestão da sociedade a que actualmente vimos chamando democracia. E não o é. É verdade que podemos votar, é verdade que podemos, por delegação da partícula de soberania que se nos reconhece como cidadãos eleitores e normalmente por via partidária, escolher os nossos representantes no parlamento, é verdade, enfim, que da relevância numérica de tais representações e das combinações políticas que a necessidade de uma maioria vier a impor sempre resultará um governo. Tudo isto é verdade, mas é igualmente verdade que a possibilidade de acção democrática começa e acaba aí. O eleitor poderá tirar do poder um governo que não lhe agrade e pôr outro no seu lugar, mas o seu voto não teve, não tem, nem nunca terá qualquer efeito visível sobre a única e real força que governa o mundo, e portanto o seu país e a sua pessoa: refiro-me, obviamente, ao poder económico, em particular à parte dele, sempre em aumento, gerida pelas empresas multinacionais de acordo com estratégias de

domínio que nada têm que ver com aquele bem comum a que, por definição, a democracia aspira. Todos sabemos que é assim, e contudo, por uma espécie de automatismo verbal e mental que não nos deixa ver a nudez crua dos factos, continuamos a falar de democracia como se se tratasse de algo vivo e actuante, quando dela pouco mais nos resta que um conjunto de formas ritualizadas, os inócuos passes e os gestos de uma espécie de missa laica. E não nos apercebemos, como se para isso não bastasse ter olhos, de que os nossos governos, esses que para o bem ou para o mal elegemos e de que somos portanto os primeiros responsáveis, se vão tornando cada vez mais em meros "comissários políticos" do poder económico, com a objectiva missão de produzirem as leis que a esse poder convierem, para depois, envolvidas nos açúcares da publicidade oficial e particular interessada, serem introduzidas no mercado social sem suscitar demasiados protestos, salvo as certas conhecidas minorias eternamente descontentes...

Que fazer? Da literatura à ecologia, da fuga das galáxias ao efeito de estufa, do tratamento do lixo às congestões do tráfego, tudo se discute neste nosso mundo. Mas o sistema democrático, como se de um dado definitivamente adquirido se tratasse, intocável por natureza até à consumação dos séculos, esse não se discute. Ora, se não estou em erro, se não sou incapaz de somar dois e dois, então, entre tantas outras discussões necessárias ou indispensáveis, é urgente, antes que se nos torne demasiado tarde, promover um debate mundial sobre a democracia e as causas da sua decadência, sobre a intervenção dos cidadãos na vida política e social, sobre as relações entre os Estados e o poder económico e financeiro mundial, sobre aquilo que afirma e aquilo que nega a democracia, sobre o direito à felicidade e a uma existência digna, sobre as misérias e as esperanças da humanidade, ou, falando com menos retórica, dos simples seres humanos que a compõem, um por um e todos juntos. Não há pior engano do que o daquele que a si mesmo se engana. E assim é que estamos vivendo.

Não tenho mais que dizer. Ou sim, apenas uma palavra para pedir um instante de silêncio. O camponês de Florença acaba de subir uma vez mais à torre da igreja, o sino vai tocar. Ouçamo-lo, por favor. ■

*José Saramago

Escritor

Texto enviado ao Comitê Organizador do Fórum Social Mundial. Disponível no site www.forumsocialmundial.org.br

Ensino superior

A Universidade não é uma ilha no meio da sociedade. O constante recriar-se levou-a a um longo processo histórico de consolidação de sua função social, fruto de resistências e capitulações aos movimentos exteriores e interiores. No Brasil, o contorno da crise da Universidade ganha feições próprias, condizentes com nossa situação periférica ao Ocidente. As solicitações que sofre são o resultado de pressões de uma sociedade mundializada, cuja orientação politico-econômica está voltada para o mercado-rei, o combate ao protecionismo (dos países pobres) e para um Estado que se deseja cada vez mais ausente. É esse o contexto onde estão instaladas as crises de definição de sua própria identidade. A coluna Debate dessa edição discute os desafios da instituição.



Tendências e perspectivas

Roberto Leher

Professor da UFRJ e da UNB e presidente da Andes (Sindicato Nacional dos Docentes do Ensino Superior)

A elaboração de um diagnóstico da crise do ensino superior no Brasil não é uma tarefa simples. Coexistem, ao menos, quatro traços que determinam um quadro de enorme complexidade:

- a universidade brasileira é extremamente jovem, até se tomarmos a América Latina como referência. Já no final do século XVII, existiam 12 dessas instituições nas Américas. A universidade de Santo Domingo, por exemplo, foi fundada em 1538, e a de Córdoba, na Argentina, em 1613. A primeira universidade criada no Brasil de forma duradoura, a Universidade de São Paulo (USP), é de 1934;
- a universidade é, ainda, uma instituição para pouquíssimos, cerca de 10% para a faixa etária de 18 a 24 anos e 1,3% da população

(contra Portugal: 44%; Coréia: 37%; EUA: 45%; Espanha: 52%; França: 68%, Argentina: 39% e Uruguai: 30%);

- o fornecimento do ensino superior está fortemente privatizado, 68% das matrículas são privadas, contra 22% nos EUA;
- as universidades públicas são responsáveis por, aproximadamente, 90% da pesquisa brasileira; de fato, a pós-graduação se encontra consolidada em diversas áreas e muitos cursos têm padrão internacional.

Esses quatro traços são dinâmicos e vêm sendo transformados pelas políticas advindas do Consenso de Washington (1989). A primeira geração de reformas, chamadas "reformas de ajuste

estrutural", afastou o governo da regulamentação do setor privado, liberando as mensalidades escolares, e, com base no equilíbrio fiscal, reduziu os investimentos do Estado nas instituições públicas, em benefício do pagamento do serviço da dívida. As políticas de ajuste repercutiram na ordem jurídica. A Constituição foi reformada, direitos sociais foram retirados ou reduzidos e funções do Estado foram reconfiguradas. A nova geração de reformas, ainda em curso, objetiva regulamentar a reforma do Estado e da previdência e promover a abertura do setor de serviços ao capital internacional, no escopo dos acordos da Organização Mundial do Comércio (OMC) e da Área de Livre Comércio das Américas (Alca). O ensino superior vem sendo transformado em serviço, favorecendo o processo de privatização em suas diversas dimensões.

Faz parte do núcleo sólido da ideologia da globalização a noção de que as nações se esvaecem e de que, com o desmanche das fronteiras, o mercado torna-se mundial, integrando o capital, as mercadorias e o trabalho/conhecimento em nível planetário. Entretanto, conforme Samir Amin, o trabalho e o conhecimento, nos países periféricos estão desvinculados do mercado dos países centrais. O mundo, hoje, encontra-se mais fechado ao trabalho e à apropriação do conhecimento do que jamais esteve. As leis de patentes, muitas delas inexistentes há duas décadas, colocam uma barreira ao desenvolvimento dos novos países industrializados (Brasil, Coréia do Sul, Índia e México são exemplos), situação agravada pela abertura econômica desses países e pela privatização selvagem que retirou do Estado instrumentos estratégicos para o desenvolvimento. O resultado de tais políticas tem sido desastroso para a economia desses países, atualmente reconfigurados como produtores de matérias-primas pouco elaboradas e de manufaturados de baixo valor agregado.

Existem no mundo 3,5 milhões de patentes, apenas 1% delas nos países periféricos (e, ainda assim, grande parte desse irrisório 1% pertence a corporações multinacionais). Nenhuma das 400 mil patentes estratégicas pertence à periferia do capitalismo. Os mapas do velho imperialismo são dramaticamente atuais. O percentual da população economicamente ativa no setor industrial vem encolhendo sistematicamente: em 1970, 20%; em 1990, 13%.

Diante dessa situação, não deveriam causar estranheza as "condicionalidades" do Banco Mundial, que propugnam para a Amé-

rica Latina, o fim das universidades baseadas no modelo europeu. A rigor, os documentos do Banco afirmam não caber nenhuma modalidade de escola pública assentada no modelo europeu. A região deve investir no ensino elementar, no adiestramento profissional, na formação de professores adaptados à educação dos "pobres" para que o sistema possa ser "eficiente", em tecnologias educacionais que permitam "quebrar o monopólio do conhecimento docente", conforme propõe um estudo da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (Cepal), "Educação e Conhecimento: Eixo da Transformação Produtiva com Equidade" (1995) e em meios que permitam assegurar que o "núcleo estratégico" do Estado não irá perder o controle do sistema, como a avaliação centralizada e os currículos definidos fora do espaço escolar como os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN).

Pelos mesmos motivos, não deveria causar estranheza a afirmação do presidente da República de que suas prioridades educacionais são o ensino elementar e a freagem do crescimento das universidades públicas. Os recentes vetos ao Plano Nacional de Educação falam por si mesmos. Foram vetados, por orientação da área econômica, os artigos que previam, em um prazo de dez anos: o aumento do percentual do PIB de 3,7% para 7,5%; a triplicação das verbas de ciência e tecnologia (C&T); a definição de uma fração do orçamento da União para o ensino superior; e verba para o programa de renda mínima (mesmo!) na educação infantil. Essas medidas, acrescidas do veto à definição de que a oferta de ensino superior público não deve ser inferior a 40% do total de matrículas, atestam que, nos marcos das "condicionalidades" do FMI e do Banco Mundial, a educação pública não irá prosperar.

Os analfabetos, os pouco escolarizados, os que cursaram o fundamental completo, os que concluíram o ensino médio e os que não puderam concluí-lo perfazem, no total, 80% da população. Ademais, 30 milhões vivem abaixo da linha da indigência (R\$ 70/mês), e 80 milhões, abaixo da linha de pobreza (R\$ 170/mês). Analisando esse quadro, não surpreende o gargalo existente no acesso ao ensino superior. Os menos de 20% da população com renda e escolarização – os "privilegiados" do Nobel Gary Backer – empreendem dura luta pelas poucas vagas nas públicas; os demais terão de se conformar em pagar mensalidades a instituições de qualidade muito desigual. Para os do topo

da pirâmide – 1% que possui a mesma renda dos 50% mais pobres –, o problema do acesso sequer se coloca. Universidades estrangeiras são uma saída cada vez mais usual.

Públicas e privadas

Segundo estudo do MEC/Inep, estão matriculados em Instituições de Ensino Superior (IES) 2 milhões 125 mil; desses, 1 milhão 442 mil, nas privadas (67,8%), e 683 mil, em instituições públicas (32,2%). Entre os que estão nas públicas, 408 mil estão nas IES federais (19,3%), e 274 mil, nas estaduais (12,9%). Em 1997, as privadas contavam com 64%, e as públicas, com 36%. Em apenas um ano, entre 1998 e 1999, o total de matrículas cresceu 9% (3% nas federais, 8% nas estaduais e 11,5% nas privadas). Entre 1994 e 1998, o crescimento de cada setor foi de: 36% nas IES privadas, 18,5% nas estaduais e 12,4% nas federais. Nas privadas, houve crescimento do número de instituições, porém, na maioria dos casos, a ampliação é desprovida de qualidade. Vale registrar que a tendência de crescimento desse setor deve conhecer um crescimento vertiginoso, visto que o MEC autorizou a ampliação da oferta de vagas nas faculdades isoladas e integradas de até 50%, sem qualquer controle social.

TITULADOS POR SETOR (%)

	Doutores	Mestres	Grad./Espec.
Federais	28,9	35,8	35,2
Estadual	32,4	22,9	44,6
Particular	8,9	24,8	65,8

Fonte: MEC/Inep

Como é fácil depreender, a oferta privada se impõe cada vez mais. Concluem o ensino médio 1,5 milhão de estudantes. Existem apenas 776 mil vagas. Isso sem falar na demanda acumulada pelos candidatos reprovados nos anos anteriores. No vestibular de 1998, 2,8 milhões disputaram as 776 mil vagas. Destas, irrisórias 161 mil foram nas públicas; o restante, 80%, nas privadas. No Estado de São Paulo, 94% das vagas foram oferecidas nas privadas. A relação candidato/vaga nas federais foi de 9,3:1; nas estaduais 8,9:1, e nas privadas 2,2:1.

O Banco Mundial reconhece que o ensino superior brasileiro está entre os mais privatizados do mundo. O Brasil está no mesmo grupo que Filipinas, Coréia do Sul, Indonésia e Índia, países com mais de 60%

no setor privado. Países com mais de 75% públicas: EUA, Tailândia, México, Venezuela, Argentina, Honduras, Bolívia, Itália, Quênia, Suécia, entre outros.

Bancos como *First Boston* esperam colocar ações das IES particulares na bolsa de valores em um prazo de até três anos. Corporações como a Fiat, Ford e outras também se mostram interessadas no setor. Tudo leva a crer que muito em breve teremos uma proporção de 3/4 e 4/5 nas privadas, uma realidade nas regiões Sudeste e Sul (630 de um total de 842).

Não satisfeitos com a criação de um mercado educacional – redução da oferta pública e liberação das mensalidades –, os empresários exigem verbas públicas. O BNDES liberou R\$ 750 milhões para as privadas, verba equivalente a quase cinco anos de verbas de outros custeios de capital (OCC) – bibliotecas, equipamentos, insumos para pesquisas etc. – para as Instituições Federais de Ensino Superior (Ifes).

A redução dos gastos da União com o pessoal e custeio das Ifes no governo FHC é ilustrativa. Em 1995, totalizavam já modestíssimos 3% das despesas correntes da União; em 2000, 1,8%. Em termos do PIB, a redução também é significativa: em 1995, 0,57%; em 2000, 0,42%.

O setor público brasileiro está entre os que mais se desobrigam da responsabilidade de assegurar ensino público e gratuito aos jovens. Sem comparar com a França, Alemanha e Itália, em que quase 100% dos estudantes têm seus estudos custeados pelo Estado ou com os 85% dos EUA, Inglaterra e México.

O sistema de crédito educativo foi à falência. Em seu lugar, o governo federal criou o Fies, um sistema bancário de crédito que exige fiador e outras garantias. Em 1999, 80 mil pleitearam, apenas 49,2 mil passaram pelo crivo financeiro (algo como 3,4% do total de alunos no setor). A meta prevista no Plano Nacional de Educação de triplicar o número de estudantes no ensino superior em um prazo de dez anos dificilmente será alcançada caso o fundo público (para as instituições públicas) não seja ampliado. O fornecimento privado encontra seu limite no orçamento das famílias, insuficiente para custear mensalidades que variam de R\$ 300 a R\$ 2 mil. Não é demais lembrar que, entre 1989 e 1999, a informalidade do trabalho cresceu de 51% para 59%. A participação da renda do trabalho na renda total caiu de 40% para 36%, entre 1994 e 1998.

Reforma neoliberal

A redução dos gastos com as universidades públicas deve ser compreendida no escopo da reforma do Estado, segundo os delineamentos do Plano Diretor da Reforma do Estado (1996), a universidade deve ser inserida no setor de serviços não exclusivos do Estado e competitivos. A meta original do referido plano era transformá-las em organizações sociais, instituições de direito privado.

As bases legais que fundamentam a reforma já se encontram em estágio muito avançado. A Constituição Federal foi modificada (EC 19 e 20) e leis complementares foram aprovadas (Lei 9.962/2000). Concomitantemente, por iniciativa do MEC, outros instrumentos foram estabelecidos, como a Lei de Diretrizes e Bases (LDB) e o Conselho Nacional de Educação (CNE). Essas medidas têm o objetivo de colocar um fim no chamado mode-

lo humboldtiano de universidade: estatal, pública, gratuita, laica, autônoma e assentada no princípio da indissociabilidade entre o ensino e a pesquisa.

Como se sabe, o Banco Mundial recomenda que a privatização seja vista como um processo de reorientação da IES em direção à sociedade, eufemismo que quer dizer: ao mercado. Assim, a arte é introduzir a cobrança de taxas, a venda de "serviços", assessorias e consultorias, como se fossem medidas espontaneamente demandadas pela comunidade interna.

Para garantir a legitimidade dessas medidas, um aparato voltado para a avaliação é construído pelo governo. Assim, os beneficiários seriam os mais competentes, aferidos tecnicamente pelos instrumentos criados. Claro que o diapasão da avaliação é o mercado. O controle administrativo-gerencial assegura o poder do "núcleo estratégico do Estado".

Desafios para a esquerda

Para romper com o padrão neoliberal de política e de economia, a esquerda tem de afirmar uma outra agenda política. Parece óbvio, mas as oposições têm tido enorme dificuldade de gerar alternativas. Considerando os desafios culturais, científico-tecnológicos e, em especial, o peso ideológico da sociedade do conhecimento, a reconstrução da universidade pública como esfera pública irá exigir reformas profundas no ensino superior.

O maior desafio é defender a universidade pública, gratuita, laica e baseada no princípio da indissociabilidade entre o ensino, a pesquisa e a extensão. Essa consigna requer o combate ao projeto de reforma do Estado estabelecido no Plano Diretor da Reforma do Estado de FHC. Surpreende, pois, a forte marca dessas medidas no projeto de criação da Universidade do Estado do Rio Grande do Sul.

Os elementos centrais do projeto da UERGS estão centrados na sua definição jurídica como "fundação de direito privado", nos contratos pelo regime de emprego público, tal como pretende o governo FHC, na ausência de autonomia, estando subordinada ao governo por vários dispositivos (chanceler, formação do conselho universitário, nomeação do reitor etc.), e na ausência da gestão democrática. Um projeto nesses moldes apenas assinala que não há alternativa possível ao modelo neoliberal. Em outras

palavras, somente um mundo é possível: o neoliberal. Essa é uma tese extremamente preocupante, pois é vinda de um governo eleito com uma plataforma de esquerda: o argumento de que a universidade não pode ser estatal e de que as relações de trabalho devem ser regidas por normas do direito privado – para não comprometer a previdência social –, expressa a vitória da tese da fetichização do equilíbrio fiscal, a principal nervura do programa em curso no país.

Questões para uma agenda alternativa

- Efetiva democratização do acesso a instituições propriamente universitárias. Núcleo sólido: defesa do ensino público de qualidade, em todos os níveis, em especial para as classes subalternas.
- Impedir a aplicação da reforma administrativa e da previdência e seus rebatimentos nas políticas dos estados e municípios. Fundo público: combater a Lei de Responsabilidade Fiscal, defender reforma tributária que diferencie o grande capital do trabalho e fixar, nos moldes do Plano Nacional de Educação da Sociedade Brasileira (elaborado no Congresso Nacional de Educação – Coned) de percentual de 10% do PIB para a educação, em um prazo de dez anos.
- Autonomia: impedir a ingerência dos governos na vida da universidade, assegurando condições de autogoverno e o controle social.
- Democracia e gestão democrática: pluralismo de idéias, relação com as entidades representativas, debate acadêmico, reconfiguração do sistema de fomento à ciência e tecnologia.
- Economia: rediscutir as conexões entre Nação, Região e Mundialização do Capital, considerando o processo de Desenvolvimento Desigual do Capitalismo. Retomar o debate sobre as desigualdades Regionais e entre o Norte e o Sul. Fortalecer a luta contra a Área de Livre Comércio das Américas.
- Propósito social: educação não é instrumento de planificação econômica. Recriar a cidadania. Não-utilização da educação como mecanismo de regulação econômica. As noções de que a oferta de educação deve estar sincronizada pela taxa de desemprego e de que a educação é uma atividade direcionada a formar recursos humanos são duplamente negativas: oculta as determinações do desemprego (e, mais amplamente, do desenvolvimento) e limitam o conteúdo da formação universitária e, por conseguinte, da própria instituição universitária. ■

A crise da universidade brasileira

José Carlos Almeida da Silva

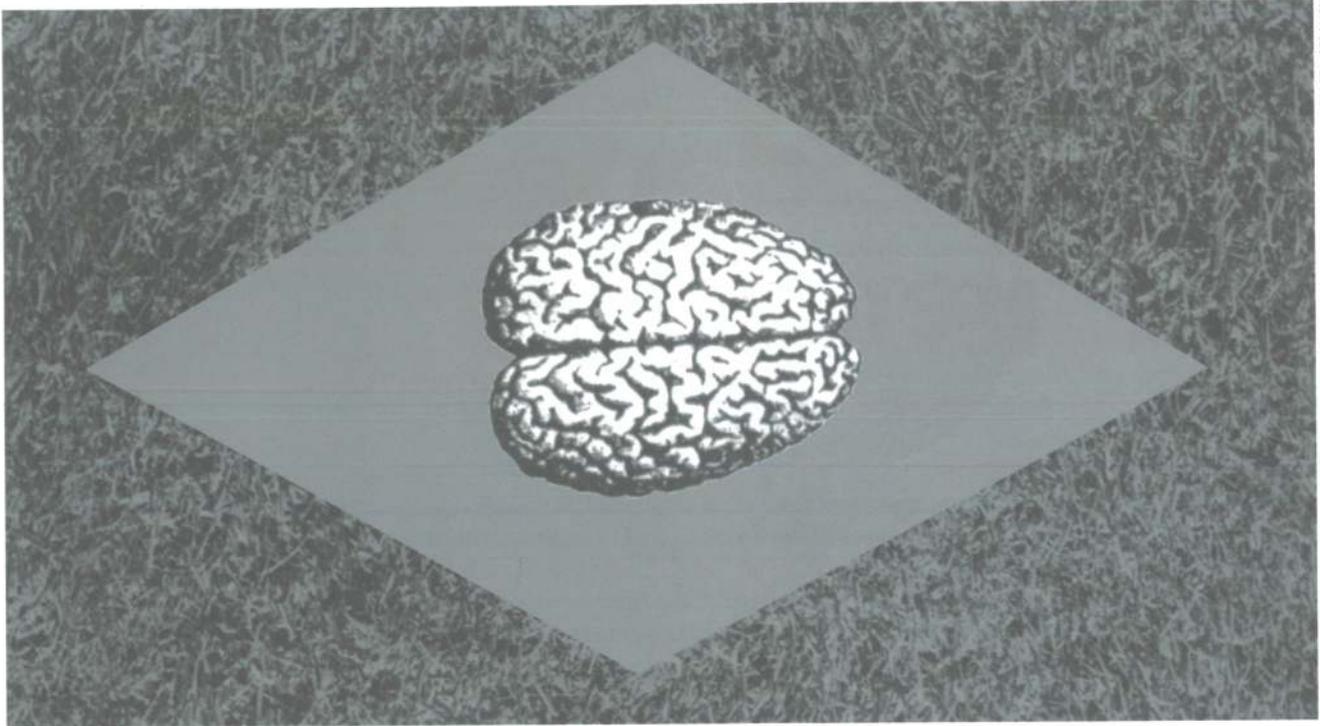
Reitor da Universidade Católica de Salvador, mestre em Economia pela Faculdade de Ciências Econômicas da UFBA, presidente do Conselho de Reitores das Universidades Brasileiras (Crub) e membro do Conselho Nacional de Educação (CNE)

Observando a história da organização universitária, podemos concluir que não há transformação ou modificação social relevante que não tenha causado desdobramentos significativos de ordem institucional no ambiente acadêmico. Foi assim na superação dos *studia generalia* da Idade Média, na formalização da universidade francesa no governo de Napoleão e na criação da universidade moderna em Berlim. A tradição de resistência à adversidade e ao confronto direto de interesses, tanto nas relações com a sociedade quanto com os governos, também marca a universidade brasileira desde o seu início, no final da década de 1920, até hoje. Nesse período, a instituição universitária no Brasil atravessou rigorosos períodos autoritários, em 1935 e 1964, e profundas revoluções científicas e organizacionais.

A inauguração da Universidade do Distrito Federal (UDF), em 1935, revela de modo exemplar o corte e o impacto sociocultural decorrentes do planejamento e criação de uma instituição plenamente universitária no país. À época, a UDF foi concebida sob uma perspectiva de forte intervenção cultural, social e científica, o que, por si só, motivou – e ainda motiva – inúmeros desdobramentos institucionais no ambiente universitário. Segundo Clarice Nunes (1998:20), pensava-se, então, em meados da década de 1930, que as escolas e a universidade teriam o ousado papel de projeção para fora de si mesmas, ampliando sua área de influência na sociedade e “atravessar o espelho da cultura européia e norte-americana para elaborar um conhecimento instrumental sobre a realidade e a educação brasileiras” (Nunes, 1998:20). O pedido de

exoneração da reitoria da UDF feito por Anísio Teixeira, certamente um de seus principais projetistas e executores, após cinco meses do discurso inaugural dos cursos da universidade, demonstra o grau e a intensidade das oposições que a iniciativa suscitava. Certamente, inúmeros exemplos poderiam ser listados, revelando uma profusão de conflitos administrados por uma organização de complexidade ímpar, como a instituição universitária. Com efeito, universidades foram criadas, segundo Robert Wolff (1993:25), por todos os tipos de motivos e justificações: “para treinar trabalhadores habilitados, para melhorar o padrão das profissões, para expandir as fronteiras do conhecimento e mesmo para educar os jovens”.

De fato, ainda segundo Clarice Nunes (1998:20), parafraseando Maria Hermínia Tavares sobre os dilemas da institucionalização



das ciências sociais no Rio de Janeiro, "torna-se claro que a criação da universidade era meta compartilhada por intelectuais reformadores situados em todos os matizes político-ideológicos, ainda que divergissem quanto à sua concepção, organização, autonomia e conteúdo". E tudo sem considerar o fundamental: o contexto profundamente paradoxal em que foi criada a Universidade do Brasil, "que encarnou a ambigüidade e a rebeldia de uma instituição que surgia dentro do Estado, mas que pretendia ser autônoma em relação a ele" (Nunes, 1998:22).

Como lembra Anísio Teixeira (1998:37), a universidade, em sua trajetória histórica, "procurou mais isolar-se do que participar do tumulto dos tempos. Seu espírito de segregação ainda era manifestamente acentuado nos meados do século XIX, apesar de se haver iniciado na pesquisa desde o começo do século". E continua Anísio:

Até aí a missão da universidade era a da guarda e transmissão do saber, como condição para a ordem e a civilização. Eminentemente seletiva, orgulhava-se de poucos alunos e da alta qualidade dos seus intelectuais e eruditos. Era a casa do intelecto, a torre de marfim de uma cultura fora do tempo. Foi essa universidade que começou a transformar-se com as

três revoluções do nosso tempo: a revolução científica, a revolução industrial e a revolução democrática. (Teixeira, 1998:40)

A atual crise da universidade no Brasil resulta, pois, na repercussão local de uma crise ampla da instituição acadêmica no mundo, que tem por fundamento um profundo questionamento da identidade institucional da universidade perante as três revoluções mencionadas acima por Anísio, levadas ao limite nesse final de século. É diante da diversidade de demandas das formas de organização da sociedade contemporânea (muitas vezes contraditórias e antagônicas), resultado de um modo de convivência e socialização plural e razoavelmente democrático – no qual a maioria dos interesses e propósitos com relação à universidade termina por constituir legitimidade e intensidade coletiva –, que as instituições universitárias tentam responder a tal diversidade de exigências e perspectivas sem fragmentar-se. Por isso, a dificuldade de conceber e executar políticas claras para uma instituição sempre em construção. Estamos entre escolhas difíceis, considerando o que a sociedade espera efetivamente das instituições universitárias. Eis um desafio urgente para os gestores de instituições de ensino superior: de um lado, atender às demandas de uma sociedade que avança

em ritmo crescente de diversidade e complexidade; e, de outro lado, criar um conceito de universidade capaz de manter unificada uma instituição que escapa a todo instante de uma formalização conceitual mais ampla e específica. Por exemplo, como pergunta Arley Moreno (2002:05): "devemos entender a educação superior como um serviço a ser prestado ou como um direito universal?" Hoje, pensadores como Jacques Derrida (1999:89) perguntam-se: a quem deve a universidade responder? A universidade deve responsabilidade a quem? E, sob a hipótese de que não há, ainda, um modelo institucional definitivo, possível, para a universidade, nem uma coerência interna para seu conceito, expõe:

Poderíamos entender-nos para discutir juntos a responsabilidade própria da universidade? Não me pergunto se poderíamos produzir ou simplesmente explicar um consenso a esse respeito. Pergunto-me primeiramente se poderíamos dizer "nós" e debater juntos, numa linguagem comum, formas gerais da responsabilidade nesse terreno? Não tenho certeza, e há nisso um mal-estar que é sem dúvida mais grave que um desconforto ou uma crise. Talvez todos nós o sintamos, mais ou menos vivamente e através de um *phatos* que pode viajar superficialmente. Falta-nos, porém, as categorias para analisar esse mal-estar. Os códigos históricos (e *a fortiori* as datações históricas, as referências a acontecimentos técnicos ou políticos espetaculares, por exemplo, o grande abalo de 68), os códigos filosóficos, hermenêuticos, políticos, etc, e talvez até mesmo os códigos em geral, como instrumentos performantes de decibilidade, parecem aqui impotentes. (Derrida, 2000:89).

Segundo Derrida falta-nos, sobretudo, o fundamental, ou seja, os instrumentos intelectuais para formular a questão da crise nas universidades: faltam recursos conceituais, filosóficos e políticos. Para pensar a universidade e sua crise contemporânea, ainda não foram devidamente formulados, na atualidade, os códigos coerentes com a realidade para sua interpretação, a partir dos quais a universidade possa representar-se ou objetivar-se em uma de suas

representações, como uma organização social com alguma estabilidade formal. E, mesmo adquirindo equilíbrio conceitual, institucional e social, pergunta-nos Derrida (2000:94): "Será possível um novo tipo de responsabilidade universitária? Em que condições?" Com efeito, ainda segundo Anísio Teixeira (1998:46-47):

Acompanhar essa transformação desde 1852 até 1914, depois até 1930 e, com a Segunda Guerra Mundial, até os dias de hoje, corresponde a assistir à história de uma instituição que, entre mil resistências, rompe com o seu isolamento e se vai, aos poucos, misturando com a vida presente até se fazer, talvez, instituição completamente nova pela sua complexidade, pela sua variedade, pelo seu pluralismo, e, por que não dizer, pela sua extrema confusão e divisionismo. (Teixeira, 1998:46-47)

Transformação institucional

Um aspecto que terminou por reformular radicalmente o conceito e o papel institucional e social da universidade foi a inclusão da ciência e da pesquisa como atividades universitárias. Paolo Rossi (2001:10) lembra, em *O nascimento da ciência moderna na Europa*, que "as universidades não estiveram no centro da pesquisa científica. A ciência moderna nasceu fora das universidades, muitas vezes em polêmica com elas e, no decorrer do século XVII e mais ainda nos dois séculos sucessivos, transformou-se em uma atividade social organizada capaz de criar as suas próprias instituições". Contudo, um dos marcos históricos da superação do modelo clássico de universidade, destinado ao cultivo da tradição erudita ocidental, do saber pelo saber, foi a fundação da Universidade de Berlim em 1810, projeto confiado a Humboldt, seguida da criação da Universidade de Manchester, na Inglaterra, ambas praticando a atividade de pesquisa já como atividade legitimamente acadêmica/universitária. Precisamos entender que a presença da pesquisa e da ciência na universidade foi mais um produto dos impactos inovadores da revolução industrial na civilização ocidental, do que um desdobramento contínuo, conseqüente e encadeado da universidade medieval. Ao rever o desenvolvimento da instituição universitária, ficamos diante de rupturas definitivas para a construção do modelo de universidade que hoje celebramos.

A evolução da universidade não obedece a uma continuidade, a uma seqüência lógica de desdobramentos ou coerência com um caminho previsível de superação institucional; de forma contrária, constatamos profundos cortes conceituais e organizacionais ao longo de uma história conturbada, rica em saltos e rupturas, muitas irreconciliáveis:

A antiga instituição – distante e isolada – destinada a educar os jovens vem-se fazendo a força mais profunda do desenvolvimento nacional. A realidade é que a pesquisa, cuja entrada na universidade tanta luta custou, veio, nos últimos tempos, a crescer esmagadoramente. [...] A definitiva aceitação da ciência transferiu o debate do campo mais ou menos recalcitrante e negativo do período encerrado na década de 1930, para o campo positivo da busca de soluções para uma sociedade totalmente industrializada, penetrada de ciência e tecnologia e coletivamente organizada sob a forma de grandes grupos, com interesses diversos e muitas vezes contraditórios. (Teixeira: 1998:48-49)

Com efeito, no passado medieval, os centros de formação e saber estavam organizados como comunidades integradas, onde viviam os estudantes sob a orientação de tutores pessoais, garantindo e transmitindo o ensino erudito. Com a Revolução Industrial e a consolidação do modo de produção capitalista, surgiram as exigências de especialização técnica, demanda do recente setor produtivo, e a universidade, que estava voltada para a formação de elites aristocráticas e para o cultivo de um saber "desinteressado", passa a ser pressionada para atender os reclamos de mobilidade social dos filhos da burguesia e investir em conhecimento aplicado.

Uma das primeiras universidades modernas, e um bom exemplo de crise institucional ampla, é o surgimento na França da Empresa Revisionista dos Enciclopedistas, que trazia o novo ideário político de uma burguesia comprometida com o progresso técnico e contrária à velha universidade corporativa, fechada, eclesiástica e aristocrática. Quando se institucionalizou, essa empresa o fez sob o governo de Napoleão Bonaparte, que implantou um vasto monopólio educacional, buscando uni-

ficar e uniformizar culturalmente a França republicana por meio da formação de educadores que atuariam como difusores da nova cultura erudita de base científica (Ribeiro, 1975:57).

Mais uma vez, a "nova universidade" implantou-se como contraposição radical à antiga. As inclinações formalmente humanistas do passado foram substituídas por um novo humanismo, fundamentado agora na ciência, comprometido com a problemática nacional, com a defesa dos direitos humanos e empenhado em absorver e difundir o novo saber científico e tecnológico em que se baseava a revolução técnica e científica. Assim, a tradição universitária anterior seria substituída, nesse processo transformativo, por uma burocracia racional, seletiva e impessoal, com os seus defeitos de rotina e formalismo que tornaram cada vez mais difícil manter e incentivar a criatividade cultural.

Pontos de tensão

No primeiro momento de sua história moderna, a universidade é uma instituição de características singulares, como a liberdade de discussão e expressão, o espírito crítico, a autonomia e o universalismo dos objetos de investigação. A excelência dos seus produtos cultural e científico fez desse modelo de universidade uma instituição única, de grande prestígio social, considerada imprescindível para a formação das elites. Porém, a partir do período do capitalismo liberal formal ou organizado (até os finais do século XIX), como já observamos, a universidade clássica, generalista e de objetivos universais isola-se das demais instituições sociais – das produtivas, sobretudo – e da própria sociedade.

A concepção de universidade clássica é incompatível com as exigências sociais emergentes e entra em franca crise no pós-guerra. Segundo Boaventura de Sousa Santos (1995:187), é essa condição básica que caracteriza a universidade como gestora de tensões. Em realidade, são contradições que questionam o modelo clássico de instituição universitária, de uma universidade que abrangeria a totalidade do conhecimento humano. Isoladas das demais instituições e demandas sociais, as universidades vivem um incremento da demanda social por serviços especializados e soluções técnicas para sua transformação e desenvolvimento, além da restrição de políticas de financiamento por parte do governo. Para efeito de análise, a partir da tipologia de Boaventura de

Sousa Santos, podemos identificar os pontos de tensão e suas respectivas crises que constituem o duplo desafio a que está submetida a universidade contemporânea:

- o ponto de tensão entre a universidade e a sociedade;
- o ponto de tensão entre a universidade e o Estado;
- o ponto de tensão no interior da universidade.

Assim, a universidade vem gerindo tensões crônicas na sua organização nas últimas décadas; em realidade, calcadas em contradições da instituição, da hegemonia da oferta pedagógica e de legitimidade da produção acadêmica oferecida à sociedade. As três crises denunciam a incapacidade de a universidade articular os novos papéis sociais e a posição tradicional de excelência que ocupa há séculos. As crises podem ser descritas resumidamente como seguem, ainda segundo Boaventura de Sousa Santos:

• A crise da hegemonia

Contradição entre os conhecimentos exemplares e os conhecimentos funcionais. Ou tensão entre a produção de alta cultura e de conhecimentos necessários à formação das elites e a produção de padrões culturais médios e de conhecimentos úteis para as tarefas de manutenção social e força de trabalho qualificada, exigida pelo desenvolvimento industrial.

• A crise de legitimidade

A universidade sofre uma crise de legitimidade à medida que constata a incoerência entre a realização de sua prática e os objetivos socialmente assumidos.

• A crise institucional

A universidade sofre uma crise institucional na medida em que a condição social estável e auto-sustentada deixa de garantir os pressupostos que asseguram sua sobrevivência. O modelo organizacional, específico da universidade, é posto em questão e lhes são impostos modelos institucionais tidos por mais eficazes.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- DERRIDA, Jacques. *O olho da universidade*. São Paulo: Estação Liberdade, 1999.
- MORENO, Arley. Outra universidade: uma crítica dos valores neoliberais. *Folha de São Paulo*, São Paulo, 12/01. Jornal de Resenhas, 2002.
- NUNES, Clarice. Universidade pública: o que foi silenciado. In: TEIXEIRA, Anísio. *A Universidade de ontem e de hoje / Anísio Teixeira*; organização e introdução, Clarice Nunes. Rio de Janeiro: EdUERJ, 1998.
- RIBEIRO, Darcy. *A universidade necessária*. Lisboa: Editorial Estampa, 1975.
- ROSSI, Paolo. *O nascimento da ciência moderna na Europa*. São Paulo: EDUSC, 2001.
- SANTOS, Boaventura. *Pela mão de Alice*. Porto: Cortez, 1995.
- TEIXEIRA, Anísio. *A Universidade de ontem e de hoje / Anísio Teixeira*; organização e introdução, Clarice Nunes. Rio de Janeiro: EdUERJ, 1998.
- WOLFF, Robert. *O ideal da universidade*. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1993.

Diretrizes para a instituição acadêmica

A superação da crise da universidade origina-se na superação simultânea de dois dos pontos de tensão apresentados: as contradições entre universidade e sociedade, que gera uma crise de legitimidade, e as contradições da universidade consigo mesma, que gera uma profunda crise de hegemonia e identidade.

A superação da crise de hegemonia pedagógica e mesmo "epistemológica" pode ser descrita como o tipo de saber que prevalece em sua oferta de ensino e aprendizagem. A vantagem, aqui, reside na permanente composição com a sociedade e seus setores representativos: a universidade pode constituir matices curriculares que abranjam tanto um saber de excelência, do qual se ocupa a universidade desde a Idade Média, quanto um elenco de conhecimentos

úteis ao desenvolvimento social, industrial, científico e cultural. Prevalecem a democracia, a associação de discursos e conteúdos.

A crise de legitimidade, para ser superada, pressupõe a objetivação de uma demanda civil, o que requer, de pronto, elevada sensibilidade aos desafios sociais. Para as universidades, as soluções para as crises de hegemonia e de legitimidade são complementares, retroalimentam-se de forma incessante.

Superar a atual crise das universidades brasileiras significa estabelecer uma política dialógica, de composição e ampla integração com os interesses da sociedade, sempre mais plural e mais diversa. O paradigma cooperativo e participativo acaba por produzir uma instituição acadêmica extremamente

flexível, capaz de realizar uma escuta ativa, pertinente e legítima da sociedade e dos governos.

Vale salientar, portanto, que as universidades vêm encontrando, no paradigma da extensão universitária, um quadro referencial para composição de sua identidade institucional. Ao adotar um modelo dialógico, cooperativo e democrático de compor diretrizes para a instituição acadêmica, a universidade fortalece seus vínculos com a sociedade, desempenhando uma escuta ativa de suas expectativas. A universidade em extensão há muito superou a dicotomia crônica vivenciada pelas instituições de ensino superior entre a possibilidade de autodeterminação e a de destino compartilhado com a sociedade e suas instituições. ■

Jamilé Chequer

Ainda pulsa

Mais uma doença fatal paira sobre a humanidade. Apesar de não ser ainda motivo para grandes alardes a febre de Garissa veio confirmar o que estudiosos tanto previam: o surgimento de novas doenças infecciosas. O vírus foi descoberto por pesquisadores do Centro de Controle e Prevenção de Doenças dos Estados Unidos e do Ministério da Saúde do Quênia. Os sintomas são similares aos do ebola: febre alta e intensa hemorragia interna. A doença é fatal e pode matar em poucos dias.

No final de 1997 e no começo de 1998, o leste da África foi palco de uma epidemia de febre hemorrágica. Amostras clínicas foram coletadas no Quênia e na Somália. Nem todas mostravam a mesma causa. Duas eram amostras de um vírus pertencente à família *Bunyaviridae*. Na mesma época, foram detectadas mais 12 mortes relacionadas à mesma doença.

A última ocorrência que se tem notícia foi em 1998. Depois, desapareceu do mapa, como todos os vírus hemorrágicos. A busca, agora, é para achar o hospedeiro a fim de que se possa encontrar a melhor forma de combate.

Trapalhada colorida

Os cientistas Karl Glazebrook e Ivan Baldry, da renomada Universidade Johns Hopkins, anunciaram, em janeiro deste ano, em um encontro da Sociedade Americana de Astronomia, a descoberta da cor do universo. “Verde, quase turquesa clara”, teriam dito. Tempos depois, descobriram um erro no código. Tudo indica que a celeuma foi causada por um *bug* no software de Glazebrook. Exatamente aquele que ele usou para fazer uma infinidade de cruzamentos e pesquisas, além de minha compreensão, e chegar à famosa cor. Como resolveram materializá-la, foi preciso determinar como essa luz poderia ser captada pelo olho humano. Eles usaram métodos estabelecidos por oftalmologistas para calcular como o olho responde a certas nuances de luz. Resumo da ópera, a cor é bege clara. Eles ainda estão buscando e aceitando sugestões para o seu nome de batismo.

A “experiência única de captação da natureza da existência” foi, enfim, reestabelecida. “Estou muito envergonhado, não gosto de estar errado”, disse Karl com um sorriso amarelado para a revista *New Scientist*. O mundo da moda que já tinha determinado o tom da próxima estação vai ter que mudar às pressas. O que eles vão fazer com as canecas e blusas verdes, não sabemos. Mas o cientista garante que não vai mudar de novo. Tudo bem, a descoberta, além de compor *modelitos*, é importante para se conhecer que fim o cosmos terá. A importância não está desmerecida.

Abolicionista

“Se você pensa que a escravidão acabou em 1865, pense de novo. Hoje, milhões de pessoas estão escravizadas pelo mundo – forçadas a trabalhar sem pagamento e sob violência. Sudão, EUA, Mauritânia, Índia. Hoje, os escravos são silenciados no cativeiro, eles não têm voz e o mundo os abandonou. Mas você pode ser essa voz. Você pode ser um abolicionista. A Internet mudou a sua vida. Agora você pode usar a Internet para ajudar milhões de pessoas a saírem da escravidão.”

É em ritmo de *thriller* que o *site* da American Anti-Slavery Group (www.anti-slavery.com) se apresenta. Ao entrar nele, encontram-se informações chocantes. Uma delas é a vida do sudanês Francis Bok. Ele tinha 7 anos em 1986, quando sua mãe pediu para que fosse vender feijão e ovos no mercado. Nunca mais a encontrou. Foi escravo por dez anos e conseguiu fugir. Hoje, ele luta para libertar outros, assim como Abuk Bak, com 25 anos, também nascida no Sudão e escrava por uma década.

Existem mais escravos do que antes. Estima-se que o tráfico de seres humanos movimentava cerca de US\$ 7 bilhões por ano. Como a humanidade permite? Esse grupo – fundado em 1993 – já ajudou mais de 45 mil pessoas a ficarem livres.

Eu tenho mais

Como falar de armas está na moda, eis que surge uma notícia de extrema importância: a França está reivindicando o segundo lugar na exportação de armas no mundo. Enquanto a paz é discutida em todas as esquinas, o Ministério da Defesa francês enviou um documento para o Parlamento em que fala do famoso International Institute for Strategic Studies (IISS) – centro de pesquisa, informação e debate sobre conflitos, que foi fundado, em 1958, em Londres.

A França, então, reclama seu lugar, logo atrás dos Estados Unidos, que, em 2000, movimentaram US\$ 14,2 bilhões. De acordo com o IISS, o país movimentou US\$ 1,5 bilhão. Mas os franceses estimam US\$ 900 milhões a mais. No relatório do instituto, o Reino Unido está em segundo lugar com US\$ 5,1 bilhões, e a Rússia, em terceiro com uma movimentação de US\$ 3,5 bilhões.

O ministério francês parece indignado. De acordo com o *Le Monde*, no relatório para o Parlamento foi ressaltado que “o montante total das remessas atribuídas à França pelo IISS é inferior à realidade de US\$ 2,4 bilhões em 2000”. E continua: “A França tem uma participação de 12% a 15%, com um nível médio anual de encomendas situado em torno de 5 a 6 bilhões de euros [US\$ 4,5 bilhões a US\$ 5,4 bilhões]. Em termos de encomendas, os resultados da França para 2000, US\$ 6,2 bilhões, podem colocá-la no segundo lugar mundial, à frente da Rússia”. Então tá. Cada um se gaba com o que pode.

Tente outra vez

A tão esperada cura da Aids ainda não é uma realidade, mas cientistas de todo o mundo testam vacinas contra a doença. Recentemente, foram publicados, na revista *Nature*, os resultados da pesquisa que vem sendo realizada pelos cientistas da Universidade de Harvard.

Testes em macacos vêm sendo feitos desde 1999. Sete dos oito animais estão sem Aids. A má notícia é que o oitavo macaco mostrou resultados completamente diferentes. A vacina impediu o animal de desenvolver a doença por dois anos, mas parece que o vírus aprendeu a driblar a droga por meio da mutação de um de seus genes. Resumo da ópera: o macaco morreu.

Na opinião de Seth Berkley, presidente da International Aids Vaccine Initiative (IAVI), cujo *site* é <www.iavi.org>, esse resultado não significa um fracasso. “No panorama geral, o que os cientistas de Harvard conseguiram é uma das enormes possibilidades para a vacina da Aids.”

Seth disse que as últimas notícias não balançaram a certeza de que, com perseverança, o mundo vai encontrar a droga certa contra a Aids. “Se uma das possibilidades demonstra certo fracasso, simplesmente devemos tentar de novo.”

O dedo que aponta

O Human Rights Watch (HRW) declarou, em seu recente relatório, que a “campanha contra o terror – liderada pelos Estados Unidos – está inspirando ataques oportunistas aos direitos humanos”. A instituição alerta que alguns países – como a Rússia, Usbequistão e Egito – estão se utilizando da guerra para justificar campanhas militares abusivas. Nos Estados Unidos e na Europa Ocidental, as medidas para o combate ao terrorismo estão ferindo direitos há muito adquiridos. “Os terroristas acreditam que *tudo é permitido* em nome da causa”, diz Kenneth Roth, diretor-executivo do HRW. “Os princípios dos direitos humanos não podem ser comprometidos em nome de causa alguma.”

De acordo com Roth, a campanha não vai ser bem-sucedida se for conduzida como um embate contra alguns grupos em particular. Ele afirma que a organização ainda não investigou exatamente as mortes de civis no Afeganistão, mas que questões de extrema importância foram levantadas sobre o assunto. Ele também disse que as novas restrições americanas quanto à liberdade de civis e outras medidas podem comprometer a habilidade do governo do Tio Sam a criticar violação dos direitos humanos em outros países. Cá entre nós, a chamada Guerra ao Terror está se tornando uma doença hipócrita.

Crise em Israel

Em 4 de março, num raro encontro com a imprensa, o primeiro-ministro de Israel, Ariel Sharon, disse aos repórteres: "Não será possível fazer um acordo com eles antes que os palestinos sejam duramente atingidos. Agora, eles precisam ser atingidos. Se não apanharem muito, não haverá nenhuma negociação. Somente depois que forem derrotados, poderemos conduzir conversações. Desejo um acordo, porém primeiramente eles precisam ser derrotados, para que desistam de pensar que podem impor um acordo a Israel que Israel não deseje... Eles precisam ser derrotados: a Autoridade Nacional Palestina (ANP), suas forças e os terroristas", disse ele, acrescentando: "Se não forem derrotados, não haverá nenhum horizonte político".

Em outubro de 2000, apesar de uma década de processo de paz, todos os palestinos, incluindo aqueles que eram cidadãos de Israel, tornaram-se inimigos do Estado aos olhos da maioria judia do país. A dupla rebelião, dos territórios ocupados e dos cidadãos palestinos de Israel (que constituem 20% dos cidadãos israelenses), fez com que essa maioria retomasse a noção de "conflito total" na política e na mídia israelenses. Essa idéia tinha sido esquecida durante o processo de Oslo.



Em 29 de setembro de 2000, a visita de Ariel Sharon a Haram Al Sharif foi o estopim de manifestações na Cisjordânia e na Faixa de Gaza contra a colonização permanente e contra um processo de paz que negava a dignidade palestina. Eles também protestavam contra a profunda corrupção das instituições palestinas, que permite que uma minoria, aqueles envolvidos na negociação, acumule privilégios e fortunas, ignorando as necessidades e aspirações da maioria. A reação do exército israelense foi virulenta, atirando para matar desde o primeiro momento.

Os cidadãos palestinos de Israel demonstraram, em outubro de 2000, sua solidariedade com os palestinos da Cisjordânia e da Faixa de Gaza. Essas manifestações também expressavam uma rejeição aos 52 anos de marginalização, opressão e exclusão social. A reação da polícia foi brutal: 13 manifestantes palestinos foram mortos e centenas foram feridos e presos. A mídia local descreveu esse enfrentamento como um ataque generalizado à comunidade judia de Israel que se assemelharia à luta do Estado por sua sobrevivência em 1948. Essa luta está impressa na consciência coletiva israelense.

Uma vez mais, os judeus de Israel eram "as vítimas", enquanto a rebelião palestina nos territórios ocupados e em Israel não era nada mais do que a continuação do ódio histórico e da perseguição aos judeus.

Problemas sem solução

A rebelião nos territórios ocupados e em Israel, conhecida como Intifada, criou uma noção de "conflito total", que é útil para tratar das crises de Israel. Essas crises combinam aspectos econômicos, militares e políticos que refletem a ausência de agenda para resolver o conflito entre israelenses, árabes e palestinos.

Por causa da realidade da situação política de Israel, atualmente só essa noção de "conflito total" pode salvar a coesão da sociedade israelense. A proposta de uma agenda para resolver o problema dividirá a sociedade segundo linhas étnicas, sociais e políticas, trazendo o perigo da guerra civil.

Do ponto de vista israelense, os cidadãos palestinos de Israel e as colônias israelenses nos territórios ocupados são problemas cuja solução requer mudanças profundas nas estruturas sociais e políticas de Israel. Ambos são "problemas" que resultaram das práticas coloniais e excluídos do movimento sionista.

Desde a década de 1920, o principal projeto do movimento sionista era criar uma

sociedade judia autônoma no território da Palestina, que excluísse a participação dos não-judeus. Era pressuposto que a propriedade da terra seria judia, assim como o controle dos serviços, da indústria e dos trabalhadores. Para alcançar esse objetivo, o movimento sionista organizou a colonização coletiva da terra (kibutz, moshav) e deportou a população árabe-palestina original ou a excluiu da força de trabalho. Com a criação do Estado de Israel e a guerra de 1948, essa política emergiu como um processo de limpeza étnica, durante o qual 90% da população palestina dentro das fronteiras do recém-criado Estado tornou-se refugiada e deslocada.

O Estado de Israel continuou as políticas do movimento sionista, privilegiando a população judia e a imigração e marginalizando o restante da população palestina. Todos os palestinos expulsos foram declarados "ausentes", perdendo seus direitos passados e futuros à propriedade dentro das fronteiras de Israel. Aqueles deslocados que permaneceram foram proibidos de retornar às suas vilas e considerados como "ausentes presentes", perdendo seus direitos à propriedade anteriores – eles constituem 25% dos cidadãos palestinos de Israel. Antes mesmo do final da guerra de 1948, o governo iniciou um processo acelerado de colonização das terras "abandonadas", sem pôr em prática nenhum projeto de reassentamento ou restituição de propriedade para os "ausentes presentes".

Na verdade, durante as décadas de 1950 e 1960, Israel criou um sistema que reconhecia o direito de cidadania dos palestinos, porém os deixava sem poder e os segregava em todos os níveis. Em termos culturais, Israel não reconhecia o direito de seus cidadãos palestinos terem uma identidade coletiva e também não reconhecia seu direito de preservar e desenvolver sua própria língua. No plano residencial, não foi criado nenhum novo assentamento palestino, e as reservas de terra das vilas foram confiscadas para construir novas colônias judias e acomodar imigrantes. Os palestinos também foram excluídos no plano educacional e econômico.

Esse processo criou, em Israel, uma realidade na qual os recursos nacionais foram distribuídos de acordo com a etnia e uma ideologia que apóia essa distribuição desigual. O Estado de Israel é um Estado judeu, e a institucionalização da igualdade étnica de seus cidadãos afetaria seu caráter judeu. Essa política foi reforçada por uma política de imigração muito peculiar: com o intuito de fortalecer a população não-árabe, qualquer um que tenha, pelo menos, uma avó ou um avô judeus pode tornar-se cidadão de Israel.

Depois das eleições de 1992, para o Parlamento (Knesset), o apoio dos partidos políticos que representam a população palestina em Israel permitiu que o governo Rabin organizasse um governo de minoria com o Partido Trabalhista e o Meretz, dando prosseguimento ao processo político iniciado em Madri um ano antes. Em troca, a população palestina teve uma melhoria quantitativa de sua condição de vida: orçamentos melhores e avanços nas condições de moradia, que incluíram o início do processo de reconhecimento das vilas palestinas não reconhecidas, sem, contudo, haver igualdade entre a comunidade judia e a árabe-palestina. Na prática, as políticas de Rabin tentaram, sem sucesso, restringir, em certa medida, o projeto colonial nos territórios ocupados e dentro de Israel. Sem êxito, porque prosseguiu a colonização dos territórios ocupados e, na época do processo de paz, a população israelense na Cisjordânia, incluindo Jerusalém Oriental e as colônias da Faixa de Gaza, foi multiplicada, atingindo 400 mil pessoas.

No entanto, mesmo essa tentativa provocou uma mobilização maciça contra as políticas governamentais, em apoio à supremacia judia em Israel. Criou-se o sentimento de que o país está à beira da guerra civil, que somente poderia ser evitada por um novo consenso. Em 1995, antes do assassinato do primeiro-ministro Itzhak Rabin, Yossi Beilin e Michael Eitan escreveram um documento que, segundo eles, poderia reconstruir esse consenso. O aspecto básico do documento de Beilin-Eitan era o reconhecimento de que um Estado palestino desmilitarizado seria criado nos territórios ocupados. Porém, nem todas as áreas seriam incluídas nesse novo Estado palestino. As áreas excluídas abrigariam a maior parte dos colonos e seriam anexadas a Israel. De acordo com esse documento, os refugiados e deslocados palestinos não teriam direito a retornar. De fato, esse documento foi a resposta unilateral dos israelenses nas negociações finais com os palestinos, impondo um marco de referência que não dava margem para as aspirações palestinas.

Esse documento chegou tarde para a administração de Rabin. Seu governo já tinha perdido legitimidade aos olhos da população conservadora israelense. O principal argumento contra o processo de paz era que Rabin não podia assinar os Acordos de Oslo ou implementá-los porque não tinha uma maioria judia.

O primeiro-ministro Barak tentou criar um governo "legítimo" que alcançasse um acordo de paz, segundo as linhas do consenso

nacional proposto por Beilin-Eitan. Assim, Barak rejeitou qualquer apoio dos partidos políticos que representavam os cidadãos palestinos em Israel, tentando impor aos palestinos uma solução para o conflito que deixava 80% dos colonos nos seus assentamentos, que não incluía Jerusalém e nem mesmo tratava do direito de retorno dos refugiados palestinos.

As políticas de Barak aprofundaram a exclusão da população palestina de Israel e detonaram a rebelião nos territórios ocupados.

A unidade nacional de Sharon

Hoje, o governo está dividido entre uma ala direita, que, desde 1993, se opõe permanentemente ao processo de Oslo, incluindo o acordo Beilin-Eitan, e outra ala, liderada por Shimon Peres, que engendrou aquele processo. A ala direita considera o fracasso do processo e a explosão da Intifada como algo previsível e mesmo bem-vindo; a facção de Peres no governo encara a Intifada somente como um retrocesso nas negociações, pois, em última análise, Israel não teria outra alternativa senão negociar um acordo político com os palestinos.

As duas alas podem conviver no mesmo governo quando não há mudanças no conflito. Qualquer mudança, como um cessar-fogo prolongado ou uma proposta de paz, a exemplo da feita pelos sauditas, leva o governo a uma crise. O impacto social das políticas de colonização é a essência desse *status quo* de guerra.

Após 34 anos de colonização nos territórios ocupados, as colônias foram legitimadas na sociedade israelense e não são mais vistas como temporárias. A divisão política sobre essas colônias também reflete uma divisão social. Enquanto as classes média e alta, baseadas nos grandes conglomerados urbanos no centro do país, apoiavam o processo de Oslo e votavam no Partido Trabalhista, a classe média baixa e a classe trabalhadora judias precisavam dessas colônias, nesse marco de referência política, como instrumento de mobilidade social.

Essa política prolongada tornou a colônia uma opção de moradia para a classe média baixa. Nenhum governo questionou seriamente essa política de colonização. Na verdade, durante os

Criou-se o sentimento de que o país está à beira da guerra civil, que somente poderia ser evitada por um novo consenso

governos de Rabin, Peres e Barak, esses assentamentos cresceram mais fortemente. Politicamente, do ponto de vista da classe média baixa judia, a abertura da questão das colônias põe em risco o que precariamente já foi alcançado. Além disso, estudos sociológicos demonstram que a propriedade é um fator básico na mobilidade social, por causa da incidência do custo da moradia no orçamento familiar israelense. Assim, uma mudança na política de financiamento das colônias encerraria o sonho de mobilidade social da classe média baixa judia.

Diante da falta de alternativa à construção de interesses sociais centrados na etnia, o "conflito total" tornou-se uma solução para salvar a coesão do Estado. Essa alternativa está codificada no termo "unidade nacional". Os cidadãos palestinos de Israel tornaram-se vítimas dessa necessidade social de reproduzir um conflito total sem fim.

Beco sem saída

O projeto político da direita israelense para o futuro dos territórios ocupados foi desenvolvido por Ariel Sharon durante a década de 1980, como parte do plano conhecido como "Big Pines",* durante a invasão do Líbano de 1982. De acordo com esse projeto, os palestinos teriam autonomia em áreas não contínuas da Cisjordânia e da Faixa de Gaza, e Israel promoveria uma liderança "amiga" naquelas áreas. A Organização para Libertação da Palestina (OLP) deveria ser destruída por meios militares e políticos. A Intifada deu nova vitalidade a esse projeto, juntamente com projetos mais extremos de limpeza étnica dos territórios ocupados, por meio da migração forçada da população palestina.

O assassinato do ministro de Turismo, Rehavam Ze'evi, em 17 de outubro de 2001, abriu espaço, durante certo tempo, para o projeto político da ala direita, no contexto daquilo que é concebido pelos EUA como retaliação legítima ante um crime político grave. Sharon flertava com esse programa ao invadir as cidades controladas pelos palestinos.

Foi um fracasso total a tentativa de utilizar o assassinato de Ze'evi para uma intervenção militar que levasse ao colapso da ANP. Para isso, foram cruciais o apoio social dos palestinos à rebelião e sua resistência. O povo palestino apoiará a liderança de Arafat enquanto ele lutar contra a ocupação e estiver disposto a suportar sacrifícios.

Vários meses depois, no início de janeiro de 2002, diante de um prolongado cessar-fogo

que o forçaria a negociar com a OLP, o governo de Sharon provocou uma segunda grande escalada. Em 10 de janeiro, as Forças de Defesa de Israel assassinaram Ra'ed Karmi, um líder das Brigadas Al-Aqsa da Al-Fatah, em Tulkarem, desencadeando reações militares que levaram à nova ocupação de importantes cidades palestinas. Outra vez, a resistência popular palestina sustentou o regime de Arafat. No final de fevereiro, as Forças Armadas de Israel entraram em dois importantes campos de refugiados: Balata, perto de Nablus, e Jenin (ambos no norte da Cisjordânia). Isso inaugurou uma nova onda de violência com o objetivo de "ganhar a guerra".

A campanha eleitoral da direita foi baseada na promessa de segurança que o Partido Trabalhista não poderia oferecer. Essa segurança seria conseguida com a repressão mais forte e o eventual desmantelamento da ANP liderada pela OLP. Na verdade, a direita só conseguiu uma insegurança maior: suas políticas com o objetivo de desmantelar a ANP geraram retaliações que o governo não pôde esmagar ou prevenir. Atualmente, a política da ala direita do governo é a de pôr a culpa em Arafat e exigir repressão ainda mais forte.

Fim da alternativa "trabalhista"

Cerca de 80 mil pessoas, que estiveram presentes na cerimônia em memória do sexto aniversário da morte de Rabin, expressavam, acima de tudo, o fracasso total de o Partido Trabalhista e de seu aliado, o Meretz, serem uma alternativa na atual crise militar, política e econômica.

Os organizadores da cerimônia tentaram dar a impressão de um ato institucionalizado e consensual. No ato, a "herança de Rabin" seria o elemento aglutinador da nação, acima de diferenças políticas sobre a Intifada. Porém, essa tentativa entrou em choque com a presença maciça de organizações que lutam pela paz, levando cartazes exigindo o "fim da ocupação" e em favor da divisão de Jerusalém. Na véspera da cerimônia, o movimento "Paz Agora" publicou um anúncio no qual afirmava: "Sharon não estará lá, mas nós estaremos". Os organizadores declararam que a afirmação do "Paz Agora" romperia o *status quo* nacional sobre o caráter da cerimônia.

O caráter de massa da cerimônia, claramente identificada com o Partido Trabalhista e a esquerda sionista, não vai ajudar a crise política do partido de Rabin, que atualmente faz parte do governo de coalizão de Ariel Sharon. Em termos políticos, o Partido Trabalhista e o

* Em julho de 1981, o então ministro de Defesa de Israel, Ariel Sharon, ordenou ao comando do exército que preparasse dois planos de contingência para a invasão do Líbano. O plano "Little Pines" envolvia a expulsão dos combatentes da OLP numa faixa de território de 40 quilômetros da fronteira Israel-Líbano, enquanto o plano "Big Pines" incluía um avanço para o norte, na direção de Beirute, que forçaria a OLP a se retirar do Líbano. (N. do T.)

Meretz não podem ganhar eleições sem o apoio da minoria árabe-palestina de Israel. Porém, nesse caso, têm de ficar de fora do consenso nacionalista. Do ponto de vista organizacional, os trabalhistas estão divididos entre uma ala "Likud", que deseja continuar na coalizão de unidade nacional a qualquer preço, e uma ala "Meretz", que busca uma aliança com esse partido nas eleições de 2003.

No entanto, as bases de classe média da coalizão Partido Trabalhista-Meretz exigem uma alternativa à atual situação e, quando não encontram em sua liderança, a procuram à esquerda e à direita. Uma minoria da esquerda sionista procura alternativas no campo do movimento pacifista radical. "Fim da ocupação" e "Dividir Jerusalém" eram demandas dos pacifistas radicais na década de 1980 e durante o processo de Oslo. Atualmente, essa reivindicação foi assumida pelas bases do movimento "Paz Agora", em contradição com as posições de sua liderança histórica.

"Paz Agora", historicamente identificado com os trabalhistas e com o Meretz, é o maior movimento de protesto em Israel e pode mobilizar um pouco mais gente do que os pacifistas radicais. As maiores manifestações desde o início da Intifada foram realizadas pela Coalizão das Mulheres por uma Paz Justa e pelo grupo Ta'ayush. A Coalizão das Mulheres é composta de mais de nove organizações, e, pelo menos, uma parte delas adotou uma ideologia pacifista que entra em conflito total com a ideologia do "Paz Agora", baseada nos princípios das Forças de Defesa de Israel. A coalizão pode mobilizar cerca de 4 mil mulheres judias e árabes em Israel. Ta'ayush é uma nova organização judia-árabe, fundada por ex-ativistas do PC e da esquerda radical, que propõe um novo modelo de militância e solidariedade. Com a palavra de ordem única "Fim da ocupação", a organização Ta'ayush está envolvida em ações práticas de solidariedade como forma de protesto contra as políticas governamentais de bloqueio e cerco. Esse grupo organiza comboios de alimentação nos territórios ocupados e atividades de reconstrução em vilas não reconhecidas no interior de Israel. O grupo Ta'ayush consegue mobilizar cerca de mil homens e mulheres judeus e árabes em Israel. "Paz Agora" não consegue mobilizar mil pessoas, sem acionar esses dois movimentos.

A característica comum da Coalizão de Mulheres e do grupo Ta'ayush é sua visão não exclusivamente judia, que contradiz o consenso existente e a ideologia dos trabalhistas e do Meretz.

Além disso, durante a Intifada, cresceu o movimento dos soldados que se recusam a servir tanto nos territórios ocupados quanto no exército em geral – um desafio que as Forças Armadas não conseguem resolver. Esse movimento não é somente atacado pelos conservadores israelenses, mas, principalmente, pela liderança do Partido Trabalhista e do Meretz. A recusa dos soldados israelenses em fazer parte do exército e de suas atividades solapa as raízes do consenso nacional e o sentimento de que "estamos todos juntos nesta guerra".

Tendo fracassado em reconstruir sua aliança pragmática com os cidadãos palestinos de Israel e não tendo o apoio de movimentos de protesto maciços, como durante a guerra no Líbano e a Intifada de 1987, o Partido Trabalhista aparece como um mero complemento patético do Likud – sem uma alternativa própria. Porém, a crise da esquerda israelense é ainda mais profunda, porque ela está concentrada em protestos, sem tentar propor uma referência política, uma alternativa de governo.

Exército como alternativa política

O consenso nacional criado pela coalizão entre o Likud e o Partido Trabalhista estabeleceu um *status quo* nacional, que não propõe nenhuma alternativa à crise atual. Acima de tudo, esse *status quo* se contenta em representar um consenso e sentir-se acima das diferenças que "dividiram a nação" durante os sete anos do processo de Oslo.

A impossibilidade de tomar decisões caracteriza o novo *status quo*, enquanto o gabinete de segurança do governo toma medidas de curto prazo por decreto, na forma de anúncios ao gabinete feitos pelo primeiro-ministro. Nesse espaço, aparece uma nova força política: o alto comando do exército, impondo fatos consumados.

O Parlamento de Israel tem 120 membros, dos quais 80 são membros do governo. O Parlamento carece de qualquer poder político real e está envolvido nos "interesses partidários", que mascaram e entram em conflito com o interesse nacional. Mais ainda, o Parlamento aparece como um espaço para as forças "não-nacionais", tais como os partidos ortodoxos extremistas, cujos seguidores não servem no exército, e os

As maiores manifestações desde o início da Intifada foram realizadas pela Coalizão das Mulheres por uma Paz Justa e pelo grupo Ta'ayush

***Sergio Yahni**

Diretor do *The Alternative Information Center* (Centro da Informação Alternativa, em Jerusalém)

[Tradução: Jones de Freitas]

partidos árabes, que são acusados de serem agentes de Arafat. O exército e o aparato de segurança aparecem como força política nacional confiável, em contraposição ao Parlamento.

Desde a criação de Israel, o exército tem uma relação dupla com outras instituições do Estado. Por um lado, somente o governo dirige a política militar de Israel e determina ao exército o escopo de suas operações; por outro, o exército está acostumado a operar com independência em relação a decisões governamentais ou determinações judiciais. Quem melhor conhece isso é o primeiro-ministro de Israel, Ariel Sharon. Como comandante da unidade 101, na década de 1950, Sharon realizou operações além das fronteiras de Israel que nunca haviam sido decididas pelo governo, mais tinham o apoio do primeiro-ministro. Durante a Guerra de Outubro, Sharon invadiu o Egito continental, rompendo o cessar-fogo sem consultar seus superiores; durante a Guerra do Líbano, como ministro da Defesa, ele ocultou do governo os objetivos da guerra.

Em certo sentido, o comportamento do general Shaul Mofaz, atual comandante das Forças Armadas, continua essa tradição de independência do exército. O general Mofaz se recusou a abandonar o bairro de Abu Sneina, em Hebron, quando o governo tomou essa decisão, declarou que as reuniões de Peres com Arafat davam legitimidade ao presidente da ANP e impôs ao governo uma área militar fechada na fronteira da Cisjordânia central. Em todas essas ações e declarações, ele apoiava abertamente as políticas da facção direita do governo.

Está sendo construída uma nova coalizão entre o direita Partido da Unidade Nacional e o exército, entre Peres e Benjamin Ben-Eliezer, o ministro da Defesa. O objetivo dessa coalizão é fazer uma mudança na estratégia geral de Sharon, que combina negociações políticas com ação militar, para atender às pressões internacionais e que evita o colapso da ANP. O exército e a direita exigem uma guerra aberta que atinja os objetivos do plano libanês "Big Pines": levar ao colapso a OLP e suas facções e construir uma liderança palestina que colabore com Israel – uma versão palestina do Exército do Sul do Líbano do general Lahad.

Limitações do conflito permanente

Em Israel, a sociedade civil e política judias encaram a alternativa de enfrentamento como a solução social para os conflitos estruturais que solapam a coesão de sua sociedade. Em termos

imediatos, o conflito fornece a estabilidade social da unidade nacional que ele cria, embora também solape a segurança individual. Esse é um preço que os israelenses não estão mais dispostos a pagar, juntamente com o serviço militar mais longo para as reservistas e a crescente crise econômica.

Nessa contradição, uma solução militar milagrosamente rápida aparece como uma aspiração popular. No entanto, essa alternativa pode tornar-se um longo conflito, no estilo libanês, por causa da resistência palestina.

Na ausência de alternativas políticas e com a dissolução das forças políticas que lideraram o processo de Oslo, a limpeza étnica pode reaparecer como a solução imediata e não somente para os palestinos nos territórios ocupados – a cidadania não será mais garantia de segurança. Como em 1948, um colapso militar e político da resistência palestina levaria a essa limpeza étnica, nas áreas dos territórios ocupados, assim como no interior de Israel, forçando os palestinos a abandonarem o país.

Essa realidade estabelece a agenda política do movimento de solidariedade em Israel e no mundo: apoiar a resistência palestina no curto prazo, tanto nos territórios ocupados como em Israel, como a única força capaz de evitar a limpeza étnica. Todas as tarefas imediatas do movimento de solidariedade derivam dessa agenda.

A longo prazo, pela luta de solidariedade com a resistência palestina, a esquerda israelense deve ser reconstruída como alternativa progressista judia-árabe. Essa alternativa deve apresentar não somente o programa cívico e político, mas também propostas econômicas e sociais que dêem respostas aos problemas estruturais da sociedade israelense.

Uma alternativa à violência imediata em que vivemos não pode ser somente a retirada prática dos territórios ocupados. Isso é somente a precondição para terminar o conflito, é necessário fechar o círculo da guerra sem fim. A solução deve ir além do conflito atual, alcançando as relações entre as duas comunidades e lidando com as estruturas sociais próprias do Estado Israel, nas quais a violência comunitária é a base da coesão social. Portanto, nesse processo de reconciliação entre as comunidades, assegurando o direito de retorno dos refugiados palestinos e dos deslocados, surgirá uma nova concepção da identidade israelense, superando as estruturas nacionalistas do sionismo com uma realidade de coexistência multiétnica que, em nosso contexto, é o único caminho para a paz. ■

20 anos estimulando debates,
realizando pesquisas, defendendo causas
públicas, democratizando a informação
e desenvolvendo ações de cidadania.
Chegou a hora de mostrar a conta.
Bradesco 1629-2 6950-7.

Eu quero contribuir com o Ibase:

- Trimestralmente
 Semestralmente
 Outra forma: _____

Amigos
do **Ibase**
estinho

Com o valor de: R\$ 30,00 R\$ 50,00 R\$ _____

- Autorizo débito no meu cartão de crédito: AMEX Sollo VISA
Nº do cartão: _____ Validade: ____/____/____
 Autorizo débito automático em minha conta corrente no Banco do Brasil
Agência: _____ Conta: _____
guardo receber formulário de depósito bancário
 Depósito em conta bancária do Ibase: Bradesco - ag. 1629-2, c/c 6950-7

Nome: _____ Sexo: F M
Endereço: _____
Cidade: _____ UF: _____ CEP: _____ Tel.: _____
E-mail: _____ Nascimento: ____/____/____ CPF: _____
Data: ____/____/____ Assinatura: _____

Envie este cupom para Av. Rio Branco, 124, 8º andar - Centro CEP 200040-001
Rio de Janeiro/RJ ou envie pelo fax: 21 3852-6028.

Mulheres do Afeganistão:

rasgando véus

“Decidimos declarar que, no Dia Internacional da Mulher de 2002, para as mulheres, o Afeganistão está em todos os lugares. Isso significa que somos solidárias com as mulheres do Afeganistão não só porque todas nós nos identificamos com seu sofrimento mas também porque entendemos que a violência, a opressão, a invisibilidade e outras formas de desigualdade que infestaram o Afeganistão são universais.”

(Proclamação de Bruxelas, dezembro de 2001)

Em dezembro de 2001, quando a transição política no Afeganistão foi negociada em Bonn, realizou-se, paralelamente, em Bruxelas, a Cúpula das Mulheres para Democracia, reunindo 40 representantes de diferentes organizações afegãs e várias observadoras de outros países.¹ Em seguida, a imprensa anunciou que algumas mulheres participariam do novo governo, entre elas Sima Samar, indicada para a dupla função de vice-primeira ministra e ministra dos assuntos das mulheres. Conheci Sima, em 1997, numa discreta comemoração do Dia Internacional da Mulher em Amsterdã. O debate aconteceu num centro cultural alternativo, típico da cultura jovem holandesa. Na sala escura e cheia de espelhos, havia,

¹ A Cúpula de Bruxelas foi uma iniciativa conjunta do Fundo das Nações Unidas para as Mulheres (Unifem), Feminist Majority Foundation (EUA), Equality Now (EUA) e do Lobby Europeu de Mulheres. A Proclamação de Bruxelas pode ser encontrada na página da Wapha, <<http://www.wapha.org>>.

no máximo, 50 pessoas. Um dos temas centrais da discussão foi a tensão entre direitos universais e particularidades culturais. Para mim, era comovente encontrar uma feminista afegã em tempos tão sombrios. Fiquei fascinada com os olhos cinzentos e plácidos de Sima. Sem levantar o tom de voz, ela falou sobre o desaparecimento do marido durante a ocupação russa, morte e tortura de outras pessoas queridas e das atrocidades cometidas pelo Talibã contra as mulheres. Mas sorriu ao relatar seus muitos projetos: as escolas para meninas, os serviços de saúde e projetos de geração de renda que havia montado no Afeganistão e nos campos de refugiados de Quetta. Quando lhe disse que, para quem olhava de longe, essas pareciam ser tarefas impossíveis, ela respondeu: "É muito difícil, mas não é impossível".

Para meu espanto, Sima acabava de chegar do Fórum Econômico Mundial de Davos. Perguntei por que havia ido e disse-lhe que alimentava sérias dúvidas quanto à sensibilidade dos homens de Davos em relação à causa das mulheres afegãs. Ela reagiu com a calma habitual: "Você tem razão, as pessoas que vão a Davos não são meus parceiros e parceiras habituais. Mas estamos muito sós e isoladas. Não posso me eximir de ir a todo e qualquer lugar onde há alguém querendo me ouvir." Ganhei de Sima uma bolsa de moedas e deixei com ela um exemplar da edição internacional do Observatório da Cidadania. Prometemos não nos perder de vista, mesmo sabendo que essa promessa talvez não pudesse ser cumprida. Em março de 1997, não podíamos prever que, cinco anos mais tarde – em tempos ainda mais incertos e sombrios –, eu saberia dela pelas páginas dos jornais. Quando foi nomeada vice-primeira ministra, Sima estava no Canadá fazendo um ciclo de conferências. Pelos jornais, aprendi um pouco mais sobre sua vida. Formou-se em medicina pela Universidade de Cabul e, ao longo de seus 17 anos de exílio, montou dez hospitais e clínicas para mulheres e crianças e uma rede de escolas que atende a 17 mil alunas e alunos. Quando perguntada pela BBC se não havia corrido muitos riscos para montar essa rede, ela respondeu: "Sempre corri riscos. Sempre soube que vou morrer um dia. É melhor correr riscos ajudando alguém."

Em fevereiro de 2002, encontrei Mariam e Danish no Fórum Social Mundial, onde estavam convidadas pela Campanha contra todas as Formas de Fundamentalismo, promovida pela Articulação Feminista MarcoSul. Elas são

as "mulheres da Rawa" – a Associação Revolucionária das Mulheres Afegãs. Estavam em Porto Alegre para testemunhar os abusos perpetrados contra as mulheres pelo Talibã e demais senhores da guerra que têm devastado seu país desde a década de 1970. O depoimento, que aconteceu no auditório da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, não teve o público que merecia. Fundada em 1997, a Rawa é a mais antiga organização feminista afegã. É "revolucionária", segundo Mariam e Danish, porque foi criada para defender os direitos das mulheres, uma agenda decididamente radical no Afeganistão da década de 1970. Mas essa marca original da revolução tem também afinidades com o contexto político em que a Rawa surgiu.

Caldo de cultura

Entre as décadas de 1950 e 1970, o Afeganistão esteve na órbita política da antiga União Soviética, da qual recebeu recursos de cooperação e, sobretudo, apoio para a formação de recursos humanos. A dinâmica política interna do país também foi influenciada pela presença de grupos maoístas vinculados à China. A Rawa nasceu, portanto, num caldo de cultura política fortemente marcada pela perspectiva marxista. Tão logo foi criada, a associação se veria diante dos paradoxos do regime pró-soviético instalado em 1978. O governo comunista, por um lado, promoveu a reforma agrária, a igualdade de direitos e acesso à educação para as mulheres. Foram proibidos os casamentos forçados, estabeleceu-se idade mínima para o casamento e garantiu-se o direito das mulheres ao trabalho. Mas, na sua outra face, o regime desrespeitou abertamente os princípios democráticos e os direitos humanos, encarcerando e torturando opositores. Após quase dois anos de crises políticas e terror, o país seria invadido pelas tropas soviéticas em 1979.

Entre 1979 e 1989, a Rawa teve adversários poderosos em duas frentes. Tornou-se um pólo de resistência contra os russos e seus asseclas, ao mesmo tempo em que lutava contra o tradicionalismo sexista dos muhajedins, que – apoiados pelos EUA, Paquistão e Arábia Saudita – já estavam em plena ascensão. Em 1987, após inúmeras ameaças, sua fundadora Meena Kamal, refugiada no Paquistão, foi assassinada. O crime nunca foi devidamente esclarecido, e a imprensa pró-governista do Paquistão chegou a sugerir que Meena era uma agente do governo pró-soviético de Cabul.

2 A Rawa é apoiada, entre outras organizações, pelas Mulheres de Negro (Itália), pelo Lobby Europeu de Mulheres, pela Feminist Majority Foundation e Equality Now (EUA). Um importante ponto de apoio da Rawa nos EUA é Eve Ensler, autora de *Monólogos da vagina*. Entre 11 de setembro e a conferência de Bonn, a Rawa participou de mais de 70 conferências em universidades e outros espaços relevantes da sociedade norte-americana.

3 Ver <<http://rawa.org>>.

Na década de 1990, após a retirada soviética, os desafios e riscos seriam amplificados especialmente a partir de 1994, quando o Talibã passou a controlar a maior parte do território. Desde então, a Rawa se posicionou, frontalmente, tanto contra o fundamentalismo quanto contra o machismo bárbaro das demais facções étnicas e políticas que lutavam contra o Talibã. Em várias ocasiões, suas porta-vozes afirmaram que se sentiam quase inteiramente sós nessa batalha renhida. A Rawa sempre incluiu na lista de perpetradores de abusos os líderes da Aliança do Norte e de outras forças que se opunham ao Talibã, como o líder Massoud – assassinado em setembro de 2001 – e o chefe usbeque Dostun. Essa posição tem sido sustentada após as negociações de Bonn. Em fevereiro de 2002, a Rawa fez circular a denúncia de que os homens de Dostun haviam estuprodo mulheres e meninas da minoria

pasthun no norte do país e condenou o governo Karzai por sua incapacidade de conter os abusos contra as mulheres.

A Rawa conta com mais de 2 mil participantes que atuam, clandestinamente, no Afeganistão e, abertamente, nos campos de refugiados no Paquistão. Mariam e Danish têm menos de 30 anos, ou seja, têm praticamente a mesma idade da organização. Elas corporificam a vitalidade política e capacidade de renovação institucional da Rawa. Assim como outras ONGs afegãs, a Rawa desenvolve programas sociais em saúde, educação e geração de renda. Entretanto, sua missão é visceralmente política. Em anos recentes, promoveu sistematicamente mobilizações públicas contra o fundamentalismo no Paquistão e estabeleceu conexões com redes de apoio internacional na Europa e nos Estados Unidos.² Os apoios do Ocidente tampouco têm impedido que a Rawa expresse seu repúdio em relação aos bombardeios e à presença de tropas americanas e européias no país.

Essa longa e peculiar trajetória política explica o compromisso da Rawa com o secularismo e os princípios democráticos. Nos seus textos e discursos, é extensivo o uso de “democracia” e “luta pela liberdade”. Sua agenda é, a um só tempo, radical e pragmática. Lutou contra o Talibã e demais senhores da guerra, mas, desde 1997, apóia a reconstituição da monarquia parlamentar, pois avalia que o retorno do rei e a recriação da *Loya Jirga* é o desejo da maioria da população afegã (Rawa, 1997). Repudia o bombardeio, mas é favor de uma força de paz internacional para garantir a lisura e transparência da transição. A educação das mulheres – uma agenda convencional – é sua prioridade máxima, mas também defende abertamente o direito de livre opção sexual. A Rawa é, sobretudo, um exemplo muito bem sucedido de uso político da Internet. Hoje, praticamente todas as agências internacionais e jornais que veiculam notícias sobre o Afeganistão informam sobre a existência de sua página na Rede e muitos deles têm um *link* direto com a mesma.³ Depois de 11 de setembro, representantes da Rawa foram entrevistadas pelas grandes redes de televisão e a organização se tornou conhecida em todo mundo.

As trajetórias de Sima Samar e da Rawa são signos de que o futuro – como bem dizia Hannah Arendt – não se projeta, mas sim se precipita. Mas elas são apenas a ponta de um enorme *iceberg*. Numa busca superficial na Internet, é possível identificar dezenas de orga-

Os planos da Rawa para o futuro

- “Expandir e focalizar melhor nossas atividades em educação para as mulheres e crianças, estabelecendo escolas, instituições e cursos grátis e modernos; publicar textos e editar vídeos que contenham conhecimento e informações científicas para serem distribuídos livremente entre alunas e alunos; montar bibliotecas nas cidades e também nas áreas rurais e distantes. Temos esses planos porque somos firmemente da opinião de que o conhecimento é em si mesmo poder, e de que ele pode ampliar a consciência das mulheres sobre seus direitos humanos e seu lugar na sociedade e, também, sobre os problemas políticos e sociais do país. Isso levará a que elas compreendam seu valor em toda e qualquer esfera.
- Criar muitos cursos de computador para as mulheres e meninas com acesso à Internet. Nós aprendemos como é maravilhoso ter acesso a um computador e à Internet. Esse acesso é por si só uma “universidade”. Temos um grande desejo de ensinar muitas mulheres a usar computadores. Faremos todo o possível para que os computadores e a Internet não sejam vistos como um monopólio dos homens.
- Além de incluir o estudo do inglês em todas nossas escolas e cursos, planejamos estabelecer cursos de língua inglesa para todas as mulheres e meninas. Faz parte dos planos promover educação em computação bastante completa. Sem computadores e familiaridade com o idioma inglês, desfrutar de uma vida civilizada no século 21 será muito difícil, se não impossível.
- Em especial, queremos estabelecer numerosos cursos para mulheres viúvas a fim de que elas possam ter acesso a atividades econômicas e ganhar sua vida como membros honrados da sociedade.
- Publicar livros especiais e periódicos para mulheres, meninas, adolescentes nos idiomas principais do país.
- Sabemos que, em nossa sociedade fechada, há mulheres que têm preferências sexuais diferentes, mas que, em razão da severa repressão social e religiosa, vivem uma vida torturada. Portanto, publicaremos revistas em que esses tabus possam ser discutidos. Essas mulheres poderão se expressar livremente, e, gradualmente, a sociedade chegará à conclusão de que não pode ignorar uma comunidade grande de pessoas cujo único ‘pecado’ é querer viver e amar da maneira que desejam.”

Texto disponibilizado em <<http://www.rawa.org>>.



MARTA STRAUCH

nizações de mulheres afegãs. Várias delas foram criadas por exiladas nos Estados Unidos e Europa. As mais conhecidas são Aliança de Mulheres pela Paz e os Direitos Humanos no Afeganistão (Wapha), Mulheres Afegãs e Educação (AWE) e Mulheres pelas Mulheres Afegãs (AWA), que atuam a partir dos Estados Unidos. Sediada na França, há a Apoio para as Mulheres do Afeganistão (Negar). Mais numerosas são as organizações que atuam no país e nos campos de refugiados. Na Internet, além da Rawa, é possível identificar a Rede Afegã de Mulheres (Afghan Women's Network), o Centro Educacional para as Mulheres Afegãs (Awec), a Missão das Mulheres Afegãs (Afghan Women Mission) e o Centro para Crianças de Rua de Peshawar.

Sob o véu espesso da mídia

Mas há muitas outras redes e iniciativas. Num artigo publicado pela revista *Genders*, Rob Schultheis (1998), jornalista que esteve várias vezes no país entre 1997 e 1999, informa ter visto, na área em que predomina a etnia hazara, camponesas sendo educadas em cavernas e mesquitas. No dia 8 de março de 1997, ele também assistiu a uma comemoração do Dia Internacional da Mulher na cidade de Bamyán, onde, três anos mais tarde, seriam destruídas as imagens gigantes de Buda. Um dos artigos publicados em *Salon*, uma revista *on line*, sobre a Cúpula de Bruxelas é o perfil de Hena Efat, uma jovem de 25 anos, que, pela primeira vez, saía do país. Hena, ainda

estudante secundária, criou uma pequena empresa de confecções que empregava mulheres. Em 1996, havia iniciado o curso de medicina na Universidade de Cabul, quando o Talibã proibiu terminantemente o acesso à educação. A partir daí, ela se dedicou a educar, clandestinamente, jovens e meninas. A revista *Time*, de 18 de fevereiro de 2002, publicou uma reportagem sobre episódios de escravidão sexual que ocorreram sob o Talibã. Nela, é citada Qadria Parast, líder das Mensageiras da Liberdade, organização cujas origens tampouco são recentes.

Contudo, essas teias férteis e duradouras de resistência política e trabalho humanitário foram encobertas pelo véu espesso criado pela grande mídia que, entre 1996 e 2001, fez do Afeganistão um cenário povoado de burcas e atrocidades.⁴ Alguém poderá argumentar que essas outras histórias não tiveram visibilidade porque não eram verdadeiras "notícias". Mas não faltam fatos associados à resistência das mulheres afegãs que poderiam ter se tornado notícia. Por exemplo, em 1997, a imprensa internacional informou que uma delegação do Talibã estava no Texas – a despeito de não existirem relações diplomáticas com os EUA – para negociar com o consórcio CentGaz o projeto de um oleoduto entre o Turcomenistão e o Paquistão. Isso porque o regime dos mulás receberia US\$ 50 milhões como "pedágio" pela passagem do petróleo.⁵ A partir daí, o projeto foi objeto de ampla investigação e denúncia pela mídia e outros atores. Em agosto de 1998, a Unocal, acionista

⁴ A lista de notícias sobre a Rawa que é oferecida pelo site indica algumas poucas exceções no que diz respeito à presença da resistência das mulheres afegãs na grande mídia antes de setembro de 2001. É o caso de matérias esporádicas do *Le Monde Diplomatique*, do *The Nation* (que não é exatamente um veículo da grande mídia) e, surpreendentemente, uma reportagem publicada no Brasil (*IstoÉ Dinheiro*), em abril de 2001.

⁵ O consórcio CentGaz era formado por: Unocal (EUA, 45%); Delta Oil Company Limited (Arábia Saudita, 15%), governo do Turcomenistão, 7%; Indonesia Petroleum, LTD-Inpex, (Japão, 6,5%); Itochu (Cieco-Japão, 6,5 %); Hyundai (Coréia, 5%); e Crescent Group (Paquistão, 3,5%). Além disso, a RAO Gazprom (Rússia) havia indicado interesse em adquirir 10 % das ações.

majoritária, anunciou sua suspensão, afirmando que ele só seria retomado quando o Afeganistão tivesse "um governo reconhecido pelas Nações Unidas e pelos Estados Unidos".⁶

Ou seja, o episódio Unocal não acabou. Está apenas adormecido. As forças econômicas nele envolvidas continuam sendo extraordinariamente relevantes para analisar a atual e futura conjuntura do país. Mas aqui, importa, sobretudo, sublinhar que as redes de mulheres estiveram diretamente envolvidas com a divulgação do projeto da CentGaz. O projeto se apoiou, fundamentalmente, na denúncia das empresas acionistas do consórcio como cúmplices potenciais dos abusos contra os direitos das mulheres cometidos pelo Talibã (Gross, 2000). Isso, contudo, nunca foi enfatizado pela grande mídia. Da mesma forma, em março de 1998, a grande imprensa não divulgou adequadamente a posição formal do Departamento de Estado norte-americano em relação aos abusos dos direitos das mulheres no Afeganistão.⁷ Também não se deu visibilidade global ao brutal ataque feito por grupos vinculados ao Talibã contra uma manifestação da Rawa em Peshawar em abril do mesmo ano. Tampouco foi divulgado que, em junho de 2000, 400 mulheres – vindas do exílio distante, do interior do país e dos campos de refugiados – se reuniram em Dushambe, no Tajiquistão, e redigiram uma Declaração dos Direitos Humanos Essenciais das Mulheres Afegãs.⁸

Esse obscurecimento sistemático não surpreende. Pode ser identificado em relação a muitos outros temas e contextos. No caso específico de Afeganistão, contribuiu, porém, para cristalizar um imaginário sobre o país que tornava a ação humana irrelevante. Durante anos, prevaleceu, na grande mídia, um circo de horrores, sem que os contrapontos da resistência fossem investigados e iluminados. Isso terminou por fixar a percepção de que nada podia ser feito. A mídia "construiu" um país no qual não existiam vida política e, muito menos, uma ação política das mulheres. Hoje, quando as mulheres finalmente emergem das burcas e das sombras criadas pela própria mídia, isso, naturalmente, suscita interrogações e dúvidas. Quem são elas? De onde vieram? Por que se tornaram tão poderosas? Num processo de reconstrução política determinado pelas mesmas forças globais que bombardeiam seu território, o súbito "acontecimento" das afegãs, esvaziado que foi de profundidade histórica, pode ser facilmente desqualificado.

As mulheres que hoje participam do governo de transição são vistas como simples marionetes. Tal interpretação não é apenas equivocada como também é injusta com elas e com a própria história social do Afeganistão.

Depois dos véus

Hoje, as mulheres afegãs têm rosto, voz e história. É paradoxal – para não dizer dramático – que isso tenha se dado como desdobramento do ataque de 11 de setembro e da guerra. Suas organizações e redes de resistência e de ajuda humanitária se vêem, agora, diante do gigantesco desafio de reconstruir a sociedade e o Estado afegãos em condições de enorme complexidade e incerteza. Para quem viveu os riscos e instabilidades das transições democráticas latino-americanas, não é difícil visualizar o tamanho da tarefa. Trata-se de reconstruir um país multiétnico devastado pela fome e pela guerra, cuja dinâmica política continua a ser determinada por poderosas forças externas. Assim como acontece no Camboja, na Bósnia e no Timor, estão sendo criadas estruturas externas de gestão e monitoramento cuja lógica tende a abrir contradições com a dinâmica política e social local. O que se passa no Afeganistão é uma experiência política inusitada, mas que interessa, de perto, a todas e todos nós. Trata-se de um processo de reconstrução em que os elementos constitutivos e forças atuantes não se definem exclusivamente tendo como referência os marcos clássicos do Estado Nação. Os elementos, atores e atrizes desse processo foram constituídos no "mundo em fuga" das análises de Giddens (1999), e a transição institucional se faz sob a égide do império tal como definido por Hardt e Negri (2001).

Mas, a julgar pelo depoimento de Mariam e Danish em Porto Alegre e pelos resultados da Cúpula de Bruxelas, essas complexidades e contradições não parecem assustar as organizações e as mulheres envolvidas no processo de reconstrução do país. Como ocorre em qualquer transição política, há, sem dúvida, diferenças de posição e mesmo conflitos entre as diferentes organizações e redes. Uma questão crucial é, possivelmente, a definição quanto à profundidade do engajamento das organizações feministas com a dinâmica institucional propriamente dita. Certamente, a Rawa mantém maior distância em relação ao governo de Karzai que outras organizações. Mas, pelo menos até o momento, essas tensões

⁶ A posição da Unocal está disponibilizada em <<http://www.unocal.com/ucnews/98news/centgas.htm>>.

⁷ O conteúdo do documento é, em vários de seus aspectos, irônico à luz das circunstâncias atuais. Mas não deixa de ser uma peça historicamente relevante: "A promoção do respeito aos direitos humanos das mulheres e meninas é uma de nossas prioridades máximas de política externa em relação ao Afeganistão... Os Estados Unidos são neutros em relação às várias facções em luta no Afeganistão, mas nossa neutralidade não se estende a violações das normas de direito internacional... Não está em nossos planos estabelecer relações diplomáticas com o Talibã ou a Aliança do Norte. Não reconhecemos nenhum governo ao menos que ele seja amplamente representativo e respeite as normas de direito internacional, incluídos os direitos de mulheres e meninas."

⁸ A reunião de Dushambe foi mobilizada pela Negar (França). Embora a grande imprensa não tenha noticiado o evento, a Declaração de Dushambe circulou razoavelmente nas redes eletrônicas e pode ser encontrado em <<http://users.erols.com/kabultec/declaration.html>> e <<http://perso.wanadoo.fr/negar/anglais/declaration.htm>>.

Fios da história

Sempre que revolvemos a trajetória dos movimentos de mulheres e das mulheres em movimento, encontramos fios que nos fazem retroceder no tempo. As afegãs não são uma exceção. As teias de resistência analisadas neste artigo guardam, sem dúvida, forte relação com a "modernização" do país que teve lugar entre as décadas de 1950 e 1980. Em 1959, a monarquia encorajou as mulheres a não mais usarem o véu em ocasiões públicas. Em 1964, uma reforma constitucional permitiu que as mulheres fossem eleitas para o parlamento, e, em seguida, foi indicada uma primeira mulher para o gabinete, Kubru Nuzai, ex-ministra da Saúde. Seguiram-se as reformas do regime pró-soviético. Essas transformações não se deram sem conflitos. Na década de 1970, dois mulás conservadores deram tiros nas pernas de estudantes e professoras da Universidade de Cabul para protestar contra a "corrupção ocidental". Como se sabe, essa prática bárbara seria retomada de forma sistemática na década de 1990 no Afeganistão e também no Paquistão. O grande salto do período foi o acesso à educação e ao mundo do trabalho. Antes da crise da década de 1990, as mulheres eram mais de 50%

da população econômica ativa, sendo que, em algumas áreas, como os cursos de medicina, elas já estavam em número maior que os homens. Essas transformações permaneceram, em grande medida, restritas às áreas urbanas e, especialmente, a Cabul. Mas continuam sendo fundamentais para compreender a densidade e extensão da resistência da década de 1990. Porém, é possível e necessário voltar ainda mais atrás no tempo. Segundo Ghosh (2002), ainda no século 19 – mais precisamente na década de 1880 –, o rei Amir Abdur Rahman estabeleceu uma idade mínima para o casamento e proibiu o levirato (casamento da viúva com o irmão do morto). Seu filho, Amir Habibullah, que reinou entre 1901 e 1919, autorizou que suas mulheres abandonassem o véu e estimulou a educação feminina. Mas enfrentou forte oposição dos líderes religiosos quando quis criar uma escola para mulheres. Seguiu-se o período Amani, quando – sob os auspícios do rei Amanullah e da rainha Soraya – foi criada a Escola Malalai e uma associação de proteção das mulheres. A rainha e sua mãe também fundaram uma revista feminina chamada *O Guia das Mulheres*. Foi brutal a

reação dos setores tradicionalistas, quando, em 1924, o rei propôs uma lei que garantia às mulheres liberdade para escolher seus maridos. A transformação da condição feminina promovida "de cima para baixo", descrita por Ghosh, não difere do que se deu, no mesmo período, no Egito e na Turquia de Mustafah Kemal Ataturk. Embora, na América Latina, a emergência das mulheres na esfera política contabilize, nessa mesma época, movimentos sociais que atuavam de baixo para cima, é possível também fazer algumas analogias. Possivelmente, a ilustração mais conhecida é, no México, na década de 1920, durante o governo de Calles, que foi anticlerical e pró-feminista, apoiando até mesmo o uso de meios anticoncepcionais. Da mesma forma que Nísia Floresta – a pioneira novecentista da educação feminina no Brasil – permanece como referência do nosso feminismo, a Escola Malalai continua presente na agenda atual das afegãs. O grupo Mulheres Afegãs e Educação (AWE) publicou um livro de depoimentos de alunas que freqüentaram a escola desde a década de 1950. Malalai é também o nome do hospital que a Rawa mantém em Peshawar.

inevitáveis não parecem estar comprometendo a construção de consensos e de uma agenda comum das afegãs.

Hoje, essas valiosas mulheres estão visíveis. Mas nada garante que, após esse primeiro *frisson* midiático, elas não voltem a submergir no vasto oceano das informações "mais relevantes". É, porém, crucial que os véus continuem a ser rasgados. Quando, no limiar da modernidade, as pioneiras feministas descortinaram um horizonte possível da igualdade entre homens e mulheres, não podiam imaginar que, passados 200 anos, as mulheres e seus direitos humanos estariam no epicentro de uma crise política e militar de proporções globais, como acontece hoje no Afeganistão. Sobretudo, está é primeira vez em que a igualdade entre os gêneros está, de fato, situada na espinha dorsal de um projeto de sociedade. Se, realmente, o projeto de reconstrução do Afeganistão nasce rompendo as fronteiras clássicas do pensamento político, sua viabilidade ou falência terá repercussões profundas em todos os cantos do planeta. Ou seja, em 8 de março de 2002, o Afeganistão está mesmo em toda parte. ■

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- GHOSH, Huma Ahmed. 2002. "Feminist Perspective: September 11th and Afghan Women". Disponível em: <<http://www.ncmonline.com/content/ncm/2002/jan/0103afghanwomen.html>>.
- GIDDENS, Anthony. 1999. *Runaway World: How Globalization is Shaping Our Lives*. Profile Books, Londres.
- GROSS, Nasrine. 2000. "The Messy Side of Globalization: Women in Afghanistan". Apresentação feita no Symposium on Globalization and Women in Muslim Societies. Biblioteca do Congresso Americano. Disponível em: <<http://users.erols.com/kabultec/>>.
- HARDT, Michael; NEGRI, Antonio. 2001. *Império*. Rio de Janeiro: Record.
- RAWA. 1997. "The Burst of the 'Islamic Government' Bubble in Afghanistan".
- SCHULTHEIS, Rob. 1998. Afghanistan: forgotten Women – News and Commentary. *Genders*, n. 28. Disponível em: <<http://www.genders.org>>.

*Sônia Correa

Antropóloga,
pesquisadora do Ibase
e da Rede Dawn –
Development
Alternative with Women
for a New Era

Outras páginas da Rede que oferecem informações sobre as mulheres do Afeganistão:

<http://www.academicinfo.net/afghanwomen.html>
<http://www.wluml.org>



As mulheres e a legislação contra o racismo

Vários(as) autores(as)

Cepia

196 págs.

Os textos do livro reafirmam que os direitos das mulheres são direitos humanos e que foram imprescindíveis as lutas dos movimentos negro e de mulheres negras para a conquista da legislação anti-racista que possuímos atualmente. Hédio Silva Jr., no texto “Mulher negra: a necessidade de demandas jurídicas específicas”, fundamenta histórica e consistentemente o argumento de que as leis brasileiras nunca foram neutras quanto à “conformação do modelo brasileiro de relações raciais”. O autor considera que a Constituição de 1988 reflete aspirações do movimento negro, ressaltando que, já no enunciado do seu artigo 5º, há elementos para a fundamentação de defesa judicial dos interesses dos negros. Entretanto, a inexistência de demandas específicas das mulheres negras pode reforçar a postura “retrógrada do Poder

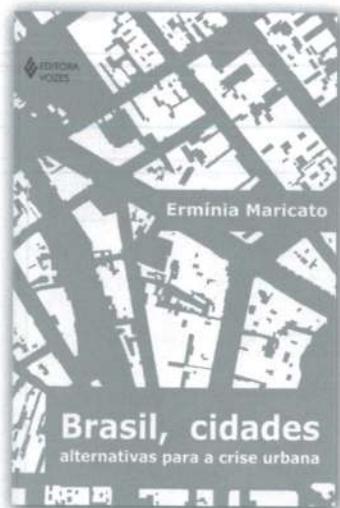
Judiciário e as práticas discriminatórias dos órgãos de segurança”. Com base no conceito de bem jurídico, como a imagem e outros definidos pelo autor, ele ainda argumenta que essas demandas se mostram urgentes e atuais.

Em “Mulheres negras e indígenas: a lei e a realidade”, Leila Linhares e Jacqueline Hermann mostram que os dados estatísticos são gritantes quanto à situação das mulheres negras e que a inexistência de dados sobre as indígenas as tornam ainda mais invisíveis. Além disso, elas constatarem que as relações de poder baseadas em hierarquia, elitismo e paternalismo são os maiores entraves ao reconhecimento e exercício dos direitos de negras e indígenas. As autoras nomeiam as convenções internacionais mais importantes na luta contra o racismo e o sexismo, destacando os planos de ação das conferências da ONU da década de 90 como paradigmas para uma legislação brasileira nessas áreas. E encarregam todos os movimentos sociais da responsabilidade pela luta e garantia dos direitos humanos para consolidação da democracia e alcance do desenvolvimento social.

“Integração comercial, direitos humanos e racismo”, de Rosana Heringer e Jacqueline Pitanguy, aborda a questão central dos processos de integração regional e global: a inclusão dos direitos de cidadania, dos direitos humanos. Faz-se urgente o aprofundamento do debate a respeito do impacto das políticas globais sobre as populações negras e indígenas da América Latina e do Caribe diante da situação de pobreza em que vivem e de “questões ligadas ao racismo e à xenofobia”. Do estudo do quadro comparativo da legislação anti-racista adotada pelos países do Mercosul, as autoras concluem que a principal lacuna entre as etnias e raças da região é a “distribuição desigual de riqueza e oportunidades”.

Regina Domingues

Coordenadora do projeto Ibase/Timor Leste



Brasil, cidades

Ermínia Maricato
Editora Vozes
208 págs.

O mundo globalizado é urbano. No novo século, o crescimento do número e da importância das cidades, bem como do percentual da população vivendo em áreas urbanas, e a concentração da pobreza e violência nas cidades, contígua à abundância de novas tecnologias e concentração de renda e riqueza, desenham um quadro inédito.

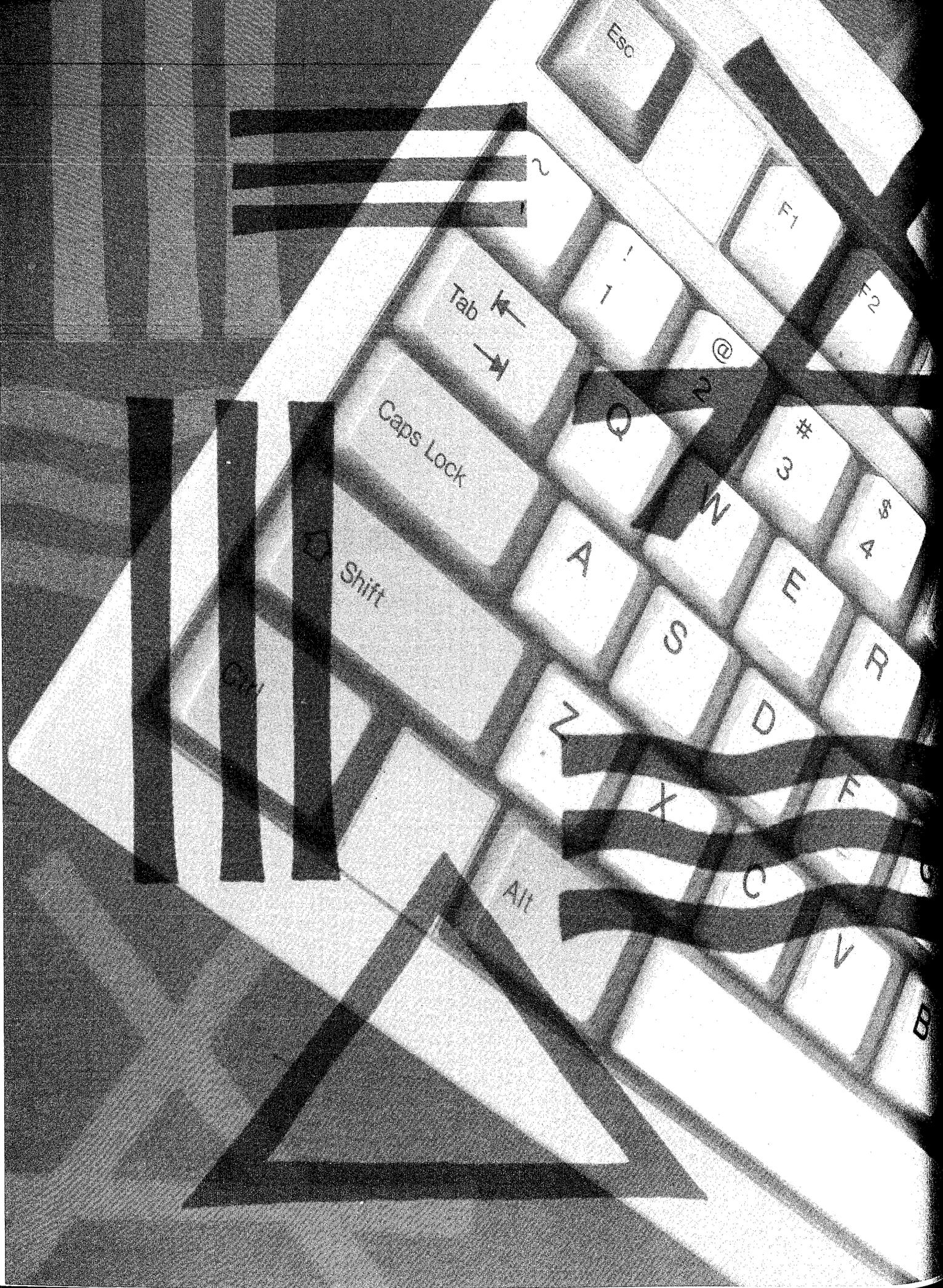
Mas, quando tratamos do fenômeno da urbanização como um dos aspectos da globalização, é muito fácil cair no erro de supor semelhanças, maiores do que diferenças, entre as lógicas de urbanização ou desafios ao planejamento de cidades como Paris, Nova Iorque e São Paulo. Que todas sejam identificadas como metrópoles. Mas que não esqueçamos que uma delas está na periferia. A elite – e, em geral, também a conformação do pensamento universitário – tem, no Brasil, a propensão a se pensar e a representar o país usando conceitos formulados alhures. Produzir uma reflexão crítica com os pés no chão

do Brasil é um desafio que não muitos se dispõem a enfrentar. Esse é o primeiro grande mérito do livro de Ermínia Maricato. Intelectual, acadêmica, com experiência em administrações municipais e reconhecido compromisso com causas e movimentos populares, Ermínia mantém o rigor científico, os altos padrões de produção intelectual, mas desenvolve uma reflexão crítica e comprometida com o enfrentamento da desigualdade e radicalização da democracia.

Trata-se, na verdade, de um livro que reúne artigos escritos em contextos distintos, mas que mantém em comum o sentido crítico, aliado a uma perspectiva propositiva. Sem esconder os riscos que daí advêm. Os textos tratam temas como o processo de urbanização e planejamento urbano no Brasil, a reabilitação de centros urbanos, a análise do Habitat II. Além disso, a autora propõe uma série de medidas concretas para a democratização da cidade. Em todos os artigos, há uma preocupação com a produção de informações que contribuam para uma visão da cidade real. A elaboração de indicadores e dados ganha relevância. Como alerta a autora, “a publicidade massiva e a mídia, de modo geral, têm papel especial na dissimulação da realidade do ambiente construído e na construção de sua representação sobre os espaços de distinção [...] O controle das informações, aliado ao baixo nível educacional, continua a ser o principal alimento para a dissimulação da cidade real, na qual imagens e cenários estrategicamente localizados substituem os inexistentes indicadores sobre condições de vida”.

Ermínia não supõe que informação seja capaz de transformar a realidade. Mas não resta dúvida de que apresenta contribuições efetivas para a construção de espaços urbanos mais democráticos.

Moema Miranda
Antropóloga, coordenadora do Ibase



ARTIGO

Maria Alzira Brum Lemos*
João Baptista Winck**

Cultura digital e políticas das imagens e dos signos

O advento das tecnologias digitais da informação e da comunicação trouxe à cena uma nova configuração na produção e na distribuição de bens materiais e simbólicos em âmbito mundial. Essa nova configuração tem sido chamada de "globalização" e substituiu abordagens que entendiam a geopolítica do planeta a partir de categorias como países ricos e pobres, desenvolvidos e subdesenvolvidos, socialistas e capitalistas. Embora o fenômeno e o termo sejam novos, referem-se à continuidade do processo de mundialização dos modos de pensamento, conhecimento e produção social que vem ocorrendo desde os séculos XVI e XVII, quando o modelo moderno-científico começou sua expansão da Europa para o resto do mundo. Um processo que se realizou por meio da imposição econômica, militar, política e retórica, apoiado no crescimento estratégico dos meios de translação e comunicação.

A ilusão freqüente entre os leigos é a de que existe uma separação entre pesquisa científica, inovação tecnológica e ideologia, entretenimento e comunicação

A história do mundo nos últimos cinco séculos tem sido a história dessa expansão, com as decorrentes contradições, conflitos e diálogos entre uma cultura¹ supostamente universal, a moderno-científica, e as demais. Os imensos investimentos nos meios e modos de comunicação e informação por parte dos países ricos, notadamente os Estados Unidos, e dos grandes grupos econômicos confirmam a condição estratégica da indústria das imagens e dos signos. A cultura audiovisual impõe um novo foco gerador de comportamentos, os quais já não são socialmente validados pela partilha de línguas e costumes particulares, mas por um consenso internacionalizado, apoiado nos produtos dos grandes sistemas internacionais de geração de imagens e signos, cujas estratégias fazem recuar as fronteiras do Estado-nação.²

O desaparecimento das fronteiras não significa a diminuição geral do poder dos Estados. Ao contrário, significa o êxito da estratégia de alguns Estados. A relação do Estado norte-americano com a indústria cinematográfica e, posteriormente, com a criação e expansão das tecnologias digitais de comunicação e informação, ilustra paradigmaticamente essa situação. A indústria das imagens e dos signos de países como os EUA ou a França, ao contrário do que algumas vezes se divulga, não é um empreendimento exclusivamente privado. A colaboração entre os que pensam as estratégias do Estado e as estratégias do entretenimento é estreita e funciona organizadamente, do investimento em pesquisa e tecnologia às políticas de distribuição. O êxito da indústria da comunicação se deve à associação entre o Estado, os investidores ou patrocinadores, os pesquisadores, os fabricantes de equipamentos e conteúdos, os produtores, os diversos tipos de especialistas e os artistas. Essa associação configura um sistema eficiente que controla todas as fases do processo, do projeto ao consumo.

Os estúdios de Hollywood têm sido peça-chave na estratégia de expansão norte-americana, produzindo, por exemplo, filmes de guerra na década de 1940, com enfoque anticomunista durante a Guerra Fria e, mais recentemente, na esteira do fenômeno das migrações e do

“multiculturalismo”, peças cinematográficas em que as culturas entendidas como “periféricas” aparecem com a conotação de “inferiores”.

Um exemplo ilustrativo é o terceiro filme da série de George Lucas, *Guerra nas estrelas: Episódio I – a ameaça fantasma*, de 1999. A mega-produtora Lucas Films gastou US\$ 115 milhões, utilizou a tecnologia mais sofisticada e empregou batalhões de artistas e técnicos para levar a saga aparentemente inocente dos cavaleiros *jedi* às telas do mundo inteiro. O filme, por meio de uma sofisticada linguagem audiovisual, renova a tese de que as diferenças entre os seres humanos são determinadas pela “natureza”. Os cavaleiros *jedi* e Anakin Skywalker seriam especiais por possuírem, em seu sangue, pequenas formas de vida chamadas *midi-chlororians*. Na sinopse distribuída pela produtora, os Gungans, simpáticos, trapalhões e pouco dotados intelectual-mente, são apresentados como “seres inferiores de um planeta periférico”. Esses “seres inferiores” gíngam e falam de um jeito que lembra o linguajar utilizado por alguns grupos de negros nas metrópoles norte-americanas. De resto, já analisado em detalhes, o filme de Lucas reforça, para platéias do mundo inteiro, a noção da superioridade norte-americana.

A ilusão freqüente entre os leigos é a de que existe uma separação entre pesquisa científica, inovação tecnológica e ideologia, entretenimento e comunicação. Não é apenas no plano da difusão das idéias e objetos científicos que as políticas de comunicação atuam. Manter o poder depende, hoje, do avanço das técnicas e tecnologias da comunicação e da informação. O Instituto de Tecnologias Criativas, cujo mais recente projeto é uma iniciativa antiterrorismo, foi formado em 1999, na Universidade da Califórnia do Sul, visando ao desenvolvimento de programas de treinamento avançado para o exército. O instituto foi criado com uma verba de US\$ 45 milhões do exército dos EUA, como uma parceria entre acadêmicos, criadores de *video games* e talentos criativos de Hollywood, e com o objetivo de desenvolver sistemas de treinamento de “realidade virtual” e simuladores para as Forças Armadas.

O conceito de estratégia de guerra fica bastante evidente quando se trata das tecnologias digitais da comunicação e da informação. A Internet – hoje, a maior rede de comunicação do planeta – surgiu como um projeto de estratégia militar, financiado pelo Advanced Research Projects Agency (Arpa). Na década de 1960, durante a Guerra Fria, temendo as consequências de um ataque nuclear, o Departamento de

64 DEMOCRACIA VIVA Nº 13

Defesa dos Estados Unidos (DOD) incentivou projetos no sentido de criar uma rede de comunicação que fosse capaz de ligar pontos estratégicos, como centros de pesquisa e tecnologia, e não pudesse ser atingida por bombardeios. O projeto que deu origem à Internet tomou corpo em 1964 na Rand Corporation, centro de pesquisas com objetivos anti-soviéticos financiado pelas Forças Armadas, que agrupava pesquisadores de ponta. Em 1969, surgiu a Arpanet, como resultado dos pesados investimentos feitos pelo Estado no projeto liderado pelos pesquisadores da área de computação J. C. R. Licklider e Robert Taylor. O projeto desses pesquisadores era criar uma rede sem centro, quebrando o tradicional modelo de pirâmide, conectado a um computador central, cuja estrutura permitiria que todos os pontos (nós) tivessem o mesmo *status*. Os dados caminhariam em qualquer sentido, em rotas intercambiáveis.³

O imenso e rápido desenvolvimento dos meios digitais de informação e comunicação bem como da apropriação social dos mesmos colocou, no coração dos processos de produção, a informatização e as redes de comunicação. O que se vem chamando "paradigma da informação", no processo de produção, distribuição e consumo, abole as fronteiras, uma vez que não há centros geográficos de produção de bens.

Os avanços inegáveis permitidos pelo modo moderno-científico de pensamento, conhecimento e produção social não podem elidir que, nas bases de sua fundação e de seus desenvolvimentos encontra-se a aliança com um modelo econômico e político que tem a pretensão de ser não apenas o melhor, mas o único. A história da ciência e da tecnologia é também a história da dominação em nome da pretensa "superioridade" da cultura ocidental e do modo de produção capitalista. A história das tecnologias da informação e da comunicação é também a história da imposição de um modelo, no mínimo, questionável de "desenvolvimento". O subproduto mais evidente desse modelo é a destruição cega da diversidade biológica e cultural.

A globalização, grosso modo, significa uma economia mundial cada vez mais dominada pelos que têm acesso aos meios e modos de produção de informação e cada vez menos pelos que possuem matérias-primas. Não apenas se trata de uma divisão ainda mais cruel entre ricos e pobres do que a trazida pela Revolução Industrial, mas do aprofundamento do abismo entre os que produzem e difundem informação e os que as consomem, ou entre estes e os que não têm acesso a ela. A globalização mantém,

assim, na ordem do dia, uma das noções implícadas no nascimento do modo de vida e produção social moderno, a máxima de Francis Bacon, segundo a qual "saber é poder".

Incomunicação contemporânea

Um dos paradoxos mais chamativos implicados nos fenômenos da globalização e da cultura mundializada é aquele que diz respeito à possibilidade efetiva de intercâmbio de conhecimentos, saberes, práticas, sentimentos etc. em nível mundial. A proliferação de meios, modos, formas de comunicação e a partilha de códigos entre grandes parcelas da população no mundo todo, saudadas com entusiasmo por grupos expressivos de intelectuais, políticos, pesquisadores e divulgadores, não se constituem, no entanto, como garantia de mais e melhor comunicação entre os habitantes do planeta. Ao contrário, se os meios digitais de comunicação e informação, atravessando toda a produção material e simbólica, definem novas formas de relação entre as economias, as sociedades, os povos, as culturas e as pessoas, também definem novos parâmetros de exclusão. O fenômeno chamado, entre outros, de "incomunicação" pelo pensador mexicano Octavio Paz está cada vez mais presente nas sociedades contemporâneas.

Há, hoje, no mundo, mais de 110 milhões de usuários da Internet. A apropriação social desse meio é superior à de todos os meios e tecnologias da comunicação anteriores. A escrita existe há milhares de anos e, segundo dados da ONU, um quinto da humanidade não sabe ler nem escrever. O telefone, inventado no século XIX, continua sendo privilégio de poucos: cerca de 20% da população do planeta.⁴ Perante esses dados, é fácil perceber que a distância entre os que não sabem ler e os que têm acesso à Internet significa um abismo de dimensões consideráveis.

Mas a grande apropriação social dos meios digitais não implica uma mudança no que se refere às diferenças entre países ricos e pobres. Como ocorre com outras riquezas, o acesso aos meios digitais ainda é um privilégio dos ricos. Segundo um relatório do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), em 2000, os países ricos, com 19% da população mundial, tinham 91% dos usuários da Internet. E, enquanto 80% dos *sites* da *web* só reconheciam o inglês, menos de uma pessoa em cada dez, no mundo, dominava essa língua. E ainda: um computador equivalia, em média, a um mês de salário nos Estados Unidos e a oito anos em Bangladesh.

¹ Respondendo a uma inevitável pergunta, o termo "cultura" aparece neste texto com três significados diferentes e complementares: 1) conjunto complexo de códigos e padrões que regulam a ação humana, tal como se desenvolvem num grupo específico, e que se manifestam em aspectos como modos de sobrevivência, normas de comportamento, crenças, valores, criações materiais e simbólicas etc. como instrumento de adaptação conflitante ao meio ambiente; 2) como patrimônio próprio e distintivo de um grupo ou sociedade, por exemplo, etnias e/ou nações; 3) e, como referência, categoria dialética de análise que denomina o processo como o ser humano, por meio de sua atividade concreta (espiritual e material), ao mesmo tempo que modifica a natureza, cria a si mesmo como sujeito da história.

² Armand Matellart. *Comunicação no mundo: história das idéias e das estratégias*. Petrópolis: Vozes, 1999.

³ Ver: <<http://info.isoc.org/guest/zakon/Internet/History/HIT.html>>.

⁴ Pierre Lévy. *Cibercultura*. São Paulo: Editora 34, 1999.

A "globalização" segue impondo, como padrão de autoridade e compreensibilidade, a cultura (língua e costumes) considerada "universal"

Nos populosos países pobres, o acesso aos meios digitais expressa, enfaticamente, o aprofundamento das desigualdades provocado pela globalização. Nesses países, parcelas numericamente significativas – mas que representam um percentual muito pequeno do total da população – usufruem cada vez mais dos benefícios das novas tecnologias. As estimativas sobre a quantidade de usuários brasileiros da Rede, divulgadas em janeiro de 2001 pelo Ibope e pelo serviço norte-americano Nielsen/NetRatings,

confirmam o dito. Segundo as duas instituições, havia no País, em dezembro de 2000, 9,8 milhões de internautas, ou 5,7% da população brasileira. No Brasil e nos demais países da América Latina, na Índia e na África, apesar do alardeado e real crescimento da Internet, a maioria da população está fora da Rede e, conseqüentemente, impedida de se comunicar nas linguagens da cultura planetária.

Se a constatação de que a divisão entre ricos e pobres se mantém e até se aprofunda, faz sentido pensar que, pelo menos entre os que têm acesso à Rede, os conectados, haja certa igualdade de condições no interior da nova cultura. Afinal, a Rede permite,

em tese, que a elite intelectual do mundo todo, identificada à elite econômica, constitua uma espécie de "República Digital". Essa condição, por si só, seria garantia de um trânsito razoavelmente descentralizado de idéias. No entanto, isso não acontece. A cultura digital, apesar das potencialidades em contrário, não superou as diferenças entre produtores e consumidores de conhecimento nem os conceitos de centro e periferia.

A Internet possibilita a troca de mensagens audiovisuais entre usuários conectados em qualquer parte do mundo, permitindo que dialoguem entre si. Nesse processo comunicativo, não existem dois lados desiguais – o "emissor" e o "receptor" das mensagens –, como ocorre com o cinema, o rádio e a televisão. Essa possibilidade, chamada de interatividade, é a maior novidade introduzida no processo comunicativo pelos meios de comunicação e informação e significa, concretamente, um passo decisivo na direção da descentralização da produção de imagens e signos.

Abastecida de informações por governos, instituições públicas, privadas e do Terceiro Setor, corporações, laboratórios de pesquisa, bibliotecas, comunidades e cidadãos, a Internet parece se configurar como uma espécie de "arquivo universal", onde, em tese, qualquer navegador pode ter acesso e, também, inserir e interagir com qualquer informação. As potencialidades do novo meio são imensas e têm sido exploradas, com resultados promissores. Tais potencialidades e resultados não são suficientes para impedir que se note a dificuldade, e mesmo a impossibilidade, de comunicação efetiva entre as partes envolvidas no processo.

A exclusão ou a incomunicação derivam, no interior da Rede, de uma substancial diferença, herdada do modelo moderno-científico, entre os que produzem ciência, tecnologia e pensamento e os que, ainda que incluídos no mercado dos bens simbólicos que circulam na Rede, apenas o acessam como consumidores.

Nos planos cultural, intelectual e institucional, vigoram os conceitos relacionados às estratégias de expansão da modernidade: oposição entre sujeito e objeto do conhecimento, centro e periferia, produtores e consumidores de conhecimento. A "globalização" – se permite que se divulguem produtos culturais dos contextos considerados "periféricos" – segue impondo, como padrão de autoridade e compreensibilidade, a cultura (língua e costumes) considerada "universal". A idéia de "universal", sobre a qual se construiu o modo moderno-científico, permanece atual, representada pela cultura audiovisual norte-americana.

Assim, ainda que grande parte dos "objetos" e "fenômenos" que circulam nas redes de informação estejam relacionados aos contextos ditos periféricos e "nacionais", o pensamento, o campo da filosofia, da ciência, dos meios de comunicação e interação e das estratégias retóricas praticamente continua sendo um território do "centro" e/ou do "universal". A academia e os meios de comunicação dos países considerados periféricos, ancorados nas lógicas oposicionais que fundamentaram a modernidade e "conectadas" às novas culturas tecnológicas, ainda se constituem, em grande medida, como "portavozes" da autoridade e da inteligibilidade dos modos de conhecimento. A utilização de teorias, instrumentais e/ou paradigmas tidos como "universais" – europeus e/ou norte-americanos –, segue a aportar validade e "cientificidade" à produção intelectual.

Se os meios digitais permitem uma certa igualdade de condições entre idéias e culturas, as pessoas que os acessam continuam, em grande

parte, prisioneiras de uma visão segundo a qual o conhecimento já está construído, pronto para ser "aplicado" às diferentes realidades. Um exemplo dessa visão foi dado recentemente pelo próprio governo federal, que veiculou pela televisão uma peça publicitária sobre o programa de informatização das escolas, na qual professoras aparecem afirmando que, com o computador, suas escolas passaram a possuir "todos os livros". O computador é mostrado como uma espécie de milagre para a educação, uma vez que todo o conhecimento estaria lá, bastando, para acessá-lo, um simples toque no *mouse*. Se a idéia do "arquivo universal" é, em tese e parcialmente, correta, a visão que o governo passa à população na publicidade oficial é a versão colonizada, segundo a qual não é necessário produzir conhecimento.

A incomunicação não se dá apenas pelo abismo econômico nem pelas diferenças entre centros produtores e periferias consumidoras de conhecimento ou entre a cultura globalizada e os contextos étnicos e nacionais perpassados por ela. A proliferação de meios e modos de comunicação e informação também não deriva, necessariamente, do enriquecimento das relações entre os indivíduos.

Se entendemos que há, de fato, uma "cultura planetária", possibilitada pela existência dos meios audiovisuais e digitais – a qual perpassa o conjunto da produção material e simbólica, das formas como se operam as relações com a natureza e a transformação desta, das interações entre culturas, sociedades e indivíduos e destes entre si –, temos de falar também, de forma relacionada, de como essa cultura nos constitui como "sujeitos" da história. Temos de falar na formatação de subjetividades em contextos nos quais imagens, signos, técnicas, tecnologias e produtos de comunicação fazem parte das nossas "realidades" como seres humanos, do nosso ser social e político, da construção de nossas "identidades" e sentimentos.

Se a Revolução Industrial implicou uma ordem mundial em que a construção da identidade se baseava no trabalho, no lugar da produção, a revolução operada pela cultura audiovisual e digital introduziu o conceito de identidade a partir da inclusão no mercado, no consumo e na adoção de padrões de comportamento veiculados pelas mídias. Já não se trata de se reconhecer como sujeito a partir da condição, por exemplo, de ser "operário têxtil". Independentemente da profissão, na cultura globalizada, "ser" se relaciona a consumir e aparecer: "Sou porque consumo tais imagens e signos, porque uso tal modelo de roupa" etc.

A ordem industrial ainda permitia alguma identidade coletiva. A ordem audiovisual e digital colabora na construção de identidades individuais, que se reconhecem pelo espelhamento. A incomunicação não significa, assim, apenas a fronteira intransponível entre grupos econômicos, etnias e países diversos ou entre produtores e consumidores de conhecimento. A incomunicação decorre de padrões de comportamento e interpretação do mundo nos quais a construção da identidade significa o alheamento com relação aos outros e o distanciamento do mundo.

Educar para a comunicação

Entre as razões da incomunicação está o fato de o sistema de informação e comunicação ser, hoje, "restritivo e excludente, [...] inibe uma efetiva participação na programação de seus meios. Ao contrário de outros temas de relevada importância, como meninos de rua e a o trabalho infantil, os carentes e marginalizados pelo monopólio e pelo oligopólio da comunicação somos todos nós, que vemos a cada dia novas mentiras e meias verdades serem divulgadas pelos meios de comunicação."⁵

Octavio Paz observou que

o fenômeno moderno da incomunicação não depende tanto da pluralidade de sujeitos quanto do desaparecimento do tu como elemento constitutivo da consciência. Não falamos com os outros porque não podemos falar conosco mesmo. Mas a multiplicação cancerosa do eu não é a origem e sim o resultado da perda da imagem do mundo. Ao sentir-se só no mundo, o homem antigo descobria o seu próprio eu e, assim, o dos outros. Hoje não estamos só no mundo. Não há mundo... Descobrir a imagem do mundo no que emerge como fragmento ou dispersão, perceber no um o outro, será devolver à linguagem sua virtude metafórica: dar presença aos outros. A poesia: procura dos outros, descoberta da outridade.⁶

Mas esse ver a si mesmo no outro, a criação de uma imagem de mundo, isso só é possível, hoje, no contexto da cultura planetária em que estamos imersos. Perante isso, faz-se necessário caminhar em direção a uma ruptura epistemológica

⁵ Adilson Cabral. Ver <<http://www.comunicacao.pro.br/acpro/artcom/democcom.htm>>.

⁶ Octavio Paz. *Signos em rotação*. São Paulo: Perspectiva, 1972, p. 102.

Nos próprios cursos de comunicação social, muitos alunos não estão interessados na formação universitária; querem ser apresentadores de telejornal

que permita estender o processo de produção de conhecimento para além dos círculos atuais.⁷ Essa tarefa requer um engajamento por parte dos cultos, dos repertoriados nas diversas linguagens, saberes e práticas. Um engajamento político, voltado para, desde a imersão na cultura planetária, reconstruir a imagem do mundo, o sentido do coletivo e da pluralidade. Mais do que uma apropriação física dos meios audiovisuais e digitais de comunicação, é preciso formatar políticas de gestão, incentivar a pesquisa,

a produção de tecnologias, a inovação e a criação nesses meios. É preciso criar novos parâmetros de interpretação, manejar as linguagens para além dos modelos consagrados, produzir sentidos e formas, promover estéticas que promovam a interação e a partilha da informação. Fazer dos meios de comunicação modos de ampliar percepções e de reencontro com o mundo. Trata-se de perceber que, hoje, políticas de inclusão são, especialmente, políticas das imagens e dos signos.

A cultura audiovisual, especialmente nos meios digitais de comunicação, enquanto interface de saberes e práticas, talvez possa contribuir na direção dessa ruptura epistemológica. Esse campo do conhecimento parece estar adquirindo, hoje, uma importância semelhante àquela que

teve a física (a mecânica) na construção da ciência e do pensamento modernos no século XVII. Ou seja, constitui-se, simultaneamente, como "paradigma" – modelo, padrão – para pensar e descrever o mundo e como ferramenta para intervir nele. O exercício consciente da comunicação possibilita o rompimento dos círculos fechados de saber e poder, bem como a realização de pesquisas e produtos em equipes inter e transdisciplinares.

A comunicação imbrica, como campo de pesquisa e experimentação, teoria, arte, ciência e prática. Ela não apenas promove, sendo um campo transversal a diferentes saberes, práticas e disciplinas, meios de acesso ao saber sistematizado, como também permite, pela experimentação, a criação de conhecimento. Ao contrário de campos tradicionais das humanidades, que,

em geral, tomaram corpo na segunda metade do século XIX, a partir do conceito de "ciências humanas", e que vêm, desde então, passando por constantes discussões de suas próprias bases, a comunicação já nasce englobando, por exemplo, a experiência do pesquisador e o trabalho em equipe. Supera, de uma certa maneira, problemas colocados no nascedouro da sociologia relativos à oposição complementar entre o estudioso e o agente das transformações sociais ou entre o individual e o coletivo.

Também as ciências da natureza e da vida estão perpassadas pelo conceito de comunicação, ou mediação, ou linguagem. Os exemplos são muitos, e podem-se citar alguns. A mecânica quântica considera os sistemas quânticos como sistemas de diálogo e interpretação, nos quais os fenômenos subatômicos são descritos na interdependência com os aparelhos de medição e com o sujeito que os estuda. A astronomia não pode prescindir da fotografia. Praticamente, o conjunto das ciências da natureza e da vida depende dos meios digitais. A situação não é diferente no campo das humanidades, em que abordagens relacionais, nascidas em áreas ligadas à linguagem e à comunicação, como a lingüística, a semiótica, a psicanálise e as próprias teorias da comunicação, têm sido incorporadas ao campo próprio de diversas disciplinas.

No caso brasileiro, a idéia de divisão entre teoria e prática, uma tradição que remonta à Colônia, é, hoje, muito forte na sociedade, como resultado, sobretudo, das estratégias dos países e/ou grupos que controlam os processos de comunicação e informação. A palavra "prática" está presente nos discursos da maioria dos jovens. Chico Buarque de Holanda, numa entrevista, exemplificou muito bem a disseminação dessa idéia entre os jovens. Há 20 anos, segundo ele, os jovens que o procuravam depois dos *shows* estavam interessados em comentar suas canções a partir dos conteúdos políticos e da poesia. Hoje, eles querem saber como foram feitos a música e os arranjos, querem conversar sobre questões rítmicas, de manejo da linguagem musical.

Nos próprios cursos de comunicação social, muitos alunos não estão interessados na formação universitária; querem ser apresentadores de telejornal, por exemplo. Alguns desses jovens até adquirem boa formação no quesito "prático". O resultado é que, embora saibam manejar uma câmera, os produtos audiovisuais que realizam, raríssimas exceções, refletem falta de profundidade, de originalidade e de conhecimento de quesitos básicos como história da

linguagem audiovisual, por exemplo. Tais produtos resultam ser meras cópias "pobres" das produções dos meios de comunicação de massa, sem inovações nos formatos, nas linguagens e no padrão de qualidade. O resultado é que, muitas vezes, esses jovens se formam para ser repetidores de informações.

O alcance dos meios digitais de comunicação e informação, no que diz respeito à produção – e, conseqüentemente, ao mercado de trabalho –, tem como conseqüência a popularização do ensino das ferramentas informáticas e de *design*, ou das práticas. Multiplicam-se cursos e escolas destinados a formar *designers*, programadores, analistas etc. O número de jovens que conhecem os procedimentos técnicos e tecnológicos relacionados aos novos meios cresce a cada dia. Perante essas realidades, nota-se que a parcela da juventude que tem acesso aos meios, alfabetizada pelo audiovisual e acostumada a interagir na Rede, não aceita os "conteúdos" com facilidade. Há imensa carência de profissionais capazes de alocar conteúdos nos novos meios, bem como de orientar a construção de repertório por parte dos usuários.

Educar para a comunicação pode ser uma alternativa para romper com esse quadro. Educar para a comunicação significa, para a elite intelectual, sobretudo, uma auto-educação, no sentido de uma relação mais politizada com o conhecimento, os métodos de difusão e a diversidade de leituras e interpretações. Educar para a comunicação significa assumir a responsabilidade de descentralizar a produção de conhecimento e cultura e ousar idéias novas; significa experimentar. Em vez de adotar a atitude paradoxal de, ao mesmo tempo, criticar os conteúdos dos meios de comunicação e esperar que a Internet permita o acesso milagroso à "cultura universal" já construída, cabe aos intelectuais, num sentido amplo, valorizar as culturas regionais, lidar com os signos da cultura de massas e com os contextos locais e interpessoais de produção de conhecimento, criar métodos coletivos de produção, acesso e interação, bem como novas possibilidades de linguagem e tecnologias para os meios audiovisuais e digitais. Educar para a comunicação e, conseqüentemente, para a utilização dos meios de comunicação e informação como instrumentos de construção da imagem do mundo implica abandonar o conceito arrogante e autoritário de que há uma cultura universal esperando para ser acessada bem como o entendimento da educação como acumulação passiva e reprodução de conteúdos.

Perceber a aliança entre poder político, poder econômico e meios de comunicação é importante para não cairmos no conto de que, como querem os publicitários do MEC, a Internet "facilita" o processo educativo. A sofisticação dos meios audiovisuais e digitais, particularmente da Internet, coloca desafios maiores, mais complexos e mais difíceis para os que têm a função social de gerir e produzir conhecimento, entre os quais os educadores. A Internet é uma rede formada por máquinas, pessoas e recursos. À sofisticação das máquinas e à ampliação da informação devem corresponder a responsabilidade dos seres humanos e a mudança dos métodos, dos conteúdos e das formas de interação social.

A luta pela democratização dos meios é correta, porém incompleta, pois não pode prescindir de políticas das imagens e dos signos. Mesmo organizações comprometidas com as lutas populares e com a democracia ainda carecem de programas que integrem essas duas questões. Basta analisar os programas de televisão realizados pelos partidos políticos que se colocam no campo democrático e popular para perceber a falta dessa integração. As equipes de comunicação se preocupam em colocar "mensagens" nos formatos, linguagens e padrões de qualidade da publicidade e dos produtos da cultura de massas. Não têm promovido a utilização dos meios de comunicação como meios de educação da sensibilidade política, apesar de esse enfoque não ser nenhuma novidade, já tendo sido objeto do pensamento e do fazer, por exemplo, de Sergei Eisenstein nas primeiras décadas do século XX.

Os meios de comunicação podem se transformar em poderosos instrumentos de educação, de politização, de construção da imagem de mundo e de sujeitos dos processos históricos. Mas não se pode esperar que a grande indústria das imagens e dos signos promova esse processo, uma vez que, para realizá-lo, são necessárias a inteligência, a sensibilidade e a ação humana consciente, engajadas num programa político, econômico e social.

Estamos longe de chegar a conclusões. Têm razão os que vêem nos meios de comunicação poderosos meios de transmissão de conteúdos e políticas que levam, inexoravelmente, à exclusão. Também estão certos os que consideram esses meios e as linguagens que formatam como resultados de conquistas da humanidade que devem ser apropriadas de forma democrática e descentralizada. A discussão sobre as políticas das imagens e dos signos continua. ■

*Maria Alzira Brum Lemos

Jornalista, doutora em comunicação e semiótica, pesquisadora e professora nos cursos de jornalismo e produção editorial da Universidade Anhembi-Morumbi

<alzira_brum@uol.com.br>

**João Baptista Winck

Radialista, doutor em comunicação e semiótica e professor da Faculdade de Arquitetura, Artes e Comunicação da Universidade Estadual Paulista (Unesp)

<winck@uol.com.br>

7 Cristovam Buarque. Os círculos dos intelectuais. In: Veríssimo, L. F. et al. *O desafio ético*. Rio de Janeiro: Garamond, 2000, p. 114-115.

NAÇÃO



Fim do
mas não
da crise
de energia

racionamento,

O País acabou de sair do maior racionamento de energia elétrica de sua história. Contudo, esse fato não deve ser interpretado como o fim da crise. O risco de novo racionamento em 2003 continua alto. A crise energética brasileira só terá acabado quando conseguirmos tornar a encher os reservatórios e voltarmos a geri-los com uma lógica de longo prazo.

Os reservatórios brasileiros são projetados para enfrentar momentos de seca como o que o País viveu em 2001, mas, para isso, é fundamental operá-los de forma cuidadosa, olhando para os anos seguintes na hora de utilizá-los. Com efeito, em função da aleatoriedade das chuvas, os reservatórios das hidrelétricas são concebidos para atender durante vários anos. Ou seja, o ritmo de uso das águas do reservatório em um dado ano terá conseqüência nos anos seguintes. Para se evitar a escassez de energia no ano seco, guarda-se água durante o período chuvoso. Assim, no ano chuvoso, tem-se a falsa impressão de que existe capacidade ociosa de geração. Na realidade, não há sobra de energia, pois os recursos hídricos represados nos reservatórios serão transformados em energia no futuro.

Entre 1990 e 2000, o consumo de energia cresceu 49% enquanto a capacidade instalada foi expandida em apenas 35%. Se o Brasil tivesse um sistema termelétrico, esse descompasso entre o crescimento da demanda e o

crescimento da oferta já teria feito o País racionar há muito tempo. Se o Brasil não teve de racionar antes, foi porque utilizou, no passado recente, água guardada para ser consumida no presente. Com o uso das reservas, os riscos de déficit de energia foram aumentando.

O esvaziamento dos reservatórios ocorreu em um período relativamente curto de tempo. Ao final de 1997, os reservatórios terminaram o período seco com 66% de água armazenada. Já no final de 2000, no final do período seco, o nível de água estava em apenas 28%, fato que foi até comemorado pelo governo, já que, em 1999, no final do período seco, tinha-se chegado à dramática marca de 18%. Naquele momento, ficou nítido que se tinha abandonado a gestão plurianual dos reservatórios, passando-se a depender, a cada início de períodos chuvosos, da boa vontade de São Pedro.

Assim, só poderemos dizer que ultrapassamos a crise quando conseguirmos recompor os nossos reservatórios, evitando-se, desse modo, a aflição que tem tomado conta do setor a cada início de ano, nos últimos cinco anos, por chuvas fortes nas regiões dos reservatórios.

Lição de participação

Toda crise traz ensinamentos úteis que devem ser aproveitados. No caso da crise de energia elétrica, a maior lição foi comprovar que a população e o setor produtivo têm capacidade de reduzir o desperdício de energia. Foi animador ver a mobilização da população em torno da conservação de energia. Sem dúvida, saímos dessa crise com a população e o setor produtivo mais conscientes do seu papel em evitar o desperdício de energia.

Contudo, temos de ser cuidadosos em não superdimensionar esses benefícios secundários da crise, que poderiam, aliás, ser obtidos de forma muito menos traumática, por meio de programas de conservação de energia. De fato, os efeitos negativos da crise superaram em muito seus benefícios. A falta de energia foi um dos fatores principais que fez abortar a esperada retomada do crescimento econômico em 2001 e a conseqüente criação de milhares de empregos novos. Além disso, o racionamento de energia infligiu à população perda de bem-estar, ao restringir não apenas o consumo perdulário, mas também o consumo necessário à manutenção da qualidade de vida da população. Por conta de um nível de renda injusto, a camada mais pobre da população infligiu a si mesma limitações importantes no consumo de energia como

forma de ganhar algum bônus na conta de eletricidade. Devido à carência em que vive grande parte da população brasileira, viveremos a situação inusitada de vermos os mais pobres lamentarem o fim do racionamento.

Uma outra forma de a crise de energia se manifestar é pelo aumento exagerado do preço da energia. A má gestão do setor energético brasileiro faz com que o consumidor residencial brasileiro pague uma tarifa cada vez mais cara. O consumidor residencial paga o equivalente a cerca de US\$ 95/Mwh, impostos excluídos, pela sua energia, enquanto o consumidor residencial canadense paga, apenas, US\$ 52,5/Mwh. De um total de 49 empresas analisadas em 38 estados norte-americanos, apenas cinco cobram um preço da energia residencial superior ao Brasil.

Tarifas

Segundo o Instituto Illumina, um salário-mínimo vale, hoje, aproximadamente, 2 Mwh. Com a correção dos dois índices, um salário-mínimo correspondia, em 1963, a 9 Mwh. O mais extraordinário é que esse cálculo foi feito considerando-se a tarifa média de eletricidade. Caso esse cálculo fosse repetido, tomando-se como referência apenas as tarifas residenciais médias, chegaríamos a um aumento relativo das tarifas em relação ao salário-mínimo ainda maior.

Os aumentos ocorreram, sobretudo, na década de 1990, quando se assistiu a uma escalada dos preços da energia elétrica no Brasil, em parte justificada pela necessidade de recuperar as tarifas que tiveram seu valor deprimido durante a segunda metade da década de 1970 e a primeira metade da década de 1980, por motivações de política industrial ou macroeconômica. Contudo, o desejo de tornar as empresas de distribuição atraentes para a privatização motivou aumentos exagerados dos preços, sobretudo para os consumidores residenciais.

Assim, no período que precede as privatizações 1989-1994, as tarifas residenciais aumentaram, em termos reais, cerca de 77% no Brasil, contra um aumento de apenas 17% no conjunto dos países da OCDE.

O aumento real das tarifas residenciais no período pós-privatização também é marcante. Entre 1995 e 2001, as tarifas do setor residencial aumentaram 125% em termos nominais, enquanto o IGP-M cresceu, no mesmo período, 83%, e o IPCA, índice que mede a variação de custos ao consumidor, aumentou apenas 67%.

É interessante observar que, na última década, os aumentos tarifários penalizaram,

sobretudo, o setor residencial. Em 1990, a tarifa residencial era 25% menor que a tarifa comercial, enquanto, atualmente, ela é 19% superior. O mesmo ocorreu com relação à tarifa industrial. Em 1990, a tarifa residencial era 50% maior do que a industrial, sendo que, atualmente, ela é cerca de 132% maior.

É verdade que, no mundo todo, a energia industrial é mais barata do que a residencial, pois o custo de abastecer cargas maiores é menor do que atender a pequenas cargas e, além disso, é uma forma de aumentar a competitividade industrial. Contudo, ao que parece pelas comparações internacionais, o consumidor residencial está sendo penalizado em demasia.

A conta

Esse consumidor será ainda mais penalizado com as medidas que vêm sendo tomadas para remediar a crise energética. Em primeiro lugar, o consumidor foi atingido pelo racionamento, que o impediu de receber a energia que tinha direito de receber, já que está embutida no valor da tarifa paga uma garantia de qualidade e continuidade de fornecimento. Em segundo lugar, ele foi afetado pela decisão governamental de cobrir pretensos prejuízos da redução de faturamento das distribuidoras de energia, causados pelo racionamento, pelo aumento de tarifas (realmente médio de 5,7%) e empréstimo do BNDES. Em terceiro lugar, ele vai pagar, por meio de aumentos de cerca de 2% nas tarifas, os custos do seguro criado pelo governo para evitar o racionamento. Esse seguro se baseia na contratação de 57 usinas a *diesel* e a óleo combustível que deverão ficar paradas nas regiões Sudeste, Centro-Oeste e Nordeste e que serão acionadas em caso de seca. Essas usinas, mesmo que não sejam utilizadas, custarão aos consumidores cerca de R\$ 4 bilhões. Caso venham a ser utilizadas plenamente, esse valor pode chegar a R\$ 14 bilhões. Como bem chama a atenção o Instituto Ilumina, a privatização do setor elétrico gerou uma arrecadação total de cerca de R\$ 23 bilhões. Ou seja, na melhor das hipóteses, os consumidores estarão pagando, apenas com esse seguro, o equivalente a cerca de 20% de tudo que foi arrecadado na privatização do setor elétrico, sendo que, em caso de seca, poderemos estar pagando o equivalente à metade de tudo que foi arrecadado.

O País precisa, urgentemente, substituir os programas emergenciais por uma estratégia de longo prazo de expansão da oferta de energia. Felizmente, não faltam recursos naturais

a serem aproveitados. Utilizamos apenas 25% do nosso potencial hidrelétrico. Apesar de grande parte dos aproveitamentos hídricos restantes estar localizada na Amazônia, região distante dos principais centros consumidores, mas que é próxima de riquezas naturais que devem ser, dentro do possível, preservadas, poderíamos, certamente, pelo menos dobrar nosso sistema hidrelétrico sem maiores problemas. Teríamos, é claro, de fazer essa expansão respeitando o direito das comunidades afetadas pelas barragens, não apenas indenizando-as por eventuais perdas, mas aproveitando o fato de que milhões de pessoas irão se beneficiar da energia ali gerada e, mais que compensar as populações afetadas, investindo maciçamente em medidas que aumentem drasticamente o seu nível de bem-estar (educação, saúde, moradia adequada, cultura etc.).

Alternativas

Outros recursos energéticos importantes são os ventos. A Europa vem explorando cada vez mais essa fonte energética. A Alemanha, por exemplo, instalou, em 2000, cerca de 1.600 Mw novos em geradores eólicos, ou seja, em apenas um ano ela instalou o equivalente a quase três usinas nucleares do tipo de Angra 1. Em junho de 2001, a Alemanha contabilizava uma capacidade total instalada de 6.916 Mw, o que equivale, aproximadamente, à metade da capacidade de geração de Itaipu, a maior usina hidrelétrica do mundo. No Brasil, nossa capacidade de geração eólica não ultrapassa os 20 Mw.

A cana-de-açúcar pode contribuir igualmente de maneira importante para a matriz energética brasileira. Existe, hoje, um potencial técnico de cerca de 4.500 Mw de geração de energia elétrica a partir do uso do bagaço e das pontas e palhas, sendo que as últimas são, hoje, queimadas antes da colheita.

O uso do gás natural para cogeração de energia nas indústrias e setor comercial pode, igualmente, contribuir para o aumento da oferta de energia elétrica. Existe, atualmente, um potencial técnico estimado de cerca de 12.000 Mw, o equivalente a uma Usina de Itaipu, para o uso de gás natural para cogeração de energia elétrica e calor de processo.

Essas são apenas algumas das diversas alternativas de geração que o Brasil possui. A saída da crise passa pela definição de um modelo energético que favoreça o aproveitamento de forma sustentável do enorme potencial de geração de energia existente no País. ■

*Maurício Tiomno Tolmasquim

Coordenador do Programa de Planejamento Energético da Coppe/UFRJ, presidente da Sociedade Brasileira de Planejamento Energético (SBPE) e coordenador do Comitê Brasileiro sobre a Dimensão Humana das Mudanças Ambientais Globais da Academia Brasileira de Ciências



Análise das eleições presidenciais de 1994 e 1998 demonstra que a política é o *locus* onde os dinamismos sociais emergem, revelando ações que visam à manutenção ou à modificação da ordem estabelecida. O voto é uma de suas mais visíveis expressões, pois é por intermédio dele que se manifesta o desejo dos eleitores pela mudança ou permanência das instituições. É um rito que evidencia "as condutas de comunicação" (LEACH, 1968) que constituem um sistema de sinalização utilizado para transmitir informações que obedecem a códigos culturalmente definidos. O rito constituído por uma campanha eleitoral se apresenta como um estoque de informações encerradas em símbolos transmitidos por mensagens carregadas de eficácia mítica, em um jogo de palavras que sugere a cada um que ocupe seu devido

lugar na estrutura social. Impõe-se o respeito aos códigos relacionais de uma hierarquia no alto da qual o poder encontra os instrumentos de sua dominação. Celebrando os elementos que atualizam o mito de origem da nação brasileira,¹ os detentores do poder político, com o apoio dos principais meios de comunicação, especificam os símbolos que lhes são inerentes, ressaltando significações particulares associadas à classe dos governantes que se atribuem a competência necessária para governar, ao se apresentarem como mais capazes que todos os outros (BALANDIER, 1998).

A imprensa escrita é uma das principais organizadoras desse rito por ser indissociável do processo de construção de legitimação política, o mais importante *locus* de sacralização de valores instituintes de um consenso.

A função da imprensa como "instrumento de manipulação de interesses e intervenção na vida social" (CAPELATO, 1988) é, para nós, um pressuposto evidente para a construção do político. Consideraremos, além desse aspecto, que as escolhas ou tendências apreendidas no discurso da mídia transcendem os interesses puramente econômicos dos proprietários dos meios de comunicação, representando um produto do imaginário social instituído. A análise desses textos foi incorporada como "momento indispensável da realização do político" (RUBIM, 1994), palco de encenações e suporte de valores que lhes antecedem e orientam sua própria constituição. Quando Rua (1995), dissertando sobre a emissão e a recepção da informação que circula em torno da política, chama a atenção para o fato de que os indivíduos expostos à mídia possuem valores, atitudes, opiniões e preferências que afetam a recepção

A imprensa como criadora de caso e de consenso

da informação, pensamos que aqueles que a produzem também possuem valores, atitudes, opiniões e preferências que orientam a sua emissão. A mídia, ao atuar como veículo afirmador de um consenso, revela significações imaginárias instituídas, tornando-as instituintes, pois reforçam o simbolismo que codifica e justifica a ordem estabelecida.

Os textos – que são usados como suporte e reprodução dos discursos sociais dominantes² e que são reveladores das significações imaginárias instituídas sociohistoricamente – referem-se aos dois principais candidatos nos pleitos de 1994 e 1998, Luís Inácio Lula da Silva e Fernando Henrique Cardoso (FHC). O modo como a imagem de cada um foi construída revela as significações imaginárias instituídas e instituintes dos valores dominantes. A campanha eleitoral de 1994 foi particularmente importante, quando os candidatos foram apresentados à sociedade de forma mais marcante, como nos lembra a jornalista Laura Capriglione na revista *Veja* de 7 de janeiro de 1998: “saem de cena as disputas de biografia, já que todos os nomes que aparecem como possíveis candidatos são, em grande medida, conhecidos do eleitorado”. As biografias apresentadas pela imprensa em 1994 desempenharam um papel determinante na elaboração dos critérios que legitimaram o candidato vencedor em detrimento do debate de idéias e de programas políticos.

Tomar partido

O primeiro texto foi matéria de capa de *Veja* de 17 de agosto de 1994. Ao lado de fotos de uma criança, há o título “A infância de um vencedor – como viveu até a adolescência o próximo presidente do Brasil”. A reportagem intercala trechos da história da vida dos candidatos que se apresentaram naquele ano, com a legenda “Esta criança ainda vai ser presidente”.

O texto de Roberto Pompeu de Toledo dedicado a FHC inicia situando-o no espaço geográfico de valorização social que consigna o grupo de pertença daqueles que *têm*, o bairro de Botafogo, zona nobre do Rio de Janeiro, símbolo de sucesso. Ao utilizar a palavra *varão*, que invoca virilidade, materializa a idéia de nobreza, reforçada pelo posicionamento do menino na continuidade de uma dinastia, os *Cardoso*. O tom heróico que persistirá ao longo do texto é colocado em seguida à construção do meio protetor e afetivo, por conseguinte, equilibrado e estável em que o menino cresceu. Tendo participado indiretamente de eventos históricos por intermédio das narrações de membros de sua família como “o

combate aos rebeldes”, o menino é situado ao lado dos representantes da ordem. O êxito da linhagem *Cardoso* é sublinhado pelas constantes alusões à ascendência do oficial Leônidas. Seu filho, desde cedo participando de discussões sobre revoltas e revoluções, é apresentado como predestinado “à coisa política”. Junto ao heroísmo, a cultura e a sofisticação são representadas pelas freqüentes idas da família à ópera e pela leitura de clássicos franceses. Materializados por lugares, atitudes, gestos e palavras, os símbolos que constituem o saber, o heroísmo, a dignidade e a nobreza, elementos que compõem, segundo os valores dominantes, o *ethos* do universo das pessoas que se encontram no alto da pirâmide social brasileira.³

Em oposição nítida, encontramos na descrição da infância de Lula um espaço geográfico de desvalorização social que consigna o grupo de pertença daqueles que *não têm*: uma cidade perdida no Nordeste brasileiro, cuja miséria o jornalista ressalta pelo superlativo *paupérrimo*, símbolo de fracasso. A idéia é reforçada ao longo do texto pela escolha de palavras carregadas de forte conotação negativa, percebida com maior clareza quando o autor refere-se à casa da família do candidato, chamando-a de *barraco*, ou quando se refere ao seu nascimento, pois, contrariamente ao *varão* FHC, Lula “sai da barriga” de sua mãe. FHC pertence “à nova geração dos Cardoso”. Lula, porém, pertence “à nova série de filhos fabricada pelo pai”.

Por meio da enumeração dos hábitos alimentares e das dificuldades da vida cotidiana dos *Silva*, até mesmo pelo comportamento indigno do pai, são apresentados os elementos que compõem o *ethos* do universo dos cidadãos comuns, cujo ápice do desprezo é materializado pelo pé de mulungu, símbolo do ridículo que se pretende inculcar nele:

Fernando Henrique Cardoso, tão cercado de militares na infância, foi cassado da universidade e forçado a exilar-se durante o regime por eles implantado, em 1964. Luís Inácio Lula da Silva voltou em 1979, pela primeira vez, ao local em que nasceu e sofreu grande frustração ao perceber que o pé de mulungu em frente da sua casa era muito menor do que imaginava.

Maridos e esposas

Na continuidade desse processo que separa simbolicamente o universo daqueles predestinados a governar do universo dos homens ordinários, um texto de 18 páginas dedicado à esposa de FHC – “Ruth, o fator novo no pedaço” –

¹ Em minha tese de doutorado, *Brasil, país do futuro? Estudo antropológico do imaginário coletivo através de uma eleição presidencial*, apresentei a independência do Brasil como a narrativa histórica que constitui o mito de origem da nação brasileira pela força simbólica que esse evento encerra, presente ainda no imaginário social. Acredito ter sido a partir desse momento que foram atribuídos significados próprios a um território que até então tinha o estatuto de uma colônia.

² Rubim considera que “de mera intempestiva, a comunicação, agora conformada como *media*, plasma-se como produção e divulgação (é óbvio) sociais de bens simbólicos; como ‘falante/fala’ acerca da sociedade; como fabricadora de (inter)mediações; onde e quando os discursos sociais são reproduzidos, isto é, produzidos novamente pelos *media*, através do acionamento de ‘gramática’ e ‘olhar’ determinados, e reproduzidos tecnicamente em números sempre mais fantásticos e alucinantes” (1994, p. 67).

³ As categorias *indivíduo* e *pessoa* aqui utilizadas referem-se àquelas construídas pelo antropólogo Roberto DaMatta em *Carnavais, malandros e heróis* (1978), que, segundo ele, são fundamentais para a interpretação da sociedade brasileira.

publicado na *Veja*, em 21 de setembro de 1994. Após essa reportagem, há um artigo de duas páginas – “Marisa, a mamma do PT” – dedicado à Marisa da Silva, esposa de Lula.

Na introdução do texto consagrado à Ruth Cardoso, Dorrit Harazim se pergunta qual poderia ser o papel de uma primeira-dama, fazendo um histórico das mulheres que conviveram com o poder no país. O texto dedicado à esposa de Lula mostra uma diferença daquele dedicado à Ruth, ao dizer “simples, forte e mandona, a primeira-companheira não faz drama nem leva desaforos”.

O rito, utilizando a linguagem, separa categorias por meio de símbolos materializados por gestos, palavras e lugares, contribuindo para a valorização de posições sociais que permitem aos seus personagens principais manifestarem-se sob seu melhor dia, acentuando o efeito de sacralização operado pela mídia e pela difusão de sua efígie (RIVIÈRE, 1988). Encontrando em FHC a personagem que encarna os símbolos inerentes à figura do soberano, ele e tudo o que existe a sua volta são apresentados de forma positiva, confirmando a afirmação de Abélès (1990), para quem “as manifestações do poder se acomodam mal com a simplicidade”.

Percebe-se que os mesmos elementos discursivos foram utilizados para reproduzir critérios que delimitam o *ethos* do universo valorizado das *peessoas* em oposição àqueles que compõem o *ethos* desvalorizado dos *indivíduos*. Reencontra-se o mesmo heroísmo atribuído a FHC, na trajetória de Ruth – apresentada como militante nas “memoráveis lutas contra o regime militar”. Pela enumeração de livros lidos, de eventos artísticos e atividades profissionais, materializam-se a cultura e o saber, ingredientes indispensáveis ao poder. Acrescente-se a isso, porém, um importante aspecto por ser tratar do sexo feminino: o senso do dever familiar. Em seguida, comparando-a com a então primeira-dama Hillary Clinton e, por fotos, posicionando-a ao lado desta e de outras primeiras-damas ilustres, confere-se à Ruth a identificação com o espaço político que lhe faltava, aspecto reforçado pelos elogios feitos por personalidades internacionais e nacionais associadas a outros governantes. O mesmo simbolismo do sucesso e da retidão de caráter é assim destacado pelo êxito profissional de uma mãe de família, oriunda de uma digna família tradicional.

Começando o texto de Marisa pelo seu sofrimento e dificuldades, a identificação com o cotidiano comum à maioria dos brasileiros é

imediate, inscrevendo-a no universo dos *indivíduos*. A imagem é reforçada pelas repetitivas expressões *barra-pesada* e *pesadíssima*. Como no texto de sua oponente, também aqui é questão dos maridos-candidatos, quando, diferentemente do exílio heroicizado de FHC, a prisão de Lula é apresentada como um fato banal em uma vida marcada por tragédias, vulgarizada pela expressão *em cana*. Em clara oposição à intelectual Ruth, apresenta-se Marisa como filha de uma benzedeira, ressaltando seus erros gramaticais e sublinhando serem os mesmos cometidos por Lula. O jornalista enumera hábitos de Marisa, como tirar os sapatos em público, clarear os cabelos, gostar de horóscopos e frequentar costureiras do bairro, atitudes constituintes do *ethos* das pessoas comuns. Enfim, Marisa não aparece associada a Hillary Clinton, mas a reportagem ironiza tal possibilidade ao chamá-la de *primeira-dama do ABC*.

No artigo consagrado à Ruth, o tratamento *Senhora Cardoso* aparece frequentemente, conferindo-lhe uma reverência respeitosa, enquanto, no texto sobre a esposa de Lula, o nome *Marisa* confere-lhe uma proximidade banalizada. O tratamento diferenciado pode ser observado principalmente quando se compara a escolha de termos – em situações idênticas – que parecem atribuir reverência para Ruth Cardoso e descaso para Marisa da Silva. Quando se trata, por exemplo, de defender a família, Ruth é apresentada como “guardiã de tudo e de todos” e Marisa como aquela que “roda a baiana e vira loba romana pra proteger sua tribo”; Ruth é *ponderada*, e Marisa, *turrona*. Confronta-se, assim, a dialética introduzida pela modernidade entre a razão e a paixão no prolongamento do uso do intelecto e da emoção. Para Ruth, não morar em Brasília é considerado atitude inovadora, enquanto, para Marisa, a mesma atitude é embaraçosa:

“Como imagina a vida em Brasília, se primeira-dama? - Realmente não sei como é o espaço oficial, mas com certeza vou descobrir. Essas coisas se vêem na prática...” [Ela] pretende manter também o apartamento em São Paulo e viajar com frequência, resguardando tanto quanto possível sua vida profissional e pessoal. Considerando que dois séculos atrás a americana Martha Washington nem sequer achou necessário sair de sua propriedade na Virgínia para comparecer à cerimônia de posse do marido, George, como primeiro presidente dos Estados Unidos, todas as inovações são possíveis nesse terreno.

Turrone, Marisa costumava dizer que, em caso de vitória, não pretendia ficar "tomando chá com as madamas da LBA" e nem sequer se mudar para Brasília, cidade da qual declaradamente não gosta. Para a mulher de um dirigente petista que adora ficar em casa cuidando dos filhos, das plantas e dos bichos, é uma atitude muito simpática. Para a mulher de um chefe de Estado, mesmo depois do desastre Rosane Collor [...] estaria criando uma situação politicamente embaraçosa.

Predestinados

Os textos analisados consignam o *status* social de cada candidato e dos que os rodeiam dentro dos limites do seu grupo social de pertença. Em grande parte dos artigos publicados, é ressaltada a falta de estudo formal de Lula pela trajetória típica "dos nordestinos miseráveis [normalmente] condenados a cuidar dos mais velhos",⁴ sendo lembrada constantemente sua infância pobre e seus erros gramaticais. Ele encontra-se, assim, classificado em uma categoria social bem definida, cujo *status* circunscreve suas ações limitadas ao que é *autorizado* a tal categoria, delimitando seu *ethos* ao grupo ao qual ele simbolicamente ainda pertence. Em contraste, é o "prestígio de FHC [que] dá o ritmo da campanha de 1998", afirmação reforçada pela referência a sua trajetória universitária, seu passado político, sua nobreza de gestos e comportamentos. Dignos de uma vida de sucesso, esses atributos estrategicamente apresentados ao lado de fotos dos mais importantes símbolos da nação confirmam sua incorporação à categoria dos homens públicos. Esses elementos representam credenciais suficientes para sua introdução no *espaço da política* e características inerentes aos que postulam o poder supremo.

É pela atribuição de conceitos abstratos, como o prestígio a um e o desprezo a outro, que se atualiza o mito fundador da vida política brasileira, alimentando, assim, o imaginário que compõe o sistema conceitual a partir do qual a

sociedade se pensa. No tempo fundador que acreditamos ter dado sentido organizador ao espaço caótico colonial, a marca registrada dos governantes era a educação e a nobreza, o que os posicionava simbolicamente acima dos cidadãos comuns (CARVALHO, 1996).

Esse rito, consagrando e legitimando a ordem social engendrada pelo mito fundador da nação brasileira, separa o universo dos governantes do universo dos governados e introduz a conduta de evitamento, encarnada na idéia de transgressão que a ultrapassagem dessa linha divisória representa, estimulando-nos a considerar que a simples possibilidade de um *indivíduo* se introduzir no universo das *peessoas*, seria como revogar um tabu.

O confronto de idéias que caracterizam um regime democrático não foi sistematizado durante a campanha nem usado como critério de voto. Nenhum debate foi efetuado entre os principais candidatos durante toda a campanha eleitoral de 1998. A imagem dos candidatos contou mais na hora do voto do que o projeto político ou a ideologia de seus partidos. Com a ajuda da mídia, os detentores do poder político confirmaram na prática a existência do círculo mágico que, segundo Abélès (1990), é traçado em torno dos governantes, tornando-os inatingíveis. ■

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABÉLÈS, M. *Anthropologie de l'Etat*. Paris: Armand Colin, 1990.
 BALANDIER, G. *Le pouvoir sur scènes*. Paris: Balland, 1992.
 CAPELATO, M. *Imprensa e história do Brasil*. São Paulo: Contexto, 1988.
 CARVALHO, J. M. *A construção da ordem*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1996.
 DAMATTA, R. *Carnavais, malandros e heróis*. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.
 LEACH, E. *Ritualization in man relation to conceptual and social development*. Londres: Royal Society, 1968.
 MOISÉS, J. *Dilemas da consolidação da democracia*. São Paulo: Paz e Terra, 1989.
 RUA, M^a. G. *Mídia, informação e política: a eleição presidencial brasileira de 1994*. In: *Comunicação e política*, n^o 3, Rio de Janeiro, Cebela, 1995.
 RUBIM, A. *Comunicação, cultura e política*. São Paulo: Diadorim, 1994.
 RIVIÈRE, C. *Les liturgies politiques*. Paris: PUF, 1988.

*Lineimar Pereira Martins

Doutora em sociologia e antropologia

4 Revista Época, 7 de setembro de 1998.

Receitas contra o racismo

Ao longo dos últimos anos, o Brasil passou por um grande processo de mudanças, no que diz respeito às relações raciais. A percepção do País como uma democracia racial é cada vez menos consensual, e, hoje, diferentes setores da sociedade têm sua agenda política marcada pelo debate sobre o racismo como elemento constitutivo de nossa sociedade.¹ Embora ainda exista a auto-imagem do Brasil como homogêneo e indiferenciado, encontra-se, progressivamente, maior abertura a experiências que procuram beneficiar grupos específicos, que tenham, historicamente, menor acesso a oportunidades.

O debate nacional sobre ação afirmativa é bastante recente, datando dos últimos cinco anos. De maneira geral, o movimento negro brasileiro tem sido o responsável pela introdução do tema no debate público nacional. Frequentemente o assunto é alvo de muitas críticas e existem resistências à sua incorporação. As críticas mais comuns destacam que políticas específicas trariam conflito e divisionismo. As críticas relacionam-se também à inadequação de políticas desse tipo, uma vez que a situação desvantajosa da população negra estaria associada ao seu baixo grau de escolaridade.

¹ SKIDMORE, Thomas. "Taking Stock: Studying Brazilian Race Relations Today". Texto apresentado no Seminário "Que país é este: imaginação social e interpretações do Brasil". Rio de Janeiro, 1999.

Portanto, uma melhoria geral das políticas educacionais traria os benefícios esperados à população afro-brasileira.

O atual quadro de enfrentamento das desigualdades raciais no Brasil inclui um espectro de medidas que vão desde a proposta de adoção de cotas para negros em universidades até programas que procuram beneficiar grandes contingentes da população negra por meio de políticas focalizadas em comunidades pobres. O impacto de programas como esses ainda é limitado em termos do número de pessoas beneficiadas, devido ao seu alcance localizado, ao caráter voluntário de algumas iniciativas e à falta de recursos. Entretanto, o fato de que projetos como esses existem, em um país que tem historicamente se negado a reconhecer a situação socioeconômica desigual entre indivíduos segundo sua classificação racial, já é algo que deve ser levado em consideração. Apesar dessas iniciativas, é difícil afirmar que a sociedade brasileira possui um compromisso com a diminuição das desigualdades raciais. O que existe é a percepção de que a maioria dos pretos e pardos é pobre e de que a maioria dos pobres é preta e parda – o que pode ser transformado em ponto de partida para a adoção de medidas específicas.

Os resultados apresentados a seguir refletem as informações obtidas na pesquisa "Mapeamento de ações e discursos de combate às desigualdades raciais no Brasil"² realizada ao longo de dois anos (1999 e 2000), com estudos de caso em dez capitais brasileiras (Tabela 1). Partindo da constatação empírica de que algumas instituições estavam desenvol-

vendo novas experiências de luta contra as desigualdades raciais, o objetivo do estudo foi levantar, conhecer e analisar experiências que vêm sendo desenvolvidas como estratégias de combate às desigualdades raciais no Brasil.

TABELA 1

NÚMERO DE ATIVIDADES IDENTIFICADAS EM CADA CAPITAL

	Frequência	%
Belo Horizonte	17	13,7
Brasília	3	2,4
Campo Grande	10	8,1
Porto Alegre	3	2,4
Recife	2	1,6
Rio de Janeiro	18	14,5
Salvador	23	18,5
São Luís	11	8,9
São Paulo	16	12,9
Vitória	7	5,6
Brasil (alcance nacional)	14	11,3
Total	124	100,0

Fonte: Pesquisa Ierê/IFCS, 1999.

Estes dados são o retrato, dentro de um espaço de tempo determinado, de uma realidade dinâmica, na qual muitos atores estão inventando novos caminhos, cuja natureza ainda estamos por conhecer. É significativo que tenhamos tido condições de realizar esse mapeamento justamente ao longo dos dois anos que precederam a realização da Conferência Mundial contra o Racismo, Discriminação Ra-

cial, Xenofobia e formas correlatas de Intolerância, convocada pela ONU e realizada em Durban, África do Sul, em setembro de 2001.

Como pudemos observar durante o processo preparatório da conferência, houve uma intensa mobilização por parte das organizações do movimento negro no sentido de debater o tema do racismo no Brasil e cobrar ações concretas do Estado. Essa mobilização, amplificada pela mídia, permitiu inaugurar no debate público brasileiro, a partir do ano 2001, um novo patamar em termos de propostas, no campo da

Cardápio étnico

Os dados levantados ao longo da pesquisa permitiram conhecer melhor como a sociedade brasileira vem desenhando estratégias destinadas a enfrentar as desigualdades raciais. Trata-se de um retrato parcial, dentro de um quadro mais amplo de iniciativas, que pode, entretanto, indicar alguns caminhos para a discussão. Eis os principais resultados sobre a natureza das ações estudadas:

- as iniciativas concentram-se nas áreas de educação (capacitação de professores em pedagogia anti-racista e pré-vestibulares alternativos) e trabalho (geração de renda e qualificação profissional);
- iniciativas não-governamentais predominam, mas há um número significativo de ações governamentais, nos diversos níveis;
- propostas em discussão sobre a adoção de cotas para estudantes negros no ensino superior não são consensuais, nem mesmo dentro do movimento negro;
- governos de partidos de esquerda são alvos de críticas no que diz respeito às políticas voltadas para a população negra.

² A pesquisa foi realizada no âmbito do projeto "Cor e educação: políticas alternativas de combate à exclusão", coordenado pelas professoras Yvonne Maggie e Gláucia Villas Boas (IFCS/UFRR). O projeto contou com o apoio da Fundação Ford. Além da autora, os sociólogos Andréa Costa Vieira, Eduardo H. P. de Oliveira e José Jairo Vieira fizeram parte da equipe de pesquisa, juntamente com a estagiária Érika Lopes (Belo Horizonte).

legislação, das políticas sociais e das prioridades orçamentárias. Apenas num futuro próximo teremos condições de avaliar o impacto real dos debates hoje em curso.

É muito oportuno, portanto, que tenhamos tido a chance de observar o "estado da arte" no que diz respeito às iniciativas de combate às desigualdades raciais no Brasil tal como se apresentavam às vésperas da Conferência Mundial contra o Racismo.

As cidades de Salvador, Rio de Janeiro, Belo Horizonte e São Paulo aparecem como as capitais em que foi identificado um maior número de atividades. Em Brasília, foram identificadas 14 atividades, que, no entanto, se relacionam a iniciativas no âmbito do governo federal. Por isso, foram classificadas como de alcance nacional.

As 124 atividades identificadas foram classificadas segundo o vínculo institucional, isto é, a natureza da principal organização responsável pela sua execução. Os casos em que essas atividades são realizadas em parceria entre governo e organizações não-governamentais (ONGs) foram destacados. No caso de outras parcerias, foi identificado o principal executor. Apesar de uma quantidade mais expressiva de iniciativas vinculadas a organizações não-governamentais, ao somarmos o número de atividades promovidas por órgãos do governo nas três esferas (federal, estadual e municipal), observamos que este totaliza 33 casos, aproximando-se do número de atividades desenvolvidas por ONGs (42). Chama a atenção também o número de 17 parcerias entre governo e ONGs identificadas (Tabela 2).

TABELA 2

VINCULAÇÃO INSTITUCIONAL

	Freqüência	%
Governamental – federal	15	12,1
Governamental – estadual	5	4,0
Governamental – municipal	13	10,5
Não-governamental	42	33,9
Parceria governo/ ONG	17	13,7
Universidade	17	13,7
Igreja	2	1,6
Partido	8	6,5
Setor privado	2	1,6
Outro	2	1,6
Não informado	1	,8
Total	124	100,0

Fonte: Pesquisa Ierê/IFCS, 1999.

A pesquisa revelou que atividades ligadas ao campo da educação têm despertado maior interesse entre os agentes que buscam enfrentar as desigualdades raciais no Brasil. Em segundo lugar, estão atividades voltadas para a área de trabalho e geração de renda – programas de qualificação profissional. Na área de educação, destacam-se os pré-vestibulares, em diferentes modalidades, a capacitação de professores, além de atividades recreativas e oficinas culturais com crianças e adolescentes. Algumas atividades educativas e de qualificação profissional confundem-se quanto aos seus objetivos, principalmente quando se destinam a adolescentes e jovens pobres. A classificação foi feita segundo a ênfase maior, muitas vezes de caráter subjetivo, dada à profissionalização ou à escolarização formal (Tabela 3). Uma outra área que concentra grande número de atividades é a de direitos humanos e *advocacy*, que reúne denúncia e acompanhamento jurídico de casos de discriminação racial, mas também envolve divulgação de legislação anti-racista, campanhas e eventos sobre o tema. Trata-se da área que concentra um maior número de atividades tradicionais, que são desenvolvidas principalmente pelas organizações do movimento negro.

TABELA 3

ÁREA DE ATUAÇÃO

	Freqüência	%
Educação	38	30,6
Trabalho e geração de renda	25	20,2
Direitos humanos e <i>advocacy</i>	24	19,4
Saúde	3	2,4
Informação	12	9,7
Legislação	8	6,5
Cultura	10	8,1
Outros	2	1,6
Não informado	2	1,6
Total	124	100,0

Fonte: Pesquisa Ierê/IFCS, 1999.

A maioria das atividades identificadas teve seu início nos últimos cinco anos, demonstrando que a implantação dos programas é relativamente recente. Na maior parte dos casos, a data registrada diz respeito à atividade em questão e não ao funcionamento ou à existência da organização executora (Tabela 4). Os recursos advêm principalmente de fundos públicos ou de agências de cooperação inter-

nacional. O número expressivo de atividades que contam com recursos públicos deve-se principalmente à transferência de recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT), do Comunidade Solidária e de outros fundos que fomentam programas de qualificação profissional. Muitos deles contam com recursos públicos, porém são executados por ONGs, sindicatos ou outras organizações privadas (Tabela 5).

TABELA 4

TEMPO DE EXISTÊNCIA

	Freqüência	%
Menos de 1 ano	13	10,5
1 a 5 anos	56	45,2
Mais de 5 anos	24	19,4
Não informado	31	25,0
Total	124	100,0

Fonte: Pesquisa Ierê/IFCS, 1999.

TABELA 5

PRINCIPAL FONTE DE RECURSOS

	Freqüência	%
Orçamento público	50	40,4
Setor privado/ fundações	7	5,6
Doações em geral	8	6,5
Cooperação Internacional	19	15,3
Outro	7	5,6
Não se aplica	6	4,8
Mensalidades	2	1,6
Não informado	25	20,2
Total	124	100,0

Fonte: Pesquisa Ierê/IFCS, 1999.

No que diz respeito ao público-alvo de cada atividade, o estudo distinguiu, entre aquelas ações que objetivam ter um impacto sobre uma comunidade específica, as que atuam voltadas para a opinião pública em geral, as que se dedicam ao acompanhamento de casos individuais (principalmente o acompanhamento jurídico) e aquelas que atuam em relação a públicos específicos (estudantes, alunos de cursos oficinas, funcionários de uma empresa, funcionários públicos, professores etc.). Neste sentido, quase metade das atividades investigadas procura atender principalmente aluno e participantes de cursos e oficinas, reforçando a prioridade dada a ações na área de educação e capacitação profissional (Tabela 6).

TABELA 6

PESSOAS ATENDIDAS/BENEFICIADAS

	Freqüência	%
Comunidade	10	8,1
Público em geral/ opinião pública	36	29,0
Acompanhamento de casos individuais	7	5,6
Alunos/ participantes de cursos e oficinas	57	46,0
Funcionários/ empregados	12	9,7
Não informado	2	1,6
Total	124	100,0

Fonte: Pesquisa Ierê/IFCS, 1999.

Entre as atividades pesquisadas, foi identificado o número de iniciativas voltadas especificamente para a população negra – uma das principais formas de revelar a orientação da atividade: se voltada para as ações mais tradicionais do movimento negro ou se direcionada para atividades inovadoras, que procuram incidir diretamente sobre as condições de vida e o acesso a oportunidades por parte da população negra. A Tabela 7 mostra que cerca de um terço das atividades tem como público-alvo principal (ou, às vezes, exclusivo) a população negra. A categoria “não se aplica” refere-se a atividades que, por sua natureza, não possibilitam a definição de um público-alvo específico (por exemplo, inclusão do quesito “cor” em levantamentos de dados e cadastros).

TABELA 7

ATIVIDADE ESPECÍFICA PARA A POPULAÇÃO NEGRA

	Freqüência	%
Sim	40	32,3
Não	70	56,5
Não se aplica	14	11,3
Total	124	100,0

Fonte: Pesquisa Ierê/IFCS, 1999.

Foram identificadas atividades específicas para a população negra em todas as capitais, com exceção de Vitória, no Espírito Santo. As capitais que apresentaram um maior número de iniciativas específicas foram Salvador, São Paulo e Rio de Janeiro, além das atividades de alcance nacional, promovidas pelo governo federal. Nesse último caso, incluem-se principalmente as atividades voltadas para as comunidades remanescentes de quilombos e atividades no âmbito do Ministério do Trabalho, como

curso com apoio do FAT e o programa Brasil, Gênero e Raça, em parceria com a Organização Internacional do Trabalho (OIT). As atividades específicas são de responsabilidade tanto de ONGs quanto de órgãos do governo ou de ações de parceria (Tabela 8).

TABELA 8

**ATIVIDADE ESPECÍFICA PARA A POPULAÇÃO NEGRA
(POR ENTIDADE RESPONSÁVEL)**

	Sim	Não	Não se aplica	Total
Governamental – federal	7	5	3	15
Governamental – estadual	0	3	1	4
Governamental – municipal	3	7	4	14
Não-governamental	12	27	3	42
Parceria governo/ONG	5	11	1	17
Universidade	6	11	–	17
Igreja	1	1	–	2
Partido	4	2	2	8
Setor privado	1	1	–	2
Outro		2	–	2
Não informado	1	–	–	1
Total	40	70	14	124

Fonte: Pesquisa Ierê/IFCS, 1999.

Principais atividades pesquisadas

1. Estímulo e ampliação do acesso de afro-brasileiros ao ensino superior (organização de cursos preparatórios para o exame de admissão às universidades brasileiras).
2. Atividades comunitárias, geralmente em favelas ou bairros de periferia, destinadas à promoção social de crianças e jovens, por meio de reforço escolar, de atividades profissionalizantes e de educação voltada para o exercício da cidadania.
3. Atividades de apoio e estímulo a microempresários afro-brasileiros.
4. Cursos de qualificação patrocinados pelo FAT.
5. Criação da Secretaria Municipal para Assuntos da Comunidade Negra de Belo Horizonte.
6. Programa "Oportunidades Iguais para Todos" (Prefeitura de Belo Horizonte).
7. Programa de combate à anemia falciforme.
8. Reconhecimento e titulação de terras de comunidades remanescentes de quilombos.
9. Núcleo de Combate à Discriminação e Promoção da Igualdade de Oportunidades (DRTs/ Ministério do Trabalho e Emprego).
10. Plano Nacional de Direitos Humanos.
11. Grupo de Trabalho Interministerial para Valorização da População Negra (GTI).
12. Legislação que prevê a presença obrigatória de negros em campanhas publicitárias veiculadas pela administração pública.
13. Projeto Geração XXI: Geledés – Instituto da Mulher Negra e Fundação Bank Boston.
14. Acordo entre a rede de supermercados Zaffari e a prefeitura de Porto Alegre (contratação de no mínimo 5% de empregados negros como condição para uma nova loja na cidade).
15. *Advocacy action*, ações voltadas para o recebimento de denúncias e o apoio, até mesmo jurídico, às vítimas de discriminação racial.

Entre as ações pesquisadas, as voltadas exclusivamente para a população negra incluem um espectro variado e muitas se encontram ainda no plano do debate e não foram implementadas. É o caso da discussão sobre a adoção de cotas para estudantes negros em universidades. Em alguns casos, existe o projeto de lei ou a proposta apresentada para debate dentro da universidade. Tais iniciativas foram incluídas como forma de registrar a existência da proposta e o debate em torno que questão, embora não tenham sido implementadas. O mesmo ocorre com projetos de lei apresentados por parlamentares, independentemente do andamento que tenham tido no Congresso Nacional.

A título de conclusão provisória, sabendo que este é um debate que está apenas começando no Brasil, gostaríamos de deixar aqui dois pontos para reflexão.

O primeiro refere-se ao debate recorrente ao longo da pesquisa sobre a necessidade de ampliação do acesso de estudantes negros ao ensino superior. Destacamos que esse debate ganha visibilidade justamente no momento em que um número crescente de jovens de famílias pobres – e, em grande parte, negros – está concluindo o ensino médio, levando a uma nova *pressão* sobre o número de vagas das universidades públicas. Também é de se notar o debate estabelecido sobre outras formas de acesso ao ensino superior além do vestibular, notadamente o Exame Nacional do Ensino Médio (Enem).

O levantamento realizado mostrou que as estratégias coletivas que vêm sendo adotadas pelas organizações da sociedade civil e do Estado em torno dessa demanda social consistem em basicamente três alternativas: adoção de cotas, embora não haja clareza sobre como essa medida se viabilizaria na prática; pré-vestibulares alternativos; isenção de taxas para inscrição no vestibular, matrícula e uma política de bolsas restrita a algumas poucas universidades privadas.

Um dado relevante ao longo da pesquisa foi o debate sobre a necessidade de ampliação do acesso de estudantes negros ao ensino superior. Surpreendentemente, as universidades públicas de uma maneira geral – a não ser pela isenção de taxas para o vestibular em algumas delas –, a Secretaria de Ensino Superior (Sesu)

ou outros órgãos do Ministério da Educação não apresentaram ainda propostas que venham a contribuir nesse debate. Questões como a ampliação da oferta de cursos noturnos, a necessidade de um sistema de bolsas-trabalho mais eficaz ou a discussão sobre a gratuidade irrestrita da educação superior pública simplesmente ainda não entraram na pauta de discussão. Paralelamente, uma das contribuições recentes ao debate foi o projeto em tramitação no Senado que prevê a reserva de 50% das vagas nas instituições de ensino superior públicas para alunos oriundos de escolas públicas no ensino médio.

Dada a recorrência com que o debate sobre o acesso da população negra à educação (e ao ensino superior em particular) esteve presente ao longo da pesquisa, é de se questionar por que esse tema não ganhou definitivamente o espaço na agenda dos formuladores e executores da política de ensino superior no país.

Um outro ponto relevante diz respeito a uma parte praticamente ausente do levantamento realizado, cujo envolvimento e visibilidade no debate vêm crescendo muito ao longo do último ano. Trata-se do setor empresarial, que aparece entre os responsáveis por iniciativas levantadas principalmente por meio de suas fundações filantrópicas. Assistimos, recentemente, a um movimento de crescente interesse

de empresários (vinculados principalmente a empresas multinacionais) sobre desigualdades raciais, ação afirmativa e políticas de promoção da diversidade. O Instituto Ethos de Empresas e Responsabilidade Social elaborou e vem divulgando o manual *Como as empresas podem (e devem) valorizar a diversidade*, através do qual pretende "contribuir para a discussão do tema e estimular a implementação de iniciativas corporativas de valorização da diversidade que tenham como meta enfrentar os preconceitos no ambiente de trabalho e no âmbito das relações empresariais".³

A partir do que foi pesquisado, coloca-se um desafio para os formuladores de políticas e pesquisadores. Em que medida essas dezenas de experiências identificadas se constituem no esboço de políticas articuladas, de caráter permanente, que deixem de se restringir a soluções locais ou experimentais? Com o expressivo volume de iniciativas em curso, já é possível avaliar os programas mais eficazes no sentido de promover melhores oportunidades para a população negra. A continuidade dos debates e pesquisas sobre o tema permitirá a construção de consensos que poderão resultar na consolidação de várias das iniciativas aqui apresentadas, tanto de caráter universal quanto de recorte específico, tendo como prioridade a redução das desigualdades. ■

*Rosana Heringer

Socióloga, professora da Ucam e pesquisadora da Cepia

r.heringer@uol.com.br

³ INSTITUTO ETHOS. *Como as empresas podem (e devem) valorizar a diversidade*. São Paulo: Instituto Ethos, 2000.

ESTATÍSTICAS MOSTRANDO, PAÍS POR PAÍS, OS AVANÇOS E RETROCESSOS EM RELAÇÃO ÀS METAS DE DESENVOLVIMENTO SOCIAIS

TENDÊNCIAS RECENTES DA AJUDA OFICIAL AO DESENVOLVIMENTO E DOS GASTOS SOCIAIS E COM DEFESA

MUDANÇAS NA SITUAÇÃO DA MULHER

RATIFICAÇÃO DAS PRINCIPAIS CONVENÇÕES INTERNACIONAIS

RELATÓRIOS TEMÁTICOS SOBRE LIBERALIZAÇÃO DOS MERCADOS FINANCEIROS, DÍVIDA EXTERNA, COMÉRCIO, FÓRUM SOCIAL MUNDIAL E EQUIDADE DE RAÇA E DE GÊNERO

PERFIS DE 21 PAÍSES PREPARADOS POR COALIZÕES NACIONAIS DE CIDADÃOS

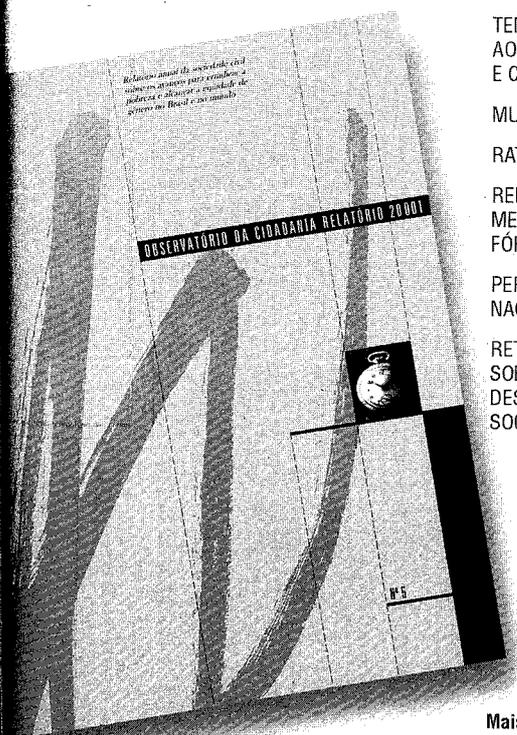
RETRATO DO CENÁRIO NACIONAL A PARTIR DE ANÁLISES SOBRE FINANCIAMENTO PARA O DESENVOLVIMENTO, POBREZA, DESIGUALDADES E OS DIREITOS ECONÔMICOS, SOCIAIS E CULTURAIS

Mais informações podem ser obtidas pelo telefone (21) 2509.0660 ou pelo endereço eletrônico <observatorio@ibase.br>

OBSERVATÓRIO DA CIDADANIA RELATÓRIO 2001

Apoio:

Novib (Organização Holandesa de Cooperação Internacional para o Desenvolvimento)



Brasil: retrato em branco e negro

O objetivo deste texto é fazer uma breve análise da evolução dos índices de desenvolvimento humano (IDHs) das populações afrodescendente e branca no Brasil e em suas grandes regiões no triênio 1997, 1998 e 1999. O País começa o século XXI tendo seu contingente branco gozando a situação de um IDH alto, ao passo que os negros penam com a situação de um IDH médio-baixo. O grande desafio que se apresenta para a atual década é a construção de políticas públicas que tenham por objetivo central a superação desse quadro de desigualdades e injustiças. Essa realidade legitima ainda mais as demandas do movimento negro, que, hoje, luta pela reparação das nefastas seqüelas do crime contra a humanidade, representado pelo tráfico de escravos e pela escravidão.

Em primeiro lugar, observou-se que, no período estudado, ambas as etnias consideradas apresentaram uma evolução favorável em seus respectivos IDHs. Assim, entre a

população negra do Brasil, o IDH passou de 0,678, em 1997, para 0,691, e a população branca passou de 0,799 para 0,805, no ano de 1999. Essa mudança também se manifestou dentro de cada uma das cinco regiões geográficas do Brasil para ambas as etnias (Tabela 1).

Os resultados alcançados apresentaram-se extremamente coerentes em termos do levantamento das disparidades raciais em nosso país. O fato é que, em todas as grandes regiões geográficas assinaladas, o IDH da população afrodescendente apresentou-se nitidamente inferior ao IDH da população branca. Tal cenário se repete para cada um dos indicadores que compõem o índice de desenvolvimento humano.

Apesar de ambas as etnias terem apresentado evolução positiva em seus respectivos IDHs durante o período, quando analisamos tanto os seus respectivos estágios de desenvolvimento humano, como as posições de ambos os grupos comparativamente à tabela de classificação do IDH dos países medido pelo PNUD, verificamos que as diferenças entre as duas principais etnias que compõem nosso povo persistiam, sendo bastante acentuadas.

Observando o estágio dos IDHs de ambos os grupos, verificamos que, entre 1997 e 1999, a população afrodescendente permaneceu apresentando um IDH médio-baixo durante esse período. Desagregando-se os dados entre as cinco regiões geográficas, verificamos que, em quatro dessas regiões (Sudeste, Sul, Centro-Oeste e Norte Urbano), os afrodescendentes seguiam apresentando um IDH médio e, em uma (Nordeste), apresentavam um IDH médio-baixo.

Registros

O estudo do IDH foi baseado na metodologia de cálculo do próprio Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) e da Fundação João Pinheiro, órgão ligado ao governo do Estado de Minas Gerais. As bases de dados mobilizadas no presente trabalho foram os microdados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) dos anos de 1997, 1998 e 1999.¹ Vale observar que a PNAD é a principal pesquisa populacional, de caráter anual, feita pelo IBGE.²

No que diz respeito à desagregação étnica da população ora levada a termo, aqui se entende *afrodescendente* como a soma da população que se designou, nas respectivas pesquisas, como "parda" e "preta" e *branca* como a população que se designou dentro desta categoria. Tal procedimento já vem sendo usado pelo próprio IBGE em várias de suas publicações, muito embora a designação mais usual seja "negro" ou "população negra", e não "afrodescendente" ou "população afrodescendente", como neste artigo.

TABELA 1

IDH DESAGREGADO POR ETNIA BRASIL E SUAS GRANDES REGIÕES – 1997-1999

Grande região	Afrodescendentes			Brancos		
	1997	1998	1999	1997	1998	1999
Norte Urbano	0,726	0,733	0,738	0,790	0,789	0,791
Nordeste	0,615	0,622	0,633	0,704	0,718	0,716
Sudeste	0,727	0,731	0,733	0,827	0,826	0,827
Sul	0,711	0,722	0,715	0,806	0,810	0,813
Centro-Oeste	0,734	0,740	0,743	0,813	0,820	0,821
Brasil	0,678	0,686	0,691	0,799	0,803	0,805

Obs.: a partir de dados da PNAD/IBGE 1997, 1998 e 1999 e da metodologia PNUD/Fundação João Pinheiro.

Entre a população branca do Brasil, houve uma mudança no estágio do IDH durante esse período. Assim, se, em 1997, o IDH desse contingente era quase-alto (0,799), desde 1998, o IDH dos brancos em nosso país já era elevado (0,803, em 1998, e 0,805, em 1999). No que diz respeito às cinco regiões geográficas, em três (Sudeste, Sul e Centro-Oeste) os brancos apresentaram, durante todo o período analisado, um IDH elevado. Na região Norte Urbana, os brancos apresentaram um IDH quase-alto e, na região Nordeste, apresentaram um IDH médio. Nesse último caso, chamamos a atenção para o fato de que a qualidade de vida da população afrodescendente em quatro regiões geográficas brasileiras está nivelada à qualidade de vida da população branca da região Nordeste.

No que se refere à diferença relativa entre os dois grupos em termos de posicionamento na tabela de classificação do IDH, verificamos que ocorreu, no plano nacional, uma ligeira redução da distância que separa brancos e negros. Assim, em 1997, a diferença de posicionamento entre ambas as etnias era de 59 posições; em 1998, era de 60; e, em 1999, era de 55. Ou seja, entre 1997 e 1999 ocorreu uma pequena aproximação de cinco postos entre ambas as etnias. É interessante observar que essa aproximação – conquanto pequena – se deu em todas as regiões geográficas, passando, entre 1997 e 1999, de 38 para 31 posições, na região Norte Urbana; de 25 para 20 posições, no Nordeste; de 48 para 44 posições, no Sudeste; de 53 para 44 posições, no Sul; e de 40 para 32 posições, no Centro-Oeste. Em tempo, ocorreu uma especial alteração na posição dos negros da região

¹ Uma discussão mais específica sobre a metodologia básica usada no estudo do IDH pode ser encontrada em Paixão (2000).

² A programação computacional dos microdados da PNAD 1997, 1998 e 1999 foi realizada por Luiz Marcelo Foca Carvano. O Depis/IBGE, especialmente o demógrafo Fernando Albuquerque, gentilmente disponibilizou a série histórica das esperanças de vida ao nascer da população brasileira, viabilizando que dados a esse respeito pudessem ter sido gerados. A todas essas pessoas e instituições, em absoluto responsáveis pelas possíveis lacunas deste estudo, expressamos nosso agradecimento.

Nordeste, que passaram da 122ª colocação, em 1997, para a 108ª posição, em 1999, ou seja, um avanço de 14 colocações em apenas três anos (Tabela 2).

Desses dados, ressaltamos alguns aspectos que nos pareceram especialmente relevantes. O primeiro deles é que, durante o período analisado, as maiores distâncias em termos do posicionamento dos IDHs entre negros e brancos no Brasil se deram justamente nas regiões mais desenvolvidas do País (Sudeste e Sul). Nas regiões Nordeste e Norte Urbano, as diferenças entre os estágios do IDH eram menores, ainda que as posições alcançadas por ambos os grupos fossem mais modestas. Nesse sentido, verifi-

camos que, nas regiões mais desenvolvidas do Brasil, a questão mais relevante foi a da acentuada desigualdade entre negros e brancos, ao passo que, nas regiões menos desenvolvidas, sem perda do fato da igual persistência de desigualdades, o tema mais candente foi justamente a baixa qualidade de vida da população afrodescendente medida em termos do IDH.

Em segundo lugar, é interessante refletir se tais dados estariam sugerindo alguma tendência a um aprofundamento da redução das disparidades raciais entre brancos e negros no Brasil e em suas grandes regiões. Para que possamos levantar algumas pistas que nos ajudem a refletir sobre essa pergunta, vamos analisar, brevemente, o comportamento de alguns dos índices que compõem o IDH.

Do ponto de vista do indicador de rendimento, verificamos que esse índice efetivamente não contribuiu para a redução das disparidades raciais durante esse período. Assim, se, em 1997, o rendimento médio familiar *per capita* de uma família chefiada por um afrodescendente no Brasil representava 42,15% do rendimento médio familiar *per capita* de uma família chefiada por um branco, essa diferença persistia, em 1999, sendo de 42,8% (Tabela 3). Do ponto de vista da esperança de vida, igualmente a contribuição para a redução das distâncias em termos da colocação do IDH foi baixa. Na verdade, segundo a metodologia adotada em nosso estudo, consideramos hipoteticamente que as esperanças de vida de ambas as etnias, durante a década de 1990, evoluíram na mesma proporção que para a população como um todo. Assim, a despeito da hipótese adotada, também o indicador de longevidade não contribuiu para a ligeira redução das colocações dos IDHs entre afrodescendentes e brancos no período.

Quando analisamos as Tabelas 4 e 5, vemos que os indicadores que compõem o índice educacional foram os responsáveis pela ligeira redução das colocações dos IDHs entre negros e brancos no período. Assim, entre 1997 e 1999, a taxa de alfabetização dos afrodescendentes passou de 78% para 80,2% em todo o Brasil, ao passo que, entre os brancos, a taxa de alfabetização passou de 91,0% para 91,7%. Comportamento semelhante ocorreu na taxa combinada de matrícula que, em 1997, era de 73% para os afrodescendentes e 82% para os brancos e, em 1999, era de 80,9% para os afrodescendentes e 86,8% para os brancos. O comportamento desses indicadores foi semelhante para todas as cinco regiões geográficas do Brasil.

TABELA 2

IDH DESAGREGADO POR ETNIA, COMPARATIVAMENTE AO RANKING DO ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO HUMANO BRASIL E SUAS GRANDES REGIÕES – PNUD, 1997-1999

Grande região	Afrodescendentes			Brancos		
	1997	1998	1999	1997	1998	1999
Norte Urbano	88	84	81	50	52	50
Nordeste	122	120	108	97	94	88
Sudeste	87	86	83	39	38	39
Sul	97	92	88	44	45	44
Centro-Oeste	82	79	73	42	41	41
Brasil	105	106	101	46	46	46

Obs.: a partir de dados da PNAD/IBGE 1997, 1998 e 1999 e da metodologia PNUD/Fundação João Pinheiro.

IDH – um índice sintético

O índice de desenvolvimento humano (IDH) é desenvolvido pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), que mede a qualidade de vida de países, regiões ou agrupamentos populacionais específicos, combinando três níveis de indicadores: indicador de rendimento, baseado na renda *per capita* da população (seja utilizando o PIB *per capita*, seja utilizando a renda média familiar *per capita*); o indicador educacional, composto pela combinação dos indicadores de alfabetização das pessoas maiores de 15 anos (com peso dois) e a taxa combinada de escolarização (com peso um) – razão entre o total da população matriculada nos três níveis fundamentais de ensino e a população em idade escolar (7 a 22 anos) –; e o indicador de longevidade, construído a partir da esperança de vida ao nascer de uma dada população.

A partir de cada um destes indicadores – rendimento, educação e longevidade –, faz-se, então, uma média simples, perfazendo-se um índice sintético que é o próprio IDH. Quanto mais próximo de um (1) o índice estiver, maior será a qualidade de vida do povo de um dado país ou região, ou de uma determinada etnia, e, alternativamente, quanto mais próximo de zero (0), menor será a qualidade de vida de um determinado país, região ou etnia. O PNUD classifica os países cujos índices ficaram abaixo de 0,500 de IDH baixo, os que ficaram entre 0,500 e 0,799 de IDH médio e os que ficaram acima de 0,800 de IDH elevado. No presente estudo, desagregamos o IDH médio de modo a deixar mais explícitas as diferenças contidas no seu interior. Assim, as etnias que apresentam um IDH entre 0,500 e 0,599 são classificadas como IDH quase-baixo, entre 0,600 e 0,699 como IDH médio-baixo, entre 0,700 e 0,749 como IDH médio e entre 0,750 e 0,799 de IDH quase-alto.

O indicador educacional, portanto, fez com que tivesse ocorrido essa ligeira redução em cinco posições em termos da posição do IDH de brancos e negros no Brasil no triênio. Tal fato foi produto de um processo de expansão das taxas de matrícula e da elevação da taxa de alfabetização da população como um todo na segunda metade da década de 1990. Por outro lado, como as disparidades raciais na educação brasileira são extremamente acentuadas, tendo ocorrido uma melhoria nesses indicadores para a população em geral, tal efeito acabou se fazendo sentir de forma mais que proporcional nos grupos tradicionalmente excluídos desse tipo de serviço, como é o caso dos afrodescendentes.

De todo modo, vale observar que: 1) as disparidades raciais na educação brasileira seguiam extremamente acentuadas no final da década de 1990, sendo que a taxa de analfabetismo da população negra maior que 15 anos, em 1999, era mais do que o dobro do que a taxa de analfabetismo da população branca na mesma faixa etária (respectivamente 19,8% e 8,3%) e, no mesmo ano, a taxa de escolarização combinada dos negros (80,9%) persistia nitidamente inferior à taxa de escolarização combinada dos brancos (86,8%); 2) o fato de ter ocorrido uma evolução positiva no índice de escolarização e de alfabetização da população como um todo e dos negros em especial – refletindo-se, assim, nos IDHs desses grupos – não é sinônimo de uma idêntica elevação da qualidade do ensino, vide inclusive os últimos resultados dos exames nacionais de ensino fundamental e médio. Antes, é forçoso reconhecer que, se a década de 1990 foi marcada pela expansão das taxas de matrícula e pela redução do analfabetismo, por outro lado a melhoria desses indicadores se fez acompanhar por uma redução geral da qualidade do ensino no Brasil. Isso não pôde, por razões metodológicas, ser captado pelo IDH, mas tal realidade não deve ser esquecida do próprio processo de compreensão do indicador produzido.

O fato de ter ocorrido uma ligeira redução no hiato das posições de negros e brancos no ranking do IDH entre 1997 e 1999 ainda não pode ser considerado uma tendência. Isso porque, apesar de ter ocorrido um incremento positivo mais que proporcional nos indicadores educacionais dos afrodescendentes em relação aos brancos – e mesmo considerando que essa evolução continue se dando na mesma direção nos próximos anos –, os demais indicadores não necessariamente obedecerão a

igual comportamento. Ou antes, em um contexto de redução da qualidade do mercado de trabalho no Brasil e de aumento da violência urbana (com efeitos especiais sobre a população mais jovem), não seria absurdo que os afrodescendentes viessem a sofrer danos em seu "IDH", decorrente de uma queda dos seus rendimentos médios auferidos ou mesmo por conta de uma redução mais que proporcional (em relação aos brancos) da sua taxa de crescimento da esperanças de vida ao nascer. ■

*Marcelo Paixão

Professor do Instituto de Economia da UFRJ e doutorando em sociologia pelo IUPERJ

TABELA 3

RENDA MÉDIA FAMILIAR PER CAPITA DESAGREGADA POR ETNIA, EM SALÁRIOS-MÍNIMOS
BRASIL E SUAS GRANDES REGIÕES – 1997-1999

Grande região	Afrodescendentes			Brancos		
	1997	1998	1999	1997	1998	1999
Norte Urbano	1,44	1,41	1,36	2,80	2,45	2,33
Nordeste	1,01	0,94	0,96	2,00	2,09	1,92
Sudeste	1,69	1,63	1,57	3,79	3,57	3,43
Sul	1,39	1,41	1,27	2,81	2,77	2,71
Centro-Oeste	1,80	1,75	1,62	3,32	3,37	3,07
Brasil	1,37	1,32	1,28	3,25	3,12	2,99

Fonte: PNAD/IBGE 1997, 1998 e 1999.

TABELA 4

TAXA DE ALFABETIZAÇÃO DA POPULAÇÃO DE 15 ANOS OU MAIS DESAGREGADA POR ETNIA, EM %
BRASIL E SUAS GRANDES REGIÕES – 1997-1999

Grande região	Afrodescendentes			Brancos		
	1997	1998	1999	1997	1998	1999
Norte Urbano	85,0	85,5	85,8	91,0	91,9	92,1
Nordeste	68,0	69,3	71,1	78,0	79,7	78,7
Sudeste	87,0	87,5	88,0	94,0	94,1	94,4
Sul	83,0	85,1	84,0	93,0	93,2	93,7
Centro-Oeste	85,0	85,9	87,8	91,0	92,3	92,8
Brasil	78,0	79,2	80,2	91,0	91,6	91,7

Fonte: PNAD/IBGE 1997, 1998 e 1999.

TABELA 5

TAXA COMBINADA DE MATRÍCULA POR ETNIA
BRASIL E SUAS GRANDES REGIÕES – 1997-1999

Grande região	Afrodescendentes			Brancos		
	1997	1998	1999	1997	1998	1999
Norte Urbano	79,0	83,4	88,0	86,0	88,8	90,9
Nordeste	71,0	76,7	80,7	77,0	81,5	85,1
Sudeste	74,0	77,5	79,4	84,0	85,1	86,8
Sul	72,0	75,8	76,4	82,0	85,3	86,7
Centro-Oeste	75,0	79,1	82,5	84,0	85,8	90,0
Brasil	73,0	77,7	80,9	82,0	84,7	86,8

Fonte: PNAD/IBGE 1997, 1998 e 1999.

TUDO ESSE
DINHEIRO
DESVIADO...

...E DEPOSITADO
NUM BANCO
NA SUÍÇA...

BONS TEMPOS
EM QUE SÓ OS
JOGADORES
FICAVAM NO
BANCO



MARCO

A agenda da revista Democracia Viva é ampla e aberta, parte do compromisso radical com a cidadania e com a democracia.

Democracia Viva não se alinha com partidos nem religiões, mas toma partido desde que esteja em jogo a possibilidade de aprofundar a democracia. Não disputa poder, mas quer exercer um papel de vigilância, monitoramento e avaliação; com toda autonomia e independência, das políticas públicas e das ações governamentais, bem como das práticas empresariais e das relações econômico-financeiras. Quer ser ativa como interpeladora de consciências e vontades, questionando práticas e valores que limitam a democracia, estimulando a participação cidadã. Sua qualidade é a força das reflexões, análises, propostas e dos argumentos.

